



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 15/01/2021 a 18/01/2021





Índice

Governo Federal

FECOMÉRCIO RN / HOTEL BARREIRA ROXA / MARCELO QUEIROZ
Leilão do 5G e privatização dos Correios são os desafios para 2021, diz ministro
Notícias - 15/01/2021 7

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / HOTEL BARREIRA ROXA / MARCELO QUEIROZ
Toffoli defende fortalecimento da democracia para garantir segurança jurídica
Notícias - 15/01/2021 8

Tribuna do Norte | RN

China contribuiu com mais da metade do superávit comercial do Brasil
Notícias - 15/01/2021 9

Tribuna do Norte | RN

Inflação e redução de auxílio prejudica desempenho de supermercados, diz IBGE
Notícias - 15/01/2021 10

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / HOTEL BARREIRA ROXA / MARCELO QUEIROZ
Segurança jurídica é vital ao Brasil, dizem ministros
Notícias - 16/01/2021 11

Folha de São Paulo | AM

Manaus vive corrida por oxigênio para salvar pacientes em hospitais
Notícias - 16/01/2021 13

Folha de São Paulo | RJ

Fim do auxílio e desemprego afetam consumo e produção
Notícias - 16/01/2021 14

Estadão | DF

Sem vacina da Índia, Brasil mira Coronavac
Notícias - 16/01/2021 16

Estadão | DF

Bolsonaro não deve mais barrar a Huawei no leilão do 5G no Brasil
Notícias - 16/01/2021 17

Estadão | DF

Após queda de 40% na receita em 2020, Girafas cria franquias mais baratas
Notícias - 16/01/2021 18

Estadão | AM

Amazonas sabia desde novembro que oxigênio de hospitais era insuficiente
Notícias - 16/01/2021 19

O Globo | DF

Pandemia aquece venda de móveis de escritório usados
Notícias - 16/01/2021 20



O Globo | DF

Alertado sobre risco de processo, Bolsonaro mantém Brandão no BB

Notícias - 16/01/2021

22

O Globo | DF

Com crise, lojas parcelam material escolar em até 12 vezes

Notícias - 16/01/2021

23

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC / SENAC / MARCELO QUEIROZ / HOTEL BARREIRA ROXA

Ministros debatem segurança jurídica durante evento em Natal

Notícias - 17/01/2021

24

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / HOTEL BARREIRA ROXA / MARCELO QUEIROZ

Segurança jurídica depende da democracia, afirma Dias Toffoli

Notícias - 17/01/2021

27

Folha de São Paulo | DF

Governo estuda desoneração linear para gerar emprego

Notícias - 17/01/2021

29

Estadão | DF

'Indústria cai de forma rápida e intensa'

Notícias - 17/01/2021

30

Estadão | DF

Empresas de turismo inovam para sobreviver

Notícias - 17/01/2021

31

Estadão | DF

Por dia, pelo menos 17 fábricas fecharam as portas no País nos últimos seis anos

Notícias - 17/01/2021

32

Folha de São Paulo | SP

Transporte público entra em crise estrutural

Notícias - 17/01/2021

33

Folha de São Paulo | RJ

Quase metade do setor de transporte demite na crise, aponta levantamento

Notícias - 17/01/2021

34

Folha de São Paulo | DF

Em uma crise, se o governo não investir, ninguém vai investir

Notícias - 17/01/2021

35

Folha de São Paulo | DF

Em janeiro, Brasil deve ter doses para só 30% do público

Notícias - 17/01/2021

36

O Globo | DF

País perdeu uma multinacional a cada três meses desde 2018

Notícias - 17/01/2021

37

O Globo | DF



Saída de estrangeiros vai da indústria ao varejo Notícias - 17/01/2021	38
Folha de São Paulo SP Disparada no IGP-M deixa investidor sem saída e diversificação é alternativa Notícias - 18/01/2021	39
Folha de São Paulo SP Consumidor deve ter calma ao aceitar produtos financeiros Notícias - 18/01/2021	40
Folha de São Paulo SP Negociação de BDRs cresce mais de 460% com adesão de pessoa física Notícias - 18/01/2021	41
Folha de São Paulo SP 30% do ecommerce criado na pandemia vai permanecer Notícias - 18/01/2021	42
Folha de São Paulo RJ Impeachment é para quem, como Bolsonaro, dá as costas à constituição Notícias - 18/01/2021	43
Folha de São Paulo DF Setor financeiro cresce com boom de fintechs em 2020 Notícias - 18/01/2021	44
Estadão DF Anvisa libera Coronavac e vacina de Oxford; São Paulo começa imunização Notícias - 18/01/2021	45
Estadão DF Mudanças no trabalho, aceleradas pela pandemia, desafiam sindicatos Notícias - 18/01/2021	46
Estadão DF Correção à vista? O rumos da Bolsa em 2021 Notícias - 18/01/2021	47
Estadão RJ Queda de preço de equipamentos faz País dobrar geração de energia solar Notícias - 18/01/2021	48
O Globo DF Cenário para aplicações se mantém favoráveis a ativos de risco em 2021 Notícias - 18/01/2021	49
O Globo DF Petroleiras correm para fazer combustível verde Notícias - 18/01/2021	51

RELATÓRIO

No clipping de hoje o primeiro destaque vai para o evento sobre Segurança Jurídica, realizado em colaboração com o Sistema Fecomércio/RN na última sexta-feira (15), em Natal. O debate “Segurança Jurídica na retomada do Desenvolvimento Econômico” teve o objetivo de discutir a crescente instabilidade no ordenamento jurídico nacional, que se agravou nos últimos anos levando às incertezas para se investir. O evento reuniu, além do presidente do Sistema Fecomércio/RN, Marcelo Queiroz, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, o vice-presidente e o corregedor do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, e o ministro das Comunicações, Fábio Faria. Saiba mais sobre o evento em matéria do jornal Tribuna do Norte, na página 24 do clipping.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, por unanimidade, o uso emergencial da Coronavac e da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca no País. A notícia no jornal Estadão, na página 45 do clipping, relata que, logo após a decisão, o governo de São Paulo, de João Dória, começou a vacinação contra a covid-19 em profissionais de saúde. A primeira vacinada foi Mônica Calazans, enfermeira de 54 anos residente de e Itaquera, em São Paulo.

Fim do auxílio emergencial somado ao desemprego afetam consumo e produção nos principais setores da economia, é o que traz a matéria da Folha de São Paulo, na página 14 do clipping. Os dados da economia em novembro mostram que o comércio registrou queda pela primeira vez em seus meses (-0,1%). A indústria vem em processo de desaceleração e cresceu 1,2%, índice semelhante ao de 1,1% de outubro. Os serviços ainda seguem em alta, com avanço de 2,6%, mas sem recuperar as perdas relacionadas à pandemia e já ameaçados pelo avanço da Covid-19 no País.

A Folha de São Paulo noticia que o Governo Federal estuda desoneração linear para gerar emprego. A retomada do mercado de trabalho é uma das prioridades do Ministério da Economia em 2021, principalmente após os efeitos da crise do coronavírus. Apesar de ainda considerar a ampla desoneração da folha de pagamentos como plano ideal, a equipe econômica também trabalha com formatos mais modestos. A avaliação é que eles enfrentam menos críticas da ala política e demandam um menor volume de recursos públicos. Saiba mais sobre essa estratégia na página 29 do clipping.

O anúncio do fechamento das fábricas da Ford no País após 100 anos evidenciou o processo de desindustrialização em curso no Brasil. O jornal Estadão revela que, nos últimos seis anos, pelo menos 17 fábricas, por dia, fecharam as portas no País. Só no ano passado 5,5 mil fábricas encerraram suas atividades. Ao todo, entre 2015 e 2020, foram extintas 36,6 mil. Os números são de um levantamento da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Saiba mais na página 32 do clipping.





Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Governo Federal – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 15/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / DF
Título: Leilão do 5G e privatização dos Correios são os desafios para 2021, diz ministro **Impacto:** Neutro
Link: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/janeiro/offol-do-5g-e-privatizacao-dos-correios-sao-os-desafios-para-2021-diz-ministro>

gov.br Governo Federal

Órgãos do Governo | Acesso à Informação | Legislação | Acessibilidade | Entrar

Ministério das Comunicações

Buscar no Site

Notícias e Contatos | 2021 | Janeiro | Leilão do 5G e privatização dos Correios são os desafios para 2021, diz ministro

RETOMADA ECONÔMICA

Leilão do 5G e privatização dos Correios são os desafios para 2021, diz ministro

Fábio Faria destacou ações do Governo Federal para combater a pandemia e reatar o crescimento econômico em debate com os ministros Das Torres (STF) e Bruno Dantas (TCU)

Publicado em 15/01/2021 09:01 | Última atualização em 15/01/2021 09:03

Compartilhe



11/1
Agenda do Ministro Fábio Faria em Natal, Rio Grande do Norte - 15/01/2021



Antes de ir a empresas do Rio Grande do Norte acompanhar o debate sobre "Segurança jurídica na retomada do desenvolvimento econômico" que reuniu o Ministério das Comunicações, Fábio Faria, o ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Das Torres e o vice-presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, neste sexta-feira (15/01) em Natal (RN).

De frente o evento, foram abordados vários temas relacionados ao crescimento do país, incluindo o avanço das telecomunicações e a demanda cada vez mais crescente por melhores serviços, algo que será potencializado quando o 5G entrar em pleno funcionamento no país. Em seu discurso, o ministro também elencou medidas adotadas pelo Governo Federal e pelo RDCN para reabundanzar o setor.

A troca de ideias, que será seguida pelo STJ, foi descrita pelo ministro Das Torres como "a reunião tecnológica mais importante do século. É um passo extremamente importante". O tema foi um dos debates do ministro das Comunicações, Fábio Faria, ao final das ações do Governo Federal na retomada do cenário e da retomada econômica, presente para apoiar a economia do RN. Foram mais de 57 milhões de passagens atendidas pelo avião e resgatadas, taxa formada importante porque mantém a economia aquecida. Nesta semana STJ do RN na queda para combater a Covid-19.

Os investimentos em infraestrutura, tecnologia e no fortalecimento dos recursos para a realização do leilão do 5G no primeiro semestre de 2021 também foram citados pelo ministro das Comunicações ao lembrar que o setor de Telecomunicações no agronegócio faz parte dos grandes setores e fundamentos para a retomada econômica do país.

"Quando nos fazemos de governo público, não estamos fazendo de lado nenhum. Primeiro, o negócio é claro: o sistema privado tem de ser o modelo o modelo correto que deve ser observado e também um segundo que diz respeito às regulamentações feitas e independentes no caso de não valer aquilo que as normas estabelecem a população. Isso é o ensino do TCU Bruno Dantas".

O debate foi acompanhado pelo **presidente do Sistema Financeário RHC, Marivaldo Gomes**, o secretário de Desenvolvimento Econômico do governo do Rio Grande do Norte, Jaime Cabral e representantes do Tribunal de Contas e órgãos do Estado. O evento organizado pelo Sistema Brasileiro de Comunicação e pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte-Febracom/RN, está disponível em vídeo no YouTube da Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte.

Texto: Milton Mendes e Fernando Carreira do Ministério das Comunicações

Foto: Gilverson Silveira do Ministério das Comunicações

Tags: STJ, Contas, Economia

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 15/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Toffoli defende fortalecimento da democracia para garantir segurança jurídica **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/offoli-defende-fortalecimento-da-democracia-para-garantir-segurana-a-jura-dica/500435>

Toffoli defende fortalecimento da democracia para garantir segurança jurídica

Atualizado em 15/01/2021 às 12:27:06

O Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli defendeu, durante palestra em Natal, que a garantia de segurança jurídica está ligada ao fortalecimento da democracia. A palestra do ministro foi realizada durante o seminário realizado na Hotel Barcoia Rossa, na Via Corbica, nesta sexta-feira (15).

"Sem a democracia não existe democracia de direito, não há como falar em segurança jurídica e relações que possam levar ao desenvolvimento. E a democracia vai ter que responder com esse sentido à segurança jurídica para evitar o caos", afirmou Dias Toffoli.

Credito: Alar Regis



Ministro do STF durante o seminário de segurança jurídica.

saiba mais

- Visão exclusiva do STF sobre o papel dos juízes na retomada econômica.
- Pós-palestra de 2021 com mais de 500 participantes dos Cursos de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Segurança jurídica é tema de debate com o ministro em Natal, acompanhado ao vivo.

Além disso, o ministro declarou que o Brasil vem superando gradativamente problemas como democracia, inflação, dívida externa e segurança fiscal, a partir da Constituição de 1988. Por isso, se disse otimista e defendeu a diálogo na busca pela resolução dos problemas. "Quando se questiona a democracia, temos que refletir sobre papel. Sentamos juntos a pensar isso, respeitando as competências de poderes que tenham capacidade de servir mais rápido para a população", afirmou, propondo a institucionalização desse diálogo.

Toffoli apresentou ainda decisões do STF que ajudaram o país durante o período de pandemia da covid-19, como aquelas relacionadas ao Orçamento de Guerra, por exemplo, que permitiu a criação do auxílio emergencial, as normas que garantiriam a flexibilização no mercado de trabalho e relações mais flexíveis e a redução sanitária do contato e pendências. "O STF atua para estabelecer diálogo aos três Poderes da República em todos os esferas administrativas. Com isso cumpre sua missão constitucional de mediar os conflitos e garantir segurança jurídica", disse.

O seminário, no qual o ministro discursou, foi realizado pela Câmara Brasileira de Comércio, em parceria com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecombércio/RN), de maneira híbrida – presencial e online – com a participação do vice-presidente e coordenador do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas e do Ministro das Cidades, Fábio Faria, além da presença de representantes de diversas instituições, como Tribunal de Contas do Estado (TCE), Governo do Estado, Assembleia Legislativa do RN, Prefeitura do Natal, Câmara Municipal de Natal, Justiça Federal, OAB, Fiem, Fiesp e sindicatos da Tribuna do Norte, Henrique Alves, Ricardo Alves e Daniel Cabral.

O evento teve transmissão ao vivo no portal de Tribuna do Norte e na rede Jovem Pan News Natal. Além disso, a edição do domingo (17) do Jornal Tribuna do Norte contará com uma cobertura especial sobre o evento e as palestras serão disponibilizadas no portal www.tribunadonorte.com.br.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 15/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: China contribuiu com mais da metade do superávit comercial do Brasil **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/china-contribuiu-com-mais-da-metade-do-superavit-comercial-do-brasil/500457>

China contribuiu com mais da metade do superávit comercial do Brasil

O Brasil se tornou o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo em 2020, segundo o relatório "Trends and Prospects for Agricultural Trade in 2021" publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). A análise do setor de comércio de produtos agrícolas em 2020 mostrou que o Brasil teve um desempenho excepcional, com um crescimento de 10% no valor das exportações agrícolas em comparação com o mesmo período de 2019. Isso se deveu ao aumento da demanda por produtos agrícolas no exterior, especialmente em função da recuperação da economia global após a crise da COVID-19.



De acordo com o relatório, o Brasil continuou a ser o maior exportador de produtos agrícolas do mundo em 2020, com um crescimento de 10% no valor das exportações agrícolas em comparação com o mesmo período de 2019. Isso se deveu ao aumento da demanda por produtos agrícolas no exterior, especialmente em função da recuperação da economia global após a crise da COVID-19.

No entanto, o relatório também aponta que o Brasil enfrentou desafios em alguns setores, como o açúcar, devido à queda da demanda no exterior. Apesar disso, o desempenho geral do setor agrícola brasileiro em 2020 foi considerado muito positivo.

O relatório também destaca que o Brasil tem um potencial enorme para continuar a crescer no setor agrícola, especialmente com a implementação de políticas de apoio ao setor e a melhoria da infraestrutura de transporte e logística.

Conclusão

O desempenho excepcional do Brasil no setor agrícola em 2020 é um reflexo da recuperação da economia global e da alta produtividade do setor brasileiro. Isso demonstra a importância do setor agrícola para a economia do país e a necessidade de continuar a investir em políticas de apoio ao setor.

Além disso, o relatório também aponta que o Brasil tem um potencial enorme para continuar a crescer no setor agrícola, especialmente com a implementação de políticas de apoio ao setor e a melhoria da infraestrutura de transporte e logística.

Em suma, o relatório conclui que o Brasil tem um potencial enorme para continuar a crescer no setor agrícola, especialmente com a implementação de políticas de apoio ao setor e a melhoria da infraestrutura de transporte e logística.

O relatório também destaca que o Brasil tem um potencial enorme para continuar a crescer no setor agrícola, especialmente com a implementação de políticas de apoio ao setor e a melhoria da infraestrutura de transporte e logística.

Além disso, o relatório também aponta que o Brasil tem um potencial enorme para continuar a crescer no setor agrícola, especialmente com a implementação de políticas de apoio ao setor e a melhoria da infraestrutura de transporte e logística.

Projeções para 2021

O relatório prevê que o Brasil continuará a ser o maior exportador de produtos agrícolas do mundo em 2021, com um crescimento de 10% no valor das exportações agrícolas em comparação com o mesmo período de 2020. Isso se deveu ao aumento da demanda por produtos agrícolas no exterior, especialmente em função da recuperação da economia global após a crise da COVID-19.

No entanto, o relatório também aponta que o Brasil enfrentará desafios em alguns setores, como o açúcar, devido à queda da demanda no exterior. Apesar disso, o desempenho geral do setor agrícola brasileiro em 2021 é considerado muito positivo.

O relatório também destaca que o Brasil tem um potencial enorme para continuar a crescer no setor agrícola, especialmente com a implementação de políticas de apoio ao setor e a melhoria da infraestrutura de transporte e logística.

Em suma, o relatório conclui que o Brasil tem um potencial enorme para continuar a crescer no setor agrícola, especialmente com a implementação de políticas de apoio ao setor e a melhoria da infraestrutura de transporte e logística.

Opções para 2021

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 15/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Inflação e redução de auxílio prejudica desempenho de supermercados, diz IBGE **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/inflaa-a-o-e-redua-a-o-de-auxa-lho-prejudica-desempenho-de-supermercados-diz-ibge/500447>

Inflação e redução de auxílio prejudica desempenho de supermercados, diz IBGE

Publicado em 15/01/2021 às 15:00h

O mau desempenho do setor de supermercados impediu que o varejo crescesse na passagem de outubro para novembro, segundo Cristiano Santos, analista da Coordenação de Serviços e Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor registrou uma perda de 2,2%, derrubado pela inflação de alimentos e pela redução no pagamento do auxílio emergencial, que afetou a capacidade de consumo das famílias.



Crédito: Alex Magalhães

"Aumentou a parcela da população que recebeu menos do que recebia. Isso é um fator que reduz a capacidade de você realizar algum tipo de consumo. Nesse contexto, pode acontecer de a atividade de hiper e supermercados sentir mais a distorção (do auxílio)", afirmou Santos.

A receita mensal do segmento de hipermercado e supermercados recuou 0,8% em novembro em relação a outubro, ou seja, as vendas recuaram mesmo antes do ajuste de inflação no período, aponta os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).

"O comércio de hiper e supermercados é muito importante para a PMC, representa algo entre 43% e 45% da peso de toda a atividade (varejista). Então a queda de hiper e super explica bastante a queda do indicador de forma geral. Já teve queda na receita, mas a queda no volume foi maior. A diferença da receita para o volume é a inflação", explicou Santos.

Segundo o pesquisador, as atividades do varejo que cresceram em novembro foram impulsionadas pela campanha de promoções Black Friday, além da expansão do crédito e dos juros ainda em patamares baixos. Livros, jornais, revistas e papeteria (5,6%), Tecidos, vestuário e calçados (3,6%), Equipamentos e materiais para esportes, informática e comunicação (3,0%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (2,8%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,4%).

Além de supermercados, houve perdas em Combustíveis e lubrificantes (-0,4%) e Móveis e eletrodomésticos (-0,1%), mas Santos acredita que houve uma antecipação de compras desse último setor ao longo da pandemia.

No médio global, o varejo teve alguma redução de 0,1%, mas Cristiano Santos afirma que a leitura não é de queda, mas sim de estabilidade, uma acomodação, em um cenário que sucede seis altas consecutivas.

No varejo ampliado, que inclui as atividades de veículos e material de construção, houve um avanço de 0,9%.

"Veículos tiveram recuperação nos últimos meses, ficando com que o ampliado ficasse no campo positivo", disse Santos.

Na comparação com novembro de 2019, o varejo cresceu 3,4% em novembro de 2020, impulsionado pela Black Friday, diz o pesquisador do IBGE. De variáveis que relataram alguma influência da campanha de promoções sobre o desempenho de novembro contribuíram com 3,1 pontos percentuais para a taxa global do varejo no período.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/2
Título: Segurança jurídica é vital ao Brasil, dizem ministros **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/segurana-a-jura-dica-a-vital-ao-brasil-dizem-ministros/500500>

Segurança jurídica é vital ao Brasil, dizem ministros

Publicado em 16/01/2021 às 10h30

Sem segurança jurídica, o Brasil não prosperará nos áreas que restam. Essa foi uma das conclusões do encontro "Segurança jurídica na retomada econômica", promovido ontem pelo Sistema Tribuna do Norte em parceria com a Federação do Comércio do RN. E que contou com a participação dos ministros das Comunicações, Fábio Faria, do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffi, e do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, Daltro, cada um à sua maneira - falando pela sua área - demonstraram aos convidados presentes ao **Hotel Barroca Roca** e também aos que assistiram o seminário pela internet que a segurança jurídica é ainda mais essencial em 2021, não para o que está previsto a estrutura da economia.

Crédito: Divulgação



Seminário realizado no encontro das Comunicações, Fábio Faria, do STF, Dias Toffi, e do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas

O encontro foi aberto pelo presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Gomes, que explicou o trabalho desenvolvido pelo entidade durante a pandemia, e explicou como o setor contribuiu para manter a economia por enquanto estável. Ele defendeu que para que isso se mantenha é necessário que as regras sejam mais claras e objetivos. "Não estamos perseguindo nada que não seja legal. Suplicamos por normas mais claras e simples que possam ser compreendidas e fiquem seguras", afirmou.

Em seguida, o diretor do Sistema Tribuna do Comércio, Fábio Azevedo, destacou a importância dos ministros presentes em Natal para dar o tom. Ele argumentou que a classe produtiva gera trabalho e renda, contribuindo para o social. E que para isso continuar são necessários investimentos. "E os investimentos dependem da segurança jurídica. Sem isso deixa de gerar empregos, renda e tributos", afirmou.

Ele tentou explicar que sem segurança, impede o caso. E que só há uma forma de evitar respeito ao Poder Judiciário. Mas para que isso exista, disse Fábio Azevedo, "a Justiça não pode ser ideológica". "Tem que ser imparcial e ter equilíbrio. Tem que trazer tranquilidade ao capital", acrescentou. Ele falou a situação com uma metáfora: a de um barco. Segundo ele, o barco foi feito para ir para a mar. Mas sem segurança, ele fica no porto. Fábio Azevedo disse que as engrenagens não temem o risco, mas precisam de "certas condições" a "fórmula" para ter segurança na navegação.

Tecnologia 5G

Após a apresentação, foi a vez das falas dos ministros. O primeiro foi Fábio Faria, das Comunicações. De longe que este ano o principal desejo é a lei do 5g. E que em 2020 o setor das telecomunicações marcou muito. "O setor de telecomunicações se transformou, mais do que nunca, em um setor fundamental para o país e, junto com o agronegócio, foi um dos maiores geradores de renda do ano passado", disse.

Com relação ao 5g, ele informou que devem ser investidos no País em torno de 5,5 trilhões. O dado se baseia em pesquisa que prevê esse valor para os próximos 10 anos. E que essa relevância torna necessária a criação de uma legislação que ajude a atrair esses investimentos e facilitar os aspectos necessários para receber a nova tecnologia. "Fizemos no Ministério a Lei Geral das Antenas, com o título provisório e direito de pesagem", disse. A Lei foi regulamentada em setembro de 2020 pelo presidente Jair Bolsonaro, por meio de decreto.

Para o ministro, são cruciais como isso, que visam a simplificação da legislação e das mudanças burocráticas necessárias para empreender, devem ser os exemplos buscados pelos Estados para garantir a segurança jurídica necessária para que o país volte a crescer. "Para preservar a região, é preciso tomar iniciativas fortes e uma boa relação entre os Poderes".

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/2

Título: Segurança jurídica é vital ao Brasil, dizem ministros

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/segurana-a-jura-dica-a-vital-ao-brasil-dizem-ministros/500500>

Papel do judiciário

O segundo a falar foi o vice-presidente e corregedor do do Tribunal de Contas (TCU), ministro Bruno Dantas. "Quando falamos em segurança jurídica, estamos falando em regras claras e instituições fortes e independentes, capazes de fazer valer o que as normas transmitiram à população. Por isso as normas precisam ser claras, não podem ser dúbias", defendeu. Ele também falou sobre a importância do Judiciário ser sensível às repercussões das suas decisões. E citou o fenômeno conhecido como "apagação das canetas", quando os gestores deixam de tomar decisões porque temem ser alvo de ações e investigações promovidas por órgãos de fiscalização.

Segundo Dantas, o Poder Judiciário terá um papel importante no processo de retomada econômica do país, na medida em que priorize uma pauta jurisdicional que facilite a atuação de gestores e empreendedores para retomar o crescimento. Um exemplo dado foi quando, em março do ano passado, quando a pandemia começou a se intensificar no país, o STF ajudou a aprovar, em tempo recorde, uma Emenda Constitucional para um orçamento de guerra durante a pandemia.

Postura otimista

O último a falar foi o ministro Dias Toffoli, ex-presidente do STF. Ele defendeu uma postura otimista com relação ao Brasil. E também argumentou em favor do fortalecimento das instituições. Na opinião dele, o Brasil vem superando gradativamente, problemas como democracia, inflação, dívida externa e segurança fiscal, a partir da Constituição de 1988. Por isso, se disse otimista e defendeu o diálogo na busca pela resolução dos problemas. "Quando se questiona a democracia, temos que refletir nosso papel. Sentarmos juntos e pensarmos, respeitando as competências de poderes que tenham capacidade de retorno mais rápido para a população", pontuou, propondo a institucionalização desse diálogo.

Toffoli apresentou ainda decisões do STF que ajudaram o País durante o período de pandemia da covid-19, como aquelas relacionadas ao Orçamento de Guerra, por exemplo, que permitiu a criação do auxílio emergencial, as normas que garantiram a flexibilização no mercado de trabalho e evitaram mais desemprego; e as medidas sanitárias de combate a pandemia. "O STF atuou para estabelecer diretrizes aos três Poderes da República em todas as esferas administrativas. Com isso cumpre sua missão constitucional de moderar os conflitos e garantir segurança jurídica", disse.

O seminário "Segurança jurídica na retomada econômica" foi promovido de maneira híbrida – presencial e online. E contou com a participação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), do Governo do Estado, Assembleia Legislativa do RN, Prefeitura do Natal, Câmara Municipal de Natal, Justiça Federal, OAB, Fiem, Faem e os diretores da Tribuna do Norte: o diretor-presidente, Henrique Alves; o diretor administrativo, Ricardo Alves e o diretor-executivo, Daniel Cabral. Na edição de amanhã a edição impressa terá a cobertura especial do evento, que também ficará disponível no portal da Tribuna do Norte (www.tribunadonorte.com.br).

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** AM
Título: Manaus vive corrida por oxigênio para salvar pacientes em hospitais **Impacto:** Neutro

Manaus vive corrida por oxigênio para salvar pacientes em hospitais

Rede de voluntários formou filas para levar cilindros vazios para reabastecimento em fábricas

Diágo Maia, Monica Prestes e Roslene Carvalho

MANAUS "Oxigênio aqui é Deus", resumiu uma mulher que estava nesta sexta-feira (15) no Serviço de Pronto Atendimento de Redenção, em Manaus, quando chegaram cilindros de oxigênio para atender os pacientes internados com Covid-19.

Com o sistema de saúde colapsado, a capital do Amazonas viu nesta sexta uma corrida por cilindros de oxigênio hospitalar, após o gás ficar indisponível na rede pública, levando à morte de pacientes.

"Senhor, meu Deus, enchia os pulmões do meu marido com o seu oxigênio", gritava Eliane Belmiro de Oliveira, 38, assoprando a boca em direção à sala de emergência onde o marido estava, no mesmo hospital.

A unidade de virou um emblema da crise de saúde de Manaus por ter registrado a morte de ao menos seis pacientes no seu setor de emergência por falta de oxigênio nesta última quinta-feira (14).

A explosão de novos casos da Covid-19 fez com que a demanda por oxigênio chegasse a 76 mil m³ diários no Amazonas — na rede estadual, o consumo médio diário era de era 5 mil m³ antes da pandemia.

A produção diária de White Martins, Carbos e Nitro, que são as três fornecedoras do sistema para o governo do Amazonas, é de 28 a mil m³ por dia. A White Martins tenta importar o produto da Venezuela.

Na madrugada dessa sexta-feira, a Força Aérea Brasileira desembarcou em Manaus uma carga de 6 m³ de oxigênio líquido da empresa White Martins, fornecedora do Governo do Estado.

A previsão é que um total de 22 mil m³ de oxigênio sejam encaminhados ao longo da semana para Manaus, em operação a partir de Guimarães, cidade da Grande São Paulo.

Enquanto os suprimentos não chegam, pacientes morrem antes de serem aceitos nas unidades. Chorando, a



Caixa é colocado dentro de carro em frente ao hospital 28 de Agosto, em Manaus Imagem: Diágo Maia/Rede Globo

médica do Sama Patricia Schar disse que a dificuldade para conseguir leitos em hospitais de porta aberta em Manaus piorou.

Depois de circular por unidades de saúde da cidade, conseguiu que dois pacientes fossem aceitos no Hospital Araújo, zona leste de Manaus, mas eles teriam de enfrentar o mesmo drama: a falta de oxigênio.

"Em meia hora, eu vi falecerem dois. Não tem bico de oxigênio, infelizmente. São cenas de horror, o colega médico não tem mais o que fazer", disse. "É dramática a situação das famílias amazônicas."

No hospital, a enfermeira Graciete Mounzinho, 54, narra o drama: "No corredor lotado, as pessoas estavam tentando respirar e não conseguiam. Foi uma coisa horrível de se ver. Aqueles idosos pedindo socorro, levantando a mão, a família abusando e a gente não ter como ajudar. Sou enfermeira há 18 anos e nunca tinha sentido tanto medo na minha vida", disse.

Para diminuir o problema,

os manauaras formaram uma rede de voluntários para ajudar a transportar os cilindros das unidades de saúde até as fábricas nos distritos industriais com os próprios carros para serem reabastecidos.

"É uma operação de guerra", diz o policial militar Rodrigo Ricardo Ramos Pinto, 29.

Rodrigo conversou com a **Folha** no fim da manhã em cima da carrocera de uma caminhonete carregada com sete cilindros vazios.

Ele estava de folga e se juntou aos amigos para socorrer o serviço de pronto atendimento do bairro Redenção, na zona centro-oeste de Manaus.

Rodrigo disse que conseguia reunir doações de empresários. "Estamos fazendo esse mutirão que não vai ficar só aqui no Redenção, iremos atender quantas unidades nós conseguirmos", afirmou.

O movimento de voluntários é tão intenso que, no lado da caminhonete de Rodrigo, outro veículo de mesmo porte estava lotado de cilindros vazios para serem reabastecidos. O empresário Paulo de Cas-

tro, 52, codex o carro para a missão. "É uma questão humanitária. Estamos vendo a dificuldade da população e não podemos cruzar os braços. Não é porque eu não tenho ninguém internado que não vou ajudar. Todos nós somos irmãos. Não dá para esperar só os governantes. Já si mes que não deu certo", disse.

Para sensibilizar as empresas, as unidades de saúde estão emitindo receiptários com a urgência recomendada de compra, que são apresentados pelos voluntários.

Com o apoio da Força Aérea, o governo do Amazonas iniciou nesta sexta a transferência de pacientes com Covid-19 para hospitais de outros estados.

Em uma madrugada do plano previsto inicialmente, apenas nove pacientes que estavam internados na rede pública estadual foram transferidos para Teresina, no Piauí.

A expectativa era que fossem enviados 30.

De acordo com o governo do Amazonas, quatro pacientes apresentaram instabi-

lidade e, por isso, não puderam ser embarcados. Outro paciente desistiu.

Estes foram os primeiros pacientes dos 235 que serão enviados para cinco estados brasileiros. Um segundo grupo de 35 pacientes deve ser encaminhado para São Luis, no Maranhão, também nesta sexta-feira.

O governo havia anunciado ainda que 60 bebês prematuros, internados em UTIs neonatais, que também demandam oxigênio hospitalar, seriam transferidos para outros estados. A tarde, porém, o governo voltou atrás, afirmando que a transferência não seria mais necessária porque conseguiu abastecimento de oxigênio para mais 48 horas.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) informa, em nota, que o Ministério da Saúde comunicou os estados sobre a solução parcial do problema com a chegada de novos tanques de oxigênio ao estado.

"O Conass está atento e continuará no propósito de cooperar com Ministério da Saúde e com a Secretaria de Saúde do Amazonas na busca de soluções definitivas para a grave crise sanitária", afirmou.

de e com a Secretaria de Saúde do Amazonas na busca de soluções definitivas para a grave crise sanitária", afirmou.

Governo desiste de taxar importação de cilindros para o gás

Bernardo Caram

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou nesta sexta-feira (15) que a Câmara (Câmara de Comércio Exterior) reduziu a zero o imposto de importação de itens como tanques de oxigênio, respiradores autômatos e monitores de sinais vitais.

A decisão, tomada em reunião extraordinária nesta sexta, veio após a divulgação de informações de que o governo havia enviado a tarifa de importação de cilindros para armazenamento de gases medicinais no fim do ano passado — poucos dias antes de o sistema de saúde de Manaus (AM) entrar em colapso por falta de oxigênio.

Em meio de crise, início da pandemia, a alíquota do imposto de importação foi zerada para esses produtos e equipamentos hospitalares, como parte da estratégia de enfrentamento da Covid-19.

Mas decisão da Câmara, ligada ao Ministério da Economia, no dia 24 de dezembro, acabou com a isenção da cobrança para parte da lista de bens usados em hospitais. Assim, a importação de cilindros de ferro voltou a ser taxada em 14% e os de alumínio, em 8%.

Napítica, a medida tomou a entrada dos recipientes para gases medicinais no país mais cara. Outros itens hospitalares também perderam a isenção na ocasião.

A Câmara é responsável por definir alíquotas do imposto de importação. "Sempre que possível, reduziremos impostos para facilitar o acesso de insumos e bens necessários à população para o combate ao Covid-19", disse o presidente nas redes sociais.

No momento, a Câmara havia retirado a isenção do imposto para outros produtos, como desinfetante para dispositivos médicos, soro de eliminação de resíduos de risco biológico, cortinas estêreis para salas de cirurgia, torneirete para coleta de sangue, máscaras, luvas, bombas de ar elétrica, entre outros.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** RJ – **Imagem:** 1/2
Título: Fim do auxílio e desemprego afetam consumo e produção **Impacto:** Neutro

mercado

FOLHA DE SÃO PAULO ***
SEXTA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 2021 A15

Fim do auxílio e desemprego afetam consumo e produção

Retomada em 2021 vai depender de ações do governo e vacina, dizem especialistas

Diego Ferrari

As atividades econômicas em São Paulo estão em recessão econômica, com o PIB caindo 13,1% em novembro em relação ao mesmo mês de 2020. A indústria registrou queda de 14,4%, enquanto o comércio varejista avançou 0,7%.

Os dados mostram que a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas. A indústria registrou queda de 14,4%, enquanto o comércio varejista avançou 0,7%.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

A taxa de desemprego de novembro ainda não foi divulgada, mas se mantém em 13,7%, o mesmo patamar de outubro.

A recuperação econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Para especialistas, a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

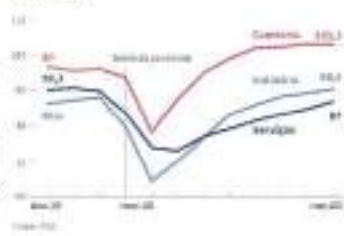
Os dados mostram que a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Os dados mostram que a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Os dados mostram que a retomada econômica em 2021 vai depender de ações do governo e da vacina, dizem especialistas.

Varejo e indústria se recuperam, mas serviços seguem abaixo do nível pré-pandemia

Diego Ferrari



Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS			
CASA Nº 111 R. AMÉRICA 17, JARDIM SOUZA			
Tarifas de Gás Natural Canalizado - Área de Concessão de Cangaçu			
Distribuição APROF nº 1.111, de 1984/2001, com vigência a partir de 10/04/2001			
Segmento Residencial - Tarifa Residencial			
Consumo em m³			
Consumo	Valor	Valor	Valor
1	1,00	1,00	1,00
2	1,00	1,00	1,00
3	1,00	1,00	1,00
4	1,00	1,00	1,00
5	1,00	1,00	1,00
6	1,00	1,00	1,00
7	1,00	1,00	1,00
8	1,00	1,00	1,00
9	1,00	1,00	1,00
10	1,00	1,00	1,00
11	1,00	1,00	1,00
12	1,00	1,00	1,00
13	1,00	1,00	1,00
14	1,00	1,00	1,00
15	1,00	1,00	1,00
16	1,00	1,00	1,00
17	1,00	1,00	1,00
18	1,00	1,00	1,00
19	1,00	1,00	1,00
20	1,00	1,00	1,00
21	1,00	1,00	1,00
22	1,00	1,00	1,00
23	1,00	1,00	1,00
24	1,00	1,00	1,00
25	1,00	1,00	1,00
26	1,00	1,00	1,00
27	1,00	1,00	1,00
28	1,00	1,00	1,00
29	1,00	1,00	1,00
30	1,00	1,00	1,00
31	1,00	1,00	1,00
32	1,00	1,00	1,00
33	1,00	1,00	1,00
34	1,00	1,00	1,00
35	1,00	1,00	1,00
36	1,00	1,00	1,00
37	1,00	1,00	1,00
38	1,00	1,00	1,00
39	1,00	1,00	1,00
40	1,00	1,00	1,00
41	1,00	1,00	1,00
42	1,00	1,00	1,00
43	1,00	1,00	1,00
44	1,00	1,00	1,00
45	1,00	1,00	1,00
46	1,00	1,00	1,00
47	1,00	1,00	1,00
48	1,00	1,00	1,00
49	1,00	1,00	1,00
50	1,00	1,00	1,00
51	1,00	1,00	1,00
52	1,00	1,00	1,00
53	1,00	1,00	1,00
54	1,00	1,00	1,00
55	1,00	1,00	1,00
56	1,00	1,00	1,00
57	1,00	1,00	1,00
58	1,00	1,00	1,00
59	1,00	1,00	1,00
60	1,00	1,00	1,00
61	1,00	1,00	1,00
62	1,00	1,00	1,00
63	1,00	1,00	1,00
64	1,00	1,00	1,00
65	1,00	1,00	1,00
66	1,00	1,00	1,00
67	1,00	1,00	1,00
68	1,00	1,00	1,00
69	1,00	1,00	1,00
70	1,00	1,00	1,00
71	1,00	1,00	1,00
72	1,00	1,00	1,00
73	1,00	1,00	1,00
74	1,00	1,00	1,00
75	1,00	1,00	1,00
76	1,00	1,00	1,00
77	1,00	1,00	1,00
78	1,00	1,00	1,00
79	1,00	1,00	1,00
80	1,00	1,00	1,00
81	1,00	1,00	1,00
82	1,00	1,00	1,00
83	1,00	1,00	1,00
84	1,00	1,00	1,00
85	1,00	1,00	1,00
86	1,00	1,00	1,00
87	1,00	1,00	1,00
88	1,00	1,00	1,00
89	1,00	1,00	1,00
90	1,00	1,00	1,00
91	1,00	1,00	1,00
92	1,00	1,00	1,00
93	1,00	1,00	1,00
94	1,00	1,00	1,00
95	1,00	1,00	1,00
96	1,00	1,00	1,00
97	1,00	1,00	1,00
98	1,00	1,00	1,00
99	1,00	1,00	1,00
100	1,00	1,00	1,00

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** RJ – **Imagem:** 2/2
Título: Fim do auxílio e desemprego afetam consumo e produção

Fim do auxílio e desemprego afetam consumo e produção

Continuação da pág. A15

"Essas medidas também trariam mais previsibilidade para os empresários e melhorariam o ambiente de negócios, incentivando o investimento privado", diz o economista Otto Nogami, do Insper. "Abririam espaço para uma retomada mais firme."

O setor que mais atrai atenções é o de serviços, que ainda não recuperou as perdas na pandemia. Ele teve um crescimento mais acelerado em novembro, de 2,6%. No entanto, está 3,2% abaixo de fevereiro.

Os ramos de restaurantes, hotéis e transportes, que exigem presença das pessoas, são os que têm mais dificuldades.

Os serviços prestados às famílias tiveram alta de 98,8% desde maio, mas seguem 34,2% abaixo do nível anterior à chegada da Covid-19. O setor de transportes ainda está 5,4% abaixo do patamar de fevereiro, apesar do ganho de 26,7% no mesmo período.

"Atividades como restaurantes, hotéis, serviços prestados à família de uma maneira geral, e transporte de passagei-

ros, seja o aéreo, seja rodoviário seja o metroviário, até tiveram alguma recuperação, mas o distanciamento social ainda não permite que o setor volte ao patamar pré-pandemia", disse Rodrigo Lobo, do IBGE.

De acordo com Thiago de Moraes Moreira, do Ibmec, esses são setores que normalmente são utilizados por famílias de maior renda, portanto não são afetados por benefícios governamentais como o auxílio emergencial.

Moreira também acredita que esta será a principal variável de 2021: o controle da pandemia.

"A sustentabilidade da recuperação depende mais da

vacina e menos de política de transferência de renda, taxas de juro e câmbio", diz Moreira.

Na sua avaliação, o crescimento no número de óbitos — o país voltou a ter 1.200 por dia nesta semana — ameaça a retomada.

"Isso vai, de novo, quebrar a trajetória de recuperação dos serviços, e aí estaremos no pior dos mundos", diz ele. "Indústria e comércio sofrendo em razão do desemprego e os serviços parando outra vez por causa da pandemia é cenário muito complicado."

A incerteza no mercado de trabalho é outro tema sensível do ano passado que já contamina as perspectivas nes-

te início de 2021. Segundo o IBGE, o Brasil tinha 14,1 milhões de desempregados no trimestre encerrado em outubro, 931 mil a mais do que no trimestre móvel anterior, encerrado em julho.

Apesar de dados positivos, como o aumento de brasileiros com algum tipo de trabalho em 2,8%, ou 2,2 milhões de pessoas — sendo 2 milhões de informais —, e o crescimento de 1,3% no número de trabalhadores com carteira assinada, a elevação da taxa de desemprego indica que o mercado ainda não tem condições de absorver todos os que buscam uma vaga.

O professor Luiz Rober-

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Sem vacina da Índia, Brasil mira Coronavac **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SÁBADO, 16 DE JANEIRO DE 2021 | Metrópole | A19


PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Sem vacina da Índia, Brasil mira Coronavac

Com o envio de 2 milhões de doses adiado, ministério recorre ao imunizante do Butantã

Matheus Vargas
Fátima Prando
Evelly Berthel / BRASILIA

A Índia informou ao Brasil que não pretende aceitar agora o pedido para a liberação das milhões de doses de vacinas da AstraZeneca/Oxford. A negativa frustrou a expectativa do governo federal, que tinha pronto um plano para que o imunizante chegasse ao País até domingo, a tempo de ser usado no início da vacinação em todo o País. Após a resposta dos indianos, o Ministério da Saúde solicitou ordem a entrega "imediate" de 6 milhões de doses da Coronavac, produzidas pelo Instituto Butantã, em parceria com a chinesa Sinovac.

"Resolva-se, não foi decisão nossa, mas em um ou dois

dias até que o povo comece a ser vacinado lá (na Índia), porque lá também tem as pressões políticas de um lado ou de outro", afirmou o presidente Jair Bolsonaro em entrevista à TV Band. O país asiático alegou "problemas logísticos" para liberar as doses ao Brasil – a vacinação na Índia deve começar hoje.

"Daqui a dois, três dias no máximo, o nosso avião vai partir e trazer mais 2 milhões de doses", disse Bolsonaro. Um avião fretado está no Recife, pronto para ir buscar a vacina.

O Ministério da Saúde planeja iniciar a imunização na quarta-feira, 20. Se a vacina da Índia não chegar a tempo, não está descartada a possibilidade de a vacinação começar apenas com a Coronavac, o que representaria um revés político para Bolsonaro. O presidente já chegou a

declarar que não compraria o imunizante chinês – que acabou comprando –, a aposta do governador João Dória, seu adversário político, para a vacinação em São Paulo. Na semana passada, o presidente também prometeu a eficácia de 90,4% da vacina, próximo do patamar mínimo exigido pela Anvisa.

"Resolvemos a urgência na imediata entrega do quantitativo contratado, tendo em vista que este ministério precisa lidar a logística de distribuição para todos os Estados de maneira simultânea e equitativa", diz o ministro em ofício ao diretor do Butantã, Dilma Covati.

Divisão. Mais cedo, em entrevista no Bandeirantes, Dória afirmou que cerca de 4,5 milhões de doses da Coronavac seriam encaminhadas para o Mi-



Adiado. Avião da Azul em Viracopos; aval para decolar pode demorar mais dois dias

nis 54 milhões de unidades. A Anvisa deve decidir no domingo se libera o uso emergencial da Coronavac e da vacina de Oxford. Antes disso, estes imunizantes devem ficar sob guarda do Butantã e da Fiocruz.

Índia. Segundo o Itamaraty, o governo indiano mostrou "boa vontade" em liberar a carga, mas apontou "dificuldades logísticas", pois o pedido brasileiro ocorre no momento em que o país começa a sua campanha de vacinação e há um sensibilidade política interna para, ao mesmo tempo, liberar 2 milhões de doses ao Brasil.

"Foi tudo acertado para dar a possibilidade a milhões de doses, só que hoje, nesse exato momento, está começando a vacinação na Índia. País com um bilhão e trezentos milhões de habitantes", afirmou Bolsonaro em entrevista a José Luis Duarte, da TV Band.

O avião da Azul que deveria buscar as doses do imunizante do laboratório indiano Serum deveria decolar de Recife ontem, mas o voo foi adiado. O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, telefonou na quinta-feira ao chanceler indiano, Subrahmanyam Jaishankar, em tom de pedido brasileiro para o envio das 2 milhões de doses. Um diplomata que acompanhou o telefonema disse que o diplomata indiano não rejeitou o pedido, mas disse ser necessário "ajustar os tempos" para que ele seja atendido.

O Itamaraty espera que o avião brasileiro retorne em meados da próxima semana. O governo já fala agora em receber as vacinas no Brasil na terça-feira que vem.

PARA ENTENDER

Anvisa decide aval amanhã

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deve divulgar neste domingo os resultados da análise dos pedidos de uso emergencial temporário das vacinas Coronavac (Butantã/Sinovac) e AstraZeneca (Oxford/Fiocruz). A data é o penúltimo dia do prazo estabelecido pela própria direção colegiada da agência como meta para análise dos dois pedidos. A documentação a respeito foi entregue, por Butantã e Fiocruz, no dia 8.

ministério da Saúde para que fossem incorporadas ao Plano Nacional de Imunização do governo federal, enquanto o restante ficaria no Estado. "As vacinas que chegam ao Brasil serão encaminhadas ao Ministério da Saúde", disse o governador. "Vacinas de São Paulo ficarão em São Paulo", completou Dória na entrevista.

Em nota, o Butantã disse que questionou o ministério sobre a quantidade de doses a ser destinada a São Paulo. Segundo ele, em todas as vacinas destinadas ao PNI "é praxe que uma parte das doses permaneça em São Paulo, Estado mais populoso do Brasil. Isso acontece, por exemplo, com a vacina contra o vírus influenza".

O governo federal comprou 40 milhões de doses da Coronavac, com opção de adquirir

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Bolsonaro não deve mais barrar a Huawei no leilão do 5G no Brasil **Impacto:** Neutro

E&N ECONOMIA & NEGÓCIOS
INCLUI CLASSIFICADOS
ESTADO DE S. PAULO

COMECE O ANO COM NOVOS PLANOS. ACESSE E COMECE NOSSOS EMPREIS PARA MORAR OU INVESTIR.

TEGRA
INTELLIGENCE

Tecnologia. Vice-presidente Hamilton Mourão disse que toda empresa que comprovar respeito à soberania nacional e privacidade dos dados poderá participar do leilão; com saída de Trump, nos EUA, ficou improvável banimento da chinesa, dizem fontes do Planalto

Bolsonaro não deve mais barrar a Huawei no leilão do 5G no Brasil

Edna Biondini
Luiz Lima
Associação Brasileira

Sob pressão, o governo Jair Bolsonaro não deve barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil. Segundo fontes do Palácio do Planalto e fontes de telecomunicações, a possibilidade de a empresa chinesa participar do leilão de 5G no Brasil não deve ser barrada.

O ministro de Desenvolvimento Econômico e Indústria, Sérgio Cabral, afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil.

Alguns líderes da oposição pediram que o governo não barrasse a Huawei no leilão de 5G do Brasil. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil.

Apesar da pressão, o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil.

Além disso, o ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil.

Segundo, todos os requisitos que a empresa chinesa precisa cumprir para participar do leilão de 5G do Brasil não devem ser barrados. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil.

Quanto ao leilão de 5G, o ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil.

“Toda empresa que comprovar respeito à soberania nacional e privacidade dos dados poderá participar do leilão; com saída de Trump, nos EUA, ficou improvável banimento da chinesa, dizem fontes do Planalto”

segurança e privacidade de dados das empresas”

“Não existe nenhuma proibição para as empresas chinesas participarem do leilão de 5G no Brasil, disse um funcionário do governo”

“O ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil”

“Segundo fontes do Palácio do Planalto, o ministro afirmou que o governo não vai barrar a Huawei no leilão de 5G do Brasil”

ON
INVESTIMENTOS

MOEMA

RENTABILIDADE ACIMA DA MÉDIA E GESTÃO TOTAL SEM BUROCRACIA. INVISTA VITACON.

COMPLEXO MIXED USE

STUDIOS E RESIDENCIAIS PREMIUM COM 2 E 3 DORMS.

COMPLEXO GASTRONÔMICO E HOTEL COM BANDEIRA INTERNACIONAL.

POWERED BY HOUSI

3588.4101
VITACON.COM.BR

VITACON
REINVENTE A CIDADE

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Após queda de 40% na receita em 2020, Giraffas cria franquias mais baratas **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SEMPRE DIÁRIO JANEIRO DE 2021 | Economia | B7

Negócios

Beleza

Espaçoliser pode obter até R\$ 3 bi em abertura de capital. Pág. B8

Restaurantes. Rede especializada em refeições tenta reduzir dependência de lojas em shoppings centers e lança alternativas mais em conta para atrair novos investidores, como unidades que vão funcionar em contêineres e pontos que venderão apenas sanduíches

Após queda de 40% na receita em 2020, Giraffas cria franquias mais baratas

Fernando Scheffer

O ano de 2020 foi muito difícil para o setor de restaurantes. Entre as grandes redes, uma das que sentiriam os efeitos da pandemia foi a Giraffas. A empresa foi afetada não só pelo fechamento temporário das unidades, por causa de lockdowns decretados em diferentes partes do Brasil, mas também pela explosão do home office, que tirou de circulação o cliente que precisava almoçar fora em dias de semana. Resultados segundo o fundador e presidente da Giraffas, Carlos Guerra, o fechamento da rede deve cair 40% quando os números anuais estiverem fechados.

Em 2020, a empresa deve faturar R\$ 420 milhões, os R\$ 300 milhões a menos do que em 2019. Guerra afirma que, diante desse cenário, a companhia está buscando formas de cortar custos. Isso significa simplesmente andar no caminho contrário do que era considerado receita de sucesso até aqui. Primeiro, as lojas de shopping, antes prioritárias, agora devem ficar em segundo plano. E a empresa, que sempre se vendia como

uma alternativa diferente a demais redes, justamente por vender refeições, agora deve apostar com força nos lanches.

"Evidentemente, agente deu um cavalo de pau", define o empresário. A ordem, agora, é reduzir o investimento necessário para abrir uma loja para continuar a oferecer franquias de casa dentro de casa. No caso das unidades especializadas em hambúrguer, que a Giraffas agora oferece com mais força, o custo de uma inauguração é de cerca de R\$ 300 mil. Já as lojas em contêineres devem ficar até 15% mais baratas do que as de shoppings, que exigem capital de R\$ 600 mil a R\$ 700 mil.

Acordar o investimento para inauguração e encerrar o crédito, a Giraffas busca ampliar sua rentabilidade — que, no fim das contas, é o mais importante para o franqueado. No shopping, segundo especialistas, o fechamento é mais alto, mas a margem costuma ser mais especializada que nua, onde há também a vantagem de gerar serviços de delivery mais ágeis.

Já a priorização dos sanduíches reflete também o efeito da alta dos alimentos nos últimos meses, especialmente do arroz



'Cavalo de pau'. Mudanças foram maneira de conter o fechamento de lojas, afirma Guerra

e do feijão. "A gente quer ter um cardápio com um preço competitivo, mas a situação do preço dos alimentos é terrível", define Guerra.

O fundador da Giraffas afirma que, no segundo trimestre de 2020, chegou a prever uma queda ainda pior. "Em abril, o fechamento chegou a cair 90%. Em um determinado momen-

to, chegamos a pensar que fechávamos 100 lojas, passando de 400 para 300 unidades", lembra Guerra. No fim das contas, a redução deve ficar entre 30 e 35 pontos de venda.

Mudança estrutural. Para Sérgio Molinari, fundador da Food Consulting, as mudanças implementadas pela Giraffas devem

ser vistas em outras redes que também apostavam fortemente em shopping centers. Isso porque, mesmo quando a pandemia passar, algumas mudanças no mercado de trabalho devem permanecer. "O Brasil tem menos pessoas ocupadas em relação ao início da pandemia. E isso sem contar os milhões de pessoas que trabalham em regi-

ões rurais, que também não comem mais em restaurantes."

Uma pesquisa feita no fim de outubro pela consultoria mostra que 51% dos restaurantes do País ainda tiveram queda de faturamento superiores a 20%, na comparação com 2019. "Mas isso não aconteceu nas padarias, que continuam abertas durante o período de isolamento, e com os lanchonetes, que se adaptaram mais rapidamente à realidade do delivery", explica o especialista.

As redes de fast food, categoria que incluem os concorrentes diretos da Giraffas, no quinto posto, como o Mc Donald's e o Burger King, tiveram perdas bem menores, ao redor de 10%, o que colocou a queda consolidada do setor de alimentação fora do lar — que inclui lanchonetes, restaurantes e também padarias — em 19%.

Na rede de Molinari, as grandes redes que trabalham com um cardápio mais variado — caso de Giraffas e Habb's — vão ter de segmentar a atuação loja a loja. Ou seja, valerá reestruturar, em determinados pontos, não vale mais a pena atuar de forma mais ampla, só com lanches e sanduíches.

Veículo: Estadão – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 16/01/21 – Cidade/UF: AM
Título: Amazonas sabia desde novembro que oxigênio de hospitais era insuficiente Impacto: Neutro

Metrópole

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

SITUAÇÃO DA COVID-19 NO PAÍS

Com dados do consórcio da imprensa e do ministério (recuperados)

TOTAL DE CASOS	NOVOS REGISTRADOS POR DIA EM 15 DE JANEIRO	MÓDULO DE ÓBITOS DIÁRIOS	TOTAL DE ÓBITOS DIÁRIOS	NOVOS CASOS REGISTRADOS EM 15 DE JANEIRO DE 2021	TOTAL DE ÓBITOS REGISTRADOS EM 15 DE JANEIRO DE 2021
208.238	1.131	584	8.584.253	661.336	1.361.315

Após notícias, cotagem transferida de sociedades. Pág. 10 |

Informação consta de projeto da Secretaria de Saúde do Estado, que destacou o crescimento no número de casos de covid-19 e o risco da 2ª onda da pandemia. Governo local diz que sempre contratou todo o insumo que a empresa White Martins foi capaz de produzir

Amazonas sabia desde novembro que oxigênio de hospitais era insuficiente

Felipe Koch

Pelo menos desde o dia 23 de novembro, a Secretaria de Saúde do Amazonas sabia que a quantidade de oxigênio hospitalar disponível seria insuficiente para atender a alta demanda prevista pelo crescimento de covid-19. A informação consta de projeto básico, que foi elaborado pela própria pasta, para a última semana antes do ano passado, realizada no fim do ano passado.

Nesta semana, o estoque de oxigênio chegou a acabar nos hospitais de Manaus e pacientes começaram a sofrer, segundo o relato de médicos. O contrato original para aquisição de gases medicinais do sistema de saúde é de 2016 e foi assinado com a White Martins, a principal fornecedora no Amazonas, com valor contratual informado de R\$ 1,3 milhão. Inicialmente, o acordo previa o atendimento de até dois mil pacientes respiratórios.

Em 2018, ainda antes da pandemia, a secretaria chegou a emitir uma nota técnica que, juntamente com representações recebidas de 3,2% de médicos, pediu o aumento do contrato de saúde de 2016 em 100% (sem efeito). Em julho de 2020, o Estado solicitou uma renovação de 21,2% para adquirir insumos em 2020, sem a necessidade de abrir um novo processo de contratação.

Toda essa obra, no entanto, foi usada na última compra entre novembro. No entanto, a

pasta ainda informa a inclusão "com urgência" do Hospital Geral de Rocha, em Manaus, na lista de unidades atendidas.

O projeto para o aditivo é de 23 de novembro. No documento, a secretaria também admite que os casos do novo coronavírus já estavam em alta na época e que o nível de oxigênio contratado não seria suficiente para dar conta da demanda.

"No Estado do Amazonas os casos de covid-19, segundo dados preliminares, vêm apresentando alta constante de casos confirmados", diz o documento. "O percentual de 11,912% disponível para Manaus não atende as necessidades desta secretaria, a alta crescimento no número de casos confirmados da covid-19 e o pronunciamento até a presente data da Diretoria de PVS (Planície de Vigilância em Saúde de Assistência) quanto a uma possível 2ª onda da pandemia."

Segundo Portaria Transparência do Amazonas, os itens do aditivo incluem um total de 597 mil m³ de oxigênio líquido e 6,2 mil m³ de forma de gás, que foram adquiridos em lotes intermédios por compressores. Também foram comprados outros gases hospitalares para procedimentos médicos diversos.

As licitações anteriores, coordenadas pelo secretário de Saúde do Amazonas, Marcelino Campêlo, dizem que o contrato de oxigênio no Amazonas cobre de 1,1 mil para 30 mil m³ por dia durante o período de licença, ainda em 2020.

Falta do material pode afetar todo o País, diz secretário

● O secretário de Saúde do Amazonas, Marcelino Campêlo, afirmou que a entrega de oxigênio a Manaus pode ser normalizada hoje, após a realização de uma operação de guerra para conseguir atingir as cilindros.

Ainda assim, disse que a capital amazônica será afetada até o fim deste mês, com "muito perigo" sobre o resto do país. Campêlo afirmou ter alertado outros Estados sobre o risco de uma crise nacional de falta de gás, essencial para o tratamento de casos mais graves de covid-19.

Se o índice for considerado como referência, o volume era contratado diário para abastecer o Estado por menos de duas semanas. Nesta semana, o consumo estaria ainda maior: 76,5 mil m³ por dia e "com indicação de demanda crescente". Nesse cenário, o insumo contratado não duraria quatro dias.

No projeto, a secretaria ainda registra que o Departamento de Legislação foi favorável e fazer uma compra maior e estender o aditivo para 45,9% - e não mais de 25%. O pedido, entretanto, foi negado em despacho da Secretaria de Gestão Ad-

ministrativa do Amazonas, segundo o documento.

Desabastecimento. O Estado sabe-se lá se o documento à Secretaria de Saúde do Amazonas e que encerra quase as medidas tomadas para os casos de saúde em Manaus se basear em testes de consumo que a empresa analisou nos últimos meses. Na nota, a pasta não responde às perguntas de que "sempre contratou tudo o que a White Martins foi capaz de produzir".

A secretaria afirma, ainda, que "sempre trabalhou" com

precisão de maior demanda por oxigênio nesse período por causa da pandemia e do uso inadequado de outros sintomas gripais. Também diz que, até o último dia 7, "descobrimos" que "a capacidade máxima produtiva na planta de Manaus da White Martins era de cerca de 22 mil m³ por dia" e que a empresa "teria dificuldade em seguir atendendo à demanda crescente".

O governo afirma que, desde que foi comunicada pela empresa sobre dificuldades com a demanda, iniciou mobilização, com o apoio das Forças Armadas, no transporte de oxigênio de plantas da White Martins em outros Estados para Manaus, além de requisitar toda a produção de outras duas empresas que produzem em capital, mas que não de menor porte.

Ainda em curso a nota, em ofício enviado ao Comitê de Gestão do governo, no último dia 9, a White Martins diz que sua planta opera no limite e classificou o consumo como "sem precedentes". Procurada sobre o Estado, a empresa não respondeu até sexta-feira.

O governo também disse ter iniciado "prospecção para contratação de mais unidades para os hospitais de Manaus, medida que foi assumida pelo Ministério da Saúde". A reportagem não conseguiu contato por telefone com o secretário de Saúde para perguntar sobre o conteúdo do projeto de aditivo. **JOSÉ PAULO MARTINS SANTOS/AGÊNCIA ODIOS**

Governo recua sobre imposto maior de cilindro

BRASÍLIA

Após o prévio governo federal ter elevado o imposto de importação sobre itens necessários para combater a covid-19, entre eles os cilindros de oxigênio, o Comitê de Comércio Exterior (Camece), do Ministério da Economia, decidiu ontem não se meter ao assunto. Com a decisão, adotada em reunião extraordinária convocada para discutir produtos vitais do comércio, o governo não vai aumentar o pagamento do tributo a partir de amanhã. Os beneficiários não são os cidadãos.

A medida foi anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro em sua conta no Facebook, após um dia de silêncio sobre o pedido anterior da Camece - sua qual o governo havia elevado o tributo sobre os insumos médicos. A portagem foi feita entre mesmo de qualquer comunicado oficial da Câmara sobre a nova resolução.

"A Câmara se reuniu em caráter emergencial e reduziu para zero o imposto de importação de diversos itens como respiradores, oxímetros, monitores de sinais vitais, sensores e tanques de O₂ (oxigênio)", escreveu Bolsonaro. "Sempre que possível, reduções de impostos para facilitar o acesso de insumos e bens necessários para o combate ao covid-19."

Desde o dia 7, os cilindros de ferro usados para armazenar gases medicinais adquiridos do exterior voltaram a ser taxados em 16%, e os cilindros de alumínio, em 6%. Na prática, o fim da isenção tornou mais custosa a aquisição desses produtos.

O fim da isenção desse taxa, que estava em vigor desde março de 2019, foi decidido em reunião do Comitê Executivo de Gestão (Cegest) da Câmara de Comércio Exterior (Camece) de dia 10 de dezembro de 2020, três semanas antes de a rede hospitalar em Manaus entrar em colapso pelo falta do insumo. A reunião concordou em não se meter ao assunto após as notícias do aumento do imposto de importação terem sido fortemente negativas.

Antes disso, hospitais em Manaus ficaram com o oxigênio e pacientes com covid-19 morriam sofrendo. **RICARDO RODRIGUES, EMILY REINDE, IGARA TORRES/AGÊNCIA ODIOS**



Fila do oxigênio. Pais e parentes foram a uma distribuidora para recuperar cilindros de oxigênio; situação causa indignação com o poder público

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/3
Título: Pandemia aquece venda de móveis de escritório usados **Impacto:** Neutro

← Continuar de |

Pandemia aquece venda de móveis de escritório usados

Pandemia movimentou leilões e sites de usados

BRASÍLIA (REDAÇÃO O GLOBO) - A venda de móveis de escritório usados aqueceu a segunda metade de 2020. Isso é resultado da procura por itens de escritório para o home office ou fechando devido à crise causada pela pandemia. Do outro lado, pessoas buscando um ambiente mais adequado para trabalhar em casa. Esse movimento é comprovado pelo salto, de 2019 para 2020, de leilões e anúncios em sites de vendas de itens usados. Na Sold Leilões, por exemplo, a quantidade de empresas que fecha-

ram ou reduziram e botaram os móveis à venda dobrou no período. Ana Matheus, gerente comercial, explica que este crescimento engloba todo tipo de negócio, mas ressalta que só abuses por produtos de escritórios cresceu em torno de 300%.



Vantagem. O antigo escritório da green4T: a empresa achou bom não ter de lidar com a logística ao vender seus móveis e equipamentos, já que o comprador é que fica encarregado de retirar os itens

— Sempre tivemos procura de escritórios querendo aumentar ou renovar mobília. Agora, é para diminuir. O crescimento veio principalmente das empresas que adotaram 100% o home office. As peças mais ofertadas e procuradas em 2020 foram cadeiras e mesas, telefones, computadores e gaveteiros. Os valores variam muito, mas podem chegar até 50% menos que um novo — conta Ana. Segundo o leiloeiro Franklin Levy, há 20 anos no ramo, aumentaram os acessos ao site, e a margem de lucro cresceu em média 20% em relação a antes da pandemia. — Também recebi diversos donos de

restaurantes que fecharam seus negócios e decidiram leiloar os itens.

NOTEBOOK E SOFÁ

Já na OLX, site especializado no comércio de itens usados, o número de usuários

Ativos cresceu 18% de 2019 para 2020... quase o dobro dos usuais 10% por ano. A procura por itens aumentou 11% no período. Segundo Lucas Vargas, diretor-geral da OLX, não há como precisar a origem das ofertas. Mas, segundo ele, em 2020 houve uma grande procura por produtos típicos de trabalho. Os itens de escritório mais anunciados, procurados e vendidos no site no ano passado foram notebooks, computadores e monitores, impressoras, teclados, mouse e roteadores, entre outros. — Em toda a plataforma, o item mais buscado foi notebook, quase

50% a mais em comparação com 2019. O segundo item, curiosamente, foi o sofá, que teve aumento de busca em 40% — diz Vargas. O consultor de TI Fábio Martins, de 45 anos, renovou seu home office com móveis vindos de dois escritórios

Contábeis, na Zona Oeste do Rio, comprados na OLX. Ele já estava mobiliando a casa com itens seminovos, como sofá, geladeira e máquina de lavar, desde fevereiro. Quando veio a pandemia e viu que o home office seria longo, decidiu investir em mesas e cadeira ergonômica: — Comprei por R\$ 300 uma cadeira que custaria mais de R\$ 1 mil, além de duas mesas, por R\$ 100 cada, que custariam pelo menos R\$ 500 cada. Se eu comprasse todas as peças novas para montar o home office, gastaria pelo menos uns R\$ 3 mil — conta Martins, que calcula ter economizado cerca de 70% com a compra de

itens seminovos. Preços mais em conta para itens de boa qualidade são o principal atrativo de leilões e sites de usados. Em leilões, as empresas costumam vender várias peças ao mesmo tempo, que são catalogadas em lotes.

Ana explica que os compradores, geralmente, são pessoas físicas, mas hoje há quem aproveite as ofertas para montar escritórios pequenos. Nesse processo, o comprador é que fica encarregado de buscar o produto. Isso pesou quando a empresa de tecnologia green4T desativou um escritório no Brooklin, na capital paulista, onde trabalhavam 160 funcionários, e vendeu um lote com mais de 200 itens pela Sold. — Disponibilizamos computadores e cadeiras para os funcionários e vendemos mesas, gaveteiros, projetores, sofás, pufes, entre outros. O leilão acaba agilizando esse processo de venda porque não tem a preocupação co-

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/3
Título: Pandemia aquece venda de móveis de escritório usados

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 3/3
Título: Pandemia aquece venda de móveis de escritório usados **Impacto:** Neutro

no processo logístico — diz Roberta Cipoloni, diretora de Marketing e Sustentabilidade da green4L.

MÓVEIS COM HISTÓRIA

Masa procura não se restringe a itens de escritório. Há quem busque achados ou móveis que guardam histórias. É o caso de Laura Machado, de 65 anos. Ela arrematou um móvel do leilão de peças do restaurante O Navegador, tradicional no Centro do Rio, que fechou as portas na pandemia. O cocho de madeira usado pela chef Teresa Corção para acomodar frutas e legumes da agricultura familiar agora está no sítio de Laura no Vale das Videiras, em Petrópolis, Região Serrana do Rio. Ela explica que o interesse pela peça veio da formação como psicóloga especialista em gerontologia e da valorização dos produtores rurais: — Quando soube que o Navegador ia fechar me



Preço. Martins montou seu home office em um site de usados: economia de 70%

deu uma tristeza enorme. Meu tataravô fundou o Clube Naval, e o espaço fez parte do meu imaginário avião li-

teira. Ter essa reliquia é uma forma de eternizar história do Navegador e também os saberes dos produtores ru-

rais. Agora vou construir um espaço no sítio para que a peça ganhe uma visibilidade à altura. O negócio foi bom também para ache feito nado Navegador. Teresa conseguiu arrendar R\$ 150 mil no leilão, o que permitiu quitar um quarto das dívidas do restaurante: — Se para alguns foi um momento em que não havia luz no fim do túnel, ao mesmo tempo houve empresários e chefes de cozinha que estavam abrindo novos restaurantes. Fiquei feliz em saber que essas peças foram para outras pessoas. É muito legal saber que esses móveis viraram uma coisa viva para outras pessoas. — Estagiária, sob a supervisão de Danielle Nogueira



Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/2
Título: Alertado sobre risco de processo, Bolsonaro mantém Brandão no BB **Impacto:** Neutro

Alertado sobre risco de processo, Bolsonaro mantém Brandão no BB

Segundo fontes, União poderia ser responsabilizada por acionistas minoritários em caso de prejuízo ao banco

WWW.G1.COM

O presidente Jair Bolsonaro foi convencido a manter André Brandão na presidência do Banco do Brasil, como antecipou o colunista do GLOBO Laurício Jardim, depois de ser alertado por aliados sobre o risco de o governo federal sofrer processos no Brasil e nos Estados Unidos por interferência indevida na estatal. A União é acionista controladora do BB, mas a instituição financeira tem ações negociadas em Bolsas de Valores, inclusive em Nova



Banco do Brasil. Além de programa de demissão voluntária (PDV), plano de enxugamento prevê fechamento de agências

York. São mais de 700 mil investidores com ações no BB, de acordo com o próprio banco. Atualmente, quase 30% do capital estão no país, e 20%, no estrangeiro.

Bolsonaro ameaçava demitir o presidente do BB por ter ficado irritado com o plano de enxugamento anunciado pela estatal na última segunda-feira. O pacote prevê um programa de demissão voluntária (PDV) para cortar cinco mil vagas, além do fechamento de agências e outras unidades, com o objetivo de economizar cerca de R\$ 3 bilhões até 2025. O presidente reclamou do impacto político do fechamento de agências, especialmente no interior, e do fato de as medidas serem anunciadas às vésperas das eleições para o comando da Câmara e do Senado. Bolsonaro ainda ouviu queixas de aliados sobre o encerramento das agências. Desde quarta-feira, o ministro

da Economia, Paulo Guedes,

E o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, atuaram como bombeiros para reverter a decisão de Bolsonaro. Eles alertaram o presidente que a demissão de Brandão seria avaliada como interferência política em uma empresa pública que tem ações em Bolsa.

ABUSO DE PODER

A Advocacia-Geral da União (AGU) também entrou em campo. Bolsonaro foi avisado sobre o risco de o governo ser acionado na Justiça por acionistas minoritários, no Brasil e nos Estados Unidos, por conta da interferência no banco.

A Lei das S.A. prevê que o acionista controlador pode ser processado por abuso de poder. Segundo um advogado

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Alertado sobre risco de processo, Bolsonaro mantém Brandão no BB

do consultado pelo GLOBO, acionistas minoritários poderiam acusar a União de causar prejuízo à instituição financeira com a demissão, embora o estatuto do BB permita que o presidente da República nomeie ou demita o chefe do banco. Esse especialista, que pediu para não se identificar porque o assunto é politicamente sensível, afirmou ainda que os conselheiros poderiam desrespeitar o artigo 154 da Lei das S.A., que estabelece os deveres dos administradores de companhias. Outro especialista, que também pediu anonimato, diverge dessa avaliação. Para ele, seria difícil provar em

Um processo contra a União que a troca no comando do banco resultou em prejuízo. Ele lembra que a Lei das Estatais estabelece critérios técnicos para indicação de dirigentes de companhias públicas, o que garante que um eventual novo nome precisaria ser igual-

mente qualificado para o cargo. O plano alvo da irritação de Bolsonaro foi aprovado pelo Conselho de Administração da instituição, em que representantes do governo têm assento.

O plano foi informado a Guedes, que deu aval para as medidas. A equipe econômica defende as medidas e considera

Que elas estão em linha com ações tomadas por bancos privados. Além disso, o PDV foi aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia (Sest). Para 2020 e 2021, a Sest aprovou oito PDVs, incluindo o do BB: BNDES, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Correios, Dataprev, Finep e Serpro. A Petrobras também anunciou PDV, mas ela não precisa do aval da Sest. Por esses motivos, fazer adaptações no plano de en-

xugamento é complexo e seria necessário manter a economia prevista, segundo uma fonte.



Modificar



Salvar



Mais



Gostei (0)



Não gostei



Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 16/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Com crise, lojas parcelam material escolar em até 12 vezes **Impacto:** Neutro

CONTINUA

Com crise, lojas parcelam material escolar em até 12 vezes

Crise e incertezas sobre volta às aulas impactam vendas neste início de ano

DE FÁBULA FIDEL, REPÓRTERA EM SÃO PAULO

Estabeleço desde ano em que pais toem à procura de livros novos para comprar material escolar. Em 2021, porém, incertezas sobre o desfecho, o fim do auxílio emergencial e a indefinição sobre se as aulas serão presenciais ou não têm levado famílias a botarem o pé no freio nas compras. Para não deixar este período de sem ocupar e melhorar o faturamento, lojas fizeram promoções e parcelam compras

em até 12 vezes. Na Copibook, em Copacabana, o desconto para um gamutualista de 10% nos materiais escolares, mas o abatimento no preço do livro infantil não didático pode chegar 20%. A loja também oferece parcelamento em até oito vezes e, para atingir os clientes, além do atendimento presencial, vende pelo WhatsApp. O dono, Alex Demingues, diz que em 22 anos de existência a loja nunca teve um

ano tão difícil. O aumento aplicado pelas distribuidoras nos preços dos livros didáticos e as dúvidas acerca deste ano o levaram a comprar apenas meta de do quadro costuras. Ainda assim, a quantidade vendida foi em torno de 70% entre setembro e novembro de 2020, na comparação com a média das mesmas anteriores. — Foi a primeira vez que teve essa queda drástica. O que está acontecendo é que aumentou a troca de livros dentro das escolas. Como alguns não foram usados no ano passado, pais de séries diferentes se filiam entre si para trocar os livros — comenta.

ESTRATÉGIA DIGITAL

As grandes redes também fazem ofertas para flagar o cliente neste início de ano. Até o dia 30 de março, a Kalunga oferece descontos progressivos e parcelamento em até 12 vezes sem juros

em compras acima de R \$150. A rede também estirpa a equipe de atendimento e logística e a oferta de livros de informática, por causa da demanda para as aulas on-line.

A Americanas e a FaberCastell também reforçaram a estratégia digital. Na Americanas, as compras podem ser feitas por aplicativo, site, loja física ou WhatsApp, com entrega em até três horas. Pelo site, há descontos de até 15% em pagamentos à vista, e o frete pode ser gratuito, dependendo da região para entrega e do valor da compra. Se a compra for paga com o aplicativo Amé Digital, os clientes podem ter cashback, ou seja, parte do dinheiro de volta em produtos selecionados ou parcelar em até até 12 vezes sem juros.

Já na Faber-Castell, as vendas costuram o mesmo patão de dezembro,

mas, segundo a gerente de Marketing Flavia Giardano, embora durante a quarentena se mantivesse. Nas vendas on-line, houve até aumento. A marca diversificou sua forma de alcançar o consumidor, direcionando a oferta ao digital com cursos gratuitos, tutoriais e lives, que atendem não só as escolas, mas oferecem atividades de colorir e desenhar que ajudam a aliviar pais e crianças confinados em casa. — Detoo espaço a lançamentos importantes, além da manutenção das linhas habituais mais desatualizadas durante a volta às aulas. Assim, fluímos digital mais elevante. Para as escolas, criamos uma rede solidária em parceria com colégios, para compartilhamento de conteúdos EAD (maino à distância).

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/3
Título: Ministros debatem segurança jurídica durante evento em Natal **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ministros-debatem-segurana-a-jura-dica-durante-evento-em-natal/500543>

Ministros debatem segurança jurídica durante evento em Natal

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Para discutir a crescente instabilidade do investimento público nacional, que se agrava nos últimos anos devido ao excesso de impostos para os investidores, o Sistema Tributário de Condição, o Sistema FISCAL, o Sistema de Direitos, o Sistema de Segurança Jurídica, o Sistema de Desenvolvimento Econômico. O evento reuniu o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffi, o vice-presidente e corregedor do Tribunal do Controle da União (TCU), Bruno Dória, o ministro da Constituição, João Feres. O posicionamento dos ministros trouxe atenção e representantes da setor privado que acompanharam o debate.

Crédito: Aécio Regis



Jornalistas da Tribuna do Norte, acadêmicos da Fecop/UnB e o vice-presidente de Sinpro/UnB acompanharam os ministros e o corregedor do TCU em Natal.



O ministro do Sistema Tributário de Condição, João Feres, afirmou estar cada vez mais um cenário que penaliza investimentos e precisa atuar entre o Poderes e a empresarialidade, resolver os problemas para debater e trazer um diferencial para o Rio Grande do Norte, representante do Mega para as empresários. "O desenvolvimento econômico depende de investimentos, e os investimentos dependem da segurança jurídica. Isso isso, isso do setor privado e investidores. A justiça não pode ser ideológica. Tem que ser imparcial e ter equilíbrio. Tem que dar imparcialidade ao Brasil", disse o ministro na abertura do evento.

A busca por mais estabilidade foi descrito nos papéis dos ministros que se encontram sempre de preocupação da classe empresarial local. "Porque todos tememos o não nos resolver e isso faz acreditar que não há mais para o nosso país. Então, sempre mais o desafio e esperança que não pare por aqui. Que o Sistema Tributário continue a manter metas que possam ser desenvolvidas demandas de sociedade e, sobretudo, buscar melhorar pessoas que possam oferecer contribuição à liderança do desenvolvimento econômico do nosso país", declarou Paulo Araújo.

No Rio Grande do Norte, empresários, representantes de sindicatos e associações de classe precisam estar cada vez mais a integração dos órgãos do fiscalização e controle, de defesa dos interesses sociais e individuais, fazer parte do Poder Judiciário para que o Estado não se perca investimentos que podem gerar empregos e desenvolvimento social.

Crédito: Aécio Regis



Presidente do Sistema Tributário de Condição, Paulo Araújo, destaca relevância dos debates.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/3

Título: Ministros debatem segurança jurídica durante evento em Natal

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ministros-debatem-segurana-a-jura-dica-durante-evento-em-natal/500543>

Durante a pandemia do novo coronavírus, a situação se agravou, segundo o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN), **Marcelo Queiroz**. "Vivemos um momento de pandemia em que todos os dias saem decretos e resoluções para os quais precisamos estar atentos com as nossas equipes jurídicas, inclusive ocorrendo conflitos entre essas decisões, e o empresário fica na dúvida, inseguro", relatou Queiroz.

Ele disse que acredita que ouvir os ministros sobre o empenho deles e dedicação referente a esse assunto é importante porque causa uma sensação de confiança. Para Queiroz, é necessário que haja uma segurança jurídica permeada, com clareza e objetividade de regras e propósitos. "Precisamos ter uma segurança jurídica para que as mudanças que vierem a acontecer, sejam 100% legais e que respeite o empresariado", afirmou.

O seminário, no qual o assunto foi discutido, reuniu, no Hotel Barreira Rosa, na Via Costeira, em Natal, além dos ministros, representantes de diversas instituições, como Tribunal de Contas do Estado (TCE), Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Prefeitura do Natal, Câmara Municipal do Natal, Justiça Federal, OAB, Sistema Fiem, Sistema Faem e diretores da TRIBUNA DO NORTE, Henrique Alves, Ricardo Alves e Daniel Cabral.

O objetivo foi promover uma ação de incentivo à economia e apresentar uma perspectiva sobre esse cenário desafiador para o setor produtivo. O evento foi realizado de maneira híbrida – presencial e online – com transmissão ao vivo no portal da TRIBUNA DO NORTE e na rádio Jovem Pão News Natal. As palestras estão disponíveis no portal www.tribunadonorte.com.br.

Diálogo ajudará na resolução de questões

Presente ao evento, o diretor presidente da TRIBUNA DO NORTE, Henrique Eduardo Alves, destacou que o tema é um dos mais atuais e inquietantes porque gera diversos questionamentos ligados ao crescimento da indústria e geração de emprego e renda. "A segurança jurídica tem que se inserir para dar aos investidores a tranquilidade que eles precisam para desenvolver seu negócio, mas, sobretudo, a visão do seu Estado, do país e principalmente do Nordeste, carente de iniciativas assim para poder crescer em nível de país", declarou.

Para Henrique Alves, o diálogo é a melhor saída neste cenário de incertezas, evitando assim que todas as questões desaguem no judiciário. "Há raríssimas situações que se toma em nível do Executivo ou Legislativo que não termine no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça. Esse embate tem que ser reduzido para que se tenha tranquilidade quando for investir e aplicar seus recursos com uma visão do Estado de plena segurança jurídica", avaliou.

Quando Alves esteve à frente do Ministério do Turismo essa demanda por segurança jurídica já era apresentada, mas, segundo disse, desde então, a questão ambientalista cresceu em importância e não pode ser vista como adversária do investidor. "Isso é possível com diálogo. É um grande passo que tem que se dar neste país: a conciliação do setor produtivo com a questão ambientalista para que não se gere tantos impasses que terminem no judiciário", concluiu.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 3/3

Título: Ministros debatem segurança jurídica durante evento em Natal

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ministros-debatem-segurana-a-jura-dica-durante-evento-em-natal/500543>

Plano Diretor deve focar em segurança jurídica

Em Natal, um dos instrumentos que devem trazer segurança jurídica para a atração de investimentos é a revisão do Plano Diretor, previsto para chegar à Câmara Municipal em março, quando começará a ser discutido e votado. O presidente da Casa em exercício, vereador Klaus Araújo (SDD), participou do seminário e ressaltou que, dessa forma, os vereadores poderão contribuir com o tema em debate.

"Os ministros falaram sobre segurança jurídica, um assunto de extrema importância para o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento está diretamente ligado à qualidade de vida do cidadão, juntamente com investimentos para a cidade. Isso tem a ver com a Câmara, que vai tratar sobre isso dentro do Plano Diretor, que vai ser votado buscando garantir esta segurança e, por consequência, os investimentos", destacou Klaus Araújo.

Para o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Gilberto Jales, os gestores e os cidadãos têm o direito de saber quais são as regras e como elas devem ser aplicadas para evitar conflitos judiciais. "E essa aplicação, essas interpretações, especialmente trazendo o STF e o TCU para esse debate, é importante não apenas para as instituições que aplicam as leis, mas também para o cidadão que precisa se orientar, a partir das decisões que são emanadas pelos órgãos de justiça", disse o conselheiro.

Setor produtivo demanda melhorias

A busca por um ambiente de confiança e uma legislação estável foi a grande reivindicação levada pelos representantes do setor produtivo ao evento que reuniu os ministros.

José Vieira, presidente da FAERN, relatou que o setor sofre com as questões de segurança jurídica por ser mais vulnerável, por exemplo, às inversões de terra. "Precisamos colocar na mesa discussões nesse nível de evento porque o investidor só vai conseguir desenvolver sua atividade se ele tiver a segurança de que, investindo, não haverá mudança de regras nem circunstâncias adversas", destacou.

A preocupação do setor agropecuario está na mudança de regras quando o empresário faz um planejamento e, de repente, o Governo muda a legislação. "Isso tem nos deixado preocupados tanto em nível de município, quanto de Estado e Governo Federal. As regras não podem mudar. Precisamos de regras sólidas e concretas para nos dar tranquilidade", frisou José Vieira.

Uma "pandemia jurídica" precisa ser evitada na visão do diretor primeiro-vice-reitor da FIERN, Roberto Siqueira. Isso deve acontecer através de medidas que ofereçam mais confiança à legislação. Ele disse que será otimista do seminário devido à abordagem uniforme dos ministros que demonstraram preocupação, mas também compreensão sobre a temática. "Eles vão mais além e assumem o compromisso na função que exercem e num momento muito oportuno de reformas importantes, que são a tributária e a administrativa. A segurança jurídica é importante também para que essas reformas venham a acontecer", destacou. Um grande exemplo do que disse são as decisões liminares que, quando ocorrem com frequência, sinalizam um ambiente hostil para os negócios. "E são decisões que mudam de Estado para Estado. Por isso, o debate teve todo um teor do ponto de vista federal, mas é muito importante que também se discuta do ponto de vista dos Estados", sugeriu.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/2
Título: Segurança jurídica depende da democracia, afirma Dias Toffoli **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/segurana-a-jura-dica-depende-da-democra-cia-afirma-dias-toffoli/500545>

Segurança jurídica depende da democracia, afirma Dias Toffoli

Por Redação | 17/01/2021 | 10h30

"Sem a democracia, sem estado democrático de direito, não há como falar em segurança jurídica e relações que possam levar ao desenvolvimento. E a democracia vai ter que responder com mais rapidez à segurança jurídica para evitar o caos", declarou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, durante o seminário promovido pelo Sistema Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, em parceria com a Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Sul (Fecomércio/RN), na sede-filia (15).

Toffoli defendeu que a garantia de segurança jurídica está ligada ao fortalecimento da democracia e que o prazo defendido se mantém forte para tanto. De discursos para um público seleto de representantes de instituições e entidades ligadas ao setor Público e do setor privado, pediu que a banca mais confiança para investir.

Contexto: Foto: Imagem



Ministro Dias Toffoli participou de evento promovido pelo Sistema Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, em parceria com a Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Sul (Fecomércio/RN), na sede-filia (15).

O experiente ministro que está em atividade que não garante a confiança para os investimentos é o grande obstáculo para o crescimento econômico brasileiro, especialmente neste momento de recessão, diante da pandemia do novo coronavírus. Vários são os fatores de insegurança jurídica, conforme aponta o documento "Segurança jurídica e governança: O problema e a agenda", elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2016.

A constatação é de que os meios são variados, enfiados e complexos. O resto das incertezas podem ser atribuídas e não são a necessária clareza e, por vezes, contradição com base constitucional ou em sobreposição a normas existentes. Também estão de mudança as legislações de em regras sem o devido período de transição para que a sociedade se adapte às novas regras. Além disso, há a aprovação e publicação de leis e normas sem a análise de seu impacto sobre a economia.

Com direitos e mudanças nas leis, os direitos aparecem e as decisões judiciais se diferem sobre o mesmo objeto. Mas o ministro do STF, Dias Toffoli, se esse cenário com uma segurança jurídica mais forte para o país, desde que haja uma ação integrada, envolvendo as instituições, para dar um retorno à sociedade mais rápido.

Em termos que acredita que um maior diálogo entre as instituições pode superar essa dificuldade e convicção todos a defenderem a democracia brasileira, alegando que quanto mais se questiona a liberdade e o estado democrático, mais insegurança gera. O ministro alerta que é preciso estar a postos porque não temos apenas que se reconstruir e praticar situações que geram o caos.

O próprio STF tem sido bastante criticado e atacado por grupos e movimentos antidemocráticos, que pedem o fechamento do Tribunal e do Congresso e a volta de um governo autoritário. O ministro ressaltou que o STF reage a esses ataques e que a sociedade não pode ficar inerte a esse tipo de reação que vai contra a democracia.

"Quando se questiona a democracia, temos que refletir nosso país. Seríamos pró e pessoais, suspêndos os princípios de Poderes que temos capacidade de retornar mais rápido para a população", pediu, propondo a institucionalização desse diálogo.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/2

Título: Segurança jurídica depende da democracia, afirma Dias Toffoli

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/segurana-a-jura-dica-depende-da-democracia-afirma-dias-toffoli/500545>

As declarações de Toffoli coincidem com o que apontou o documento da CNI quando se trata do ponto de vista da governança, a capacidade de o Estado planejar e implementar políticas, de geri-las e fiscalizá-las, e cumprir suas funções de forma eficaz e eficiente. Segundo o documento, é preciso haver mais harmonia entre os Poderes do Estado e nos órgãos que têm a missão do controle.

Democracia fez país superar grandes desafios, diz ministro

Outro ponto de destaque na palestra do ministro do STF Dias Toffoli, em Natal, foi a avaliação de que o Brasil tem conseguido superar, gradativamente, problemas graves. A começar pela própria democracia, que restabeleceu o estado democrático de direito, conceito que se aplica a garantir o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais, através do estabelecimento de uma proteção jurídica.

Segundo o ministro, a partir do restabelecimento da democracia com a Constituição de 1988, o país conseguiu superar a inflação trazendo confiança na moeda com juros de 2% ao ano, os entraves com a dívida externa e segurança fiscal através da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Resolvemos esses problemas. E precisamos olhar para frente e não para o anterior. Nossos problemas não são os mesmos problemas de ontem. O Brasil, nesses 32 anos de democracia, foi superando seus problemas e suas dificuldades. Nós superamos a censura, por exemplo, e criamos a liberdade de expressão", destacou, se dizendo otimista em relação a um futuro que traga segurança jurídica mais forte para o país.

Toffoli apresentou ainda decisões do STF que ajudaram o país durante o período de pandemia da covid-19, como equetes relacionadas ao chamado "Orçamento de Guerra", por exemplo, que permitiu a criação do auxílio emergencial.

Além disso, mencionou as normas que garantiram a flexibilização no mercado de trabalho e evitaram mais desemprego, assim como as medidas sanitárias de combate a pandemia. "O STF atuou para estabelecer diretrizes aos três Poderes da República em todas as esferas administrativas. Com isso, cumpre sua missão constitucional de moderar os conflitos e garantir segurança jurídica", disse.

Evento

O seminário, no qual o ministro discursou foi realizado pelo Sistema Tribuna de Comunicação, em parceria com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte ([Fecomércio/RN](#)), de maneira híbrida - presencial e online. Além dos diretores dos dois sistemas, Flávio Azevedo e Marcelo Queiroz, o evento contou com palestras do vice-presidente e corregedor do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, e do ministro das Comunicações, Fábio Faria, além da presença de representantes de diversas instituições, como Tribunal de Contas do Estado (TCE), Governo do Estado, Assembleia Legislativa do RN, Prefeitura do Natal, Câmara Municipal de Natal, Justiça Federal, OAB, Fiem, Faem e os diretores da Tribuna do Norte, Henrique Alves, Ricardo Alves e Daniel Cabral. As palestras proferidas no seminário estão disponíveis no portal www.tribunadonorte.com.br.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Governo estuda desoneração linear para gerar emprego **Impacto:** Neutro

Governo estuda desoneração linear para gerar emprego

Medida, uma das propostas que são avaliadas pela área econômica, incidiria apenas sobre um salário mínimo

Thiago Resende e
Bernardo Carrau

MAISIA. O Ministério da Economia avalia modelos distintos de programas para estimular a geração de empregos. A retomada do mercado de trabalho é uma das prioridades do ministro Paulo Guedes (Economia) em 2021, principalmente após os efeitos da crise do coronavírus.

A decisão será tomada com base no espaço no Orçamento e nas negociações políticas, pois as iniciativas dependem de aprovação no Congresso.

Apesar de ainda considerar a ampla desoneração da folha de pagamentos como o plano ideal, a equipe econômica também trabalha com focos mais modestos. A avaliação é que eles enfrentariam menos críticas da ala política e demandariam um volume menor de recursos públicos.

Para reduzir os encargos sobre a contratação de mão de obra para todos os setores (de forma horizontal), a pasta defende que seja criado um imposto substituto, que incidiria sobre transações financeiras, nos moldes da extinta CPMF. Essa saída, porém, sofre forte resistência no Congresso.

No debate sobre essa proposta, o Ministério da Economia já começa a se contentar com um formato reduzido e, portanto, mais barato. A ideia que mais ganha força no momento, de acordo com membros da pasta, é a de promover uma desoneração linear para todos os trabalhadores, mas apenas para um salário mínimo.

Isso significa que os encargos pagos pelas empresas serão zerados para os trabalhadores que recebem o piso nacional. E, para aqueles que ganham acima desse valor, a isenção será parcial. Por exemplo, um trabalhador que ganha R\$ 5.000 terá isenção sobre a parcela equivalente a um salário mínimo dentro desse valor.

Com o plano mais enxuto, o governo passa a avaliar um CPMF com alíquota de 0,2% e arrecadação de R\$ 60 bilhões ao ano — a versão original pre-

via alíquota de 0,2% e receita de R\$ 120 bilhões ao ano.

O novo formato estudado para a desoneração da folha tem custo estimado em R\$ 40 bilhões. Portanto, haveria uma sobra de R\$ 20 bilhões para outros programas.

Em caso de resistência à proposta, uma opção estudada pelo Ministério da Economia é tentar novamente criar a Carteira Verde e Amarela (contratos de trabalho com redução de tributos para o empregador) com foco em novas admissões e para uma faixa de renda específica (salários mais baixos). Isso reduz o custo da medida.

Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro assinou uma MP (medida provisória) criando um programa que reduziu a tributação sobre empresas que contratassem jovens de 18 a 29 anos em primeiro emprego. A medida só valeu para contratações de pessoas com remuneração de até R\$ 1.567,50.

Isso foi chamado de Carteira Verde e Amarela, mas a iniciativa foi derrubada pelo Congresso, que passou por uma fase de atrito com o Palácio do Planalto.

Para bancar esse programa, o governo previa cobrar contribuição previdenciária sobre o seguro-desemprego, o que também gerou críticas à MP.

Uma nova versão dessa medida (com foco no aumento da formalização do mercado de trabalho), portanto, dependeria de recursos no Orçamento ou uma compensação, mesmo que menor do que na proposta de desoneração ampla (para todos os trabalhadores e setores).

Os cálculos dependem do modelo a ser sugerido pela equipe de Guedes, pois variam de acordo com o público-alvo da Carteira Verde e Amarela.

Segundo um auxiliar do ministro, a sobra de R\$ 20 bilhões da arrecadação da CPMF poderia ser usada para financiar o programa.

Com a Carteira Verde e Amarela, o trabalhador teria contrato mais flexível e poderia prestar serviços por hora, recebendo uma remuneração proporcional ao período trabalhado. Haveria a exigência de um valor mínimo a ser pago pela hora, mas, no fim do mês, a remuneração dessa pessoa poderia ser inferior a um salário mínimo.

O economista e professor da FUC-Rio José Márcio Camargo afirma que a desoneração ampla é a medida mais recomendada. "A política é mais efetiva quando é para todos. Só assim é possível diminuir o custo de produção para todos, aumentando a concorrência e reduzindo os preços."

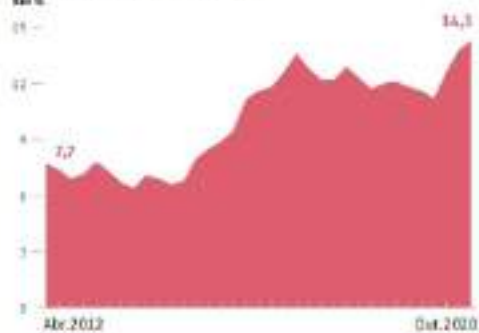
Na avaliação de Camargo, que é próximo de Guedes, como a produtividade média do trabalhador brasileiro é baixa, o custo de contratação formal (pagando os encargos) se torna alto para o empregador. Por isso, acabam optando pela relação informal de trabalho.

O governo também estuda um formato para o Imposto de Renda negativo, que poderia ser acoplado à Carteira

Medidas para formalização no mercado de trabalho em estudo pelo governo

1. Desoneração ampla, com criação de um imposto para substituir a perda de receita
2. Desoneração focada, por exemplo, em novos contratos e por faixa de renda
3. Imposto de renda negativo para estimular a formalização de trabalhadores de baixa renda
4. Reformulação do MEI

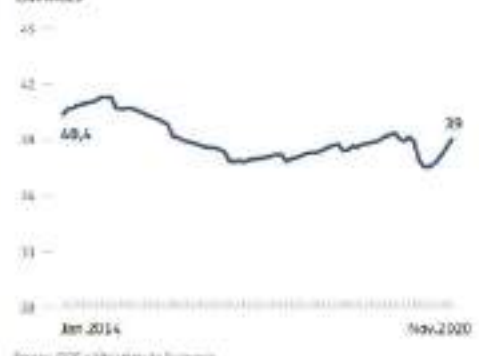
Taxa de desemprego trimestral



Saída de emprego no mercado formal



Estoque de emprego formal no país



Fonte: DGC e Folha de São Paulo

Verde e Amarela. Nesse sistema, pessoas que recebem menos de um salário mínimo ganhariam do governo uma espécie de complementação. O valor seria depositado em uma conta para a aposentadoria do trabalhador.

O objetivo é facilitar as contratações e incentivar a formalização do mercado de trabalho.

No caso do Imposto de Renda negativo, a fonte de recursos não é o único problema. Como os repasses contrariam como gasto primário, eles pressionariam o teto, regra que limita as despesas do governo. Por isso, para viabilizar os pagamentos, seria necessário cortar gastos em outras áreas.

Com impacto fiscal menor, o governo também tem como opção uma reformulação no MEI (programa de formalização de microempresários individuais).

Em 2019, por exemplo, o governo mudou as regras para permitir que motoristas de aplicativo pudessem se registrar como MEI. Isso permitiu que eles tenham um CNPJ, podendo emitir notas fiscais e fazer empréstimos com juros mais baratos.

No programa, o microempresário individual paga uma taxa mensal, que funciona também como contribuição para a Previdência, contando como tempo para poder se aposentar.

O MEI figura na lista de medidas que geram receitas de receitas para os cofres públicos, mas, na avaliação de alguns integrantes do governo, a ampliação do programa seria benéfica, pois formalizaria trabalhadores autônomos e com baixa perspectiva de conseguirem um contrato formal de trabalho.

As medidas na área do emprego são estudadas pela equipe econômica desde o início do governo, mas têm esbarreado em resistências políticas. Os atrasos ocorrem não apenas no Congresso mas também entre a equipe econômica e auxiliares de Bolsonaro.

O Ministério da Economia também não tem conseguido avançar com outras reformas de maior impacto prometidas pelo governo. Entre elas, a tributária e a administrativa, que reformula o serviço público. Também está travada a proposta que aciona gatilhos de ajuste fiscal que poderiam abrir margem no Orçamento para novos gastos.

Na avaliação de Guedes, no entanto, há espaço em 2021 para que essa agenda seja destravada. A equipe do ministro acha que haverá disposição dos parlamentares após a eleição da cúpula do Congresso, em fevereiro. Antes disso, afirmam que nenhuma nova proposta deve ser apresentada.

“A política é mais efetiva quando é para todos. Só assim é possível diminuir o custo de produção para todos, aumentando a concorrência e reduzindo os preços.”

José Márcio Camargo
economista e professor da FUC-Rio

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: 'Indústria cai de forma rápida e intensa' **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SUPLENTE | 17 DE JANEIRO DE 2021 | Economia | B3

ENTREVISTA

GILBERTO ARIBU, coordenador do Observatório de Inovação da USP

'Indústria cai de forma rápida e intensa'

Para economista, País enfrenta impactos de 'desindustrialização prematura', sem tempo de requalificar setor

Cláudia Szwarc

O Brasil passa por uma desindustrialização prematura e rápida, o que dificulta ainda mais a inovação de empresas e a requalificação de empregos, diz Gilberto Aribu, coordenador do Observatório de Inovação da Universidade de São Paulo (USP). Para ele, o País já deveria estar em "campanha violenta" para todos entrarem na onda de novas tecnologias. Mesmo que o vácuo no PIB seja ocupado pelo setor de serviços, "haverá uma queda brutal da participação na renda dos trabalhadores do meio e da base da pirâmide".

● **O País passa por uma nova onda de desindustrialização?**
Há um recrudescimento geral de desindustrialização do peso da indústria no mundo todo, tanto em relação a emprego quanto em participa-

ção ao PIB - que tende a cair ainda mais -, compacta, mais inovadora e com número pequeno de empregos, o que será trágico para o País. Mas vai continuar tendo um peso importante do ponto de vista da dinamização da economia. A indústria tem de se reinventar, e isso é a grande dificuldade.

● **É o caso do Brasil?**

O Brasil tem o que os economistas caracterizam como "desindustrialização prematura", pois está ocorrendo de maneira rápida e intensa. Europa e EUA demoraram muito tempo para ter a transferência da manufatura para a área de serviços. Aqui, ela ocorre rapidamente, não há condições boas para requalificar empresas e trabalhadores e cria-se uma economia disfuncional. Parte das empresas e dos trabalhadores é qualificada; outra, não. Então, há uma situação híbrida, que aparece no custo da produção. Isso, para mim, é o verdadeiro custo: Brasil que as empresárias não reparam. Elas só falam de imposto e infraestrutura, mas essa disfuncionalidade tem impacto grande na



Novo facho. Aribu defende estímulos para modernizar tecnologia do parque industrial no País.

● **'Armadilha'**

"Em países em desenvolvimento, o declínio (da indústria) está muito acelerado. São países que não conseguem vencer a chamada 'armadilha da renda mínima'. Países que crescem, conseguem um padrão básico e não conseguem avançar mais e ficam parados no meio do caminho"

competitividade e esse custo está nos custos da dificuldade do Brasil em não ter uma indústria competitiva.

● **O caso da Ford aponta esse processo?**
Esse movimento atinge muito fortemente a indústria auto-

mobilitar, que vive uma situação específica, replicada em três formas. A primeira é o declínio forte da indústria baseada no petróleo. Há uma alteração do comportamento da sociedade, de governos, de parte das empresas que está forçando uma redução do consumo do petróleo, isso afeta o Brasil fortemente porque as expectativas em relação ao pré-sal acabaram sendo menores do que se esperava. A segunda é a discussão do movimento sustentável e inclusivo, que não encontra na indústria uma resposta à altura. E a terceira é a questão das novas tecnologias que estão comovendo a indústria pelas bordas, principalmente pela dificuldade que ela tem de incorporá-las. Por outro lado, há tecnologias que estão abrindo oportunidades para setores que não têm nada a ver

com a indústria tradicional. Mas, no caso da Ford, que também tem uma situação específica, não acho que vai ter uma revolução de outras montadoras indo embora do Brasil, porque o mercado local é grande e isso é um trunfo.

● **Qual o peso da mudança tecnológica no setor industrial?**

Todas as novas indústrias estão sendo questionadas sobre a forma como produzem, fazem sua gestão, marketing, pois em todas essas áreas estão entrando tecnologias que exigem um reposicionamento das empresas. Mas cada uma é afetada de maneira diferente.

● **Como será a nova indústria?**

A tendência que está desenhada no mundo, e espera-se que ocorra no Brasil, é de uma indústria com menor participa-

ção do PIB - que tende a cair ainda mais -, compacta, mais inovadora e com número pequeno de empregos, o que será trágico para o País. Mas vai continuar tendo um peso importante do ponto de vista da dinamização da economia. A indústria tem de se reinventar, e isso é a grande dificuldade.

● **Cores?**

Devíamos estar com uma campanha violenta para todos entrarem na onda de novas tecnologias em todos os níveis. Precisa haver um esforço gigantesco de modernização da indústria, de estímulos para observar as novas tecnologias. Pode-se fazer programas de cooperação internacional para aprender com países que estão mais avançados nesse processo, incentivar a aprendizagem e facilitar o acesso das empresas às universidades. Pode ter uma parte de incentivo que vai pesar no bolso, mas outra não.

● **O setor de serviços ocupará o vácuo da indústria?**

Esse é o desenho que está sendo traçado lá fora.

● **Mas empregos na área de serviços não são tão qualificados**

quanto os de algumas indústrias. Alguns sim, justamente os ligados à tecnologia, como ocorre no Vale do Silício. Mas haverá uma queda brutal da participação na renda dos trabalhadores do meio e da base da pirâmide. Vamos ter um Brasil com desigualdade no mercado de trabalho cada vez maior. Isso é um problema da estrutura da economia que é difícil resolver. Pode-se tentar resolver com sistema de educação e qualificação e, com isso, oferecer oportunidades, mas não há garantia de que esse pessoal vai encontrar uma posição melhor. Mesmo em países como EUA, Alemanha e Japão, a renda do trabalhador médio está caindo.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Empresas de turismo inovam para sobreviver **Impacto:** Neutro

Oportunidades & Leilões

PARA ANUNCIAR
(11) 3855.2001

Empresas de turismo inovam para sobreviver

Das caixas contendo 'experiências' às expedições virtuais, pequenas operadoras se reinventam na crise

Nathalia Molise
ESPECIAL PARA O DIÁRIO

Em momentos de crise, o cenário natural em busca de saída é pensar fora da caixa. Foi Claudia Lund encontrou a solução para sua agência de turismo justamente dentro de casa. Uma série, viagens. Temáticas e vendidas a quem sente falta do contato com destinos. Sem viagens possíveis, empreendedores usaram a criatividade para inventar soluções e se manter de pé na crise da covid-19.

"A gente queria continuar entregando coisas às pessoas e não deixar o negócio morrer. Quem lá se lembra de uma agência de viagem no meio da pandemia?", diz Claudia, proprietária do Casa de Turismo, existente desde 1993. "No fim de março, começamos a pensar no que fazer. Porque, quando o mandado abriu as portas, a pessoa vai se lembrar de quem esteve com ela nesse período." Como todo o setor, Claudia viu seu negócio ser interrompido no início de 2020.

Quando se pensa em viagem, comumente vem à cabeça grandes empresas, como CVC. No entanto, as cerca de 2,2 mil integrantes da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav) se dividem entre 70% de médio e pequenas empresas e 30% de

médias e grandes. Algumas delas encontraram soluções na própria atividade, como a venda de vouchers com desconto para roteiros futuros.

"As agências foram muito ativas de clientes que já tinham", conta Magda Nassar, presidente da Abav, pela mesma, em sua empresa, buscou atrair consumidores antecipadamente. "Na Trade Tours, negociei com hotéis no Nordeste e em Gramado para oferecer vouchers. Também trabalhamos com um formato em que o viajante comprou cinco noites e podia remarcar até três vezes sem multa."

Outros empreendedores, porém, desenvolveram novos produtos. Claudia, da Casa de Turismo, além-se-a Aline Della Giustina, da Pô de Estrelas, especializada na produção de eventos. Juntas, criaram o projeto Viagens em Casa. A cada mês, vendem coisas temáticas de lugares diferentes. O destino visitado é sempre surpresa. Barcelona, Portugal e Cuba já tiveram destaque; em janeiro, foi o Uruguai.

Lançada no segundo semestre, a Caixa Primeira Classe contém objetos que aguçam o paladar, o toque e o olfato dos viajantes, remetendo ao lugar daquele mês, além de dicas e descontos para as próximas viagens. Como as duas empresas são de Porto Alegre, começaram entregando na capital gaúcha e vendem em média 100 unidades por mês. Ainda, ela custa R\$ 199 — ou R\$ 229, em embalagem de madeira com fita para presente. Há ainda a opção de assinatura semestral, em sete parcelas de R\$ 159. Em março será lançada uma outra caixa, mais leve, para ser enviada a outros Estados.



Viagem online. Os dois segmentos trabalhados por Paulina Talaska também foram drasticamente afetados com a interrupção das viagens. "Nos especializamos em turismo pedagógico. Em 20 anos, a Terra Nativa atendia colégios e famílias", diz a empresária, que levou grupos do ensino fundamental e médio para conhecer a natureza, relacionadas ao conteúdo estudado pe-

lasturnas.

Com a pandemia, montou o projeto Expedições Virtuais. "Vimos que muita gente estava fazendo tour online com Google Earth. Não era essa a nossa ideia. A gente queria manter toda a cadeia do turismo viva. Eu disse para um guia local 'vai lá e filma o manguezal, conta como é a sua região como se você estivesse filmando para a molecada

ai'. Depois, apesar de ser em vídeo, a expedição é aplicada por um especialista nosso", diz.

Com esse projeto, a Terra Nativa foi um dos três negócios escolhidos para receber mentoria da Fundação Grupo Botucário, entre os 177 analisados por seu potencial impacto positivo na região da Grande Reserva Mata Atlântica. Editadas por capítulos, as experiências podem ter

Ajuda. Terra Nativa, de Paulina, recebeu mentoria da Fundação do Botucário.

66
NA PRIMEIRA SEMANA DE PANDEMIA, FOMOS ATROPELADOS. OU A GENTE VELAVA A EMPRESA OU PENSÁVAMOS EM ALTERNATIVAS.

66
Carlos Humberto da Silva Filho
SÓCIO DA
DISPORABLOCK

um ou mais, por pessoa, a R\$ 60 cada.

Viagens virtuais ao vivo passaram a fazer parte do perfil da fundação, especialista em turismo de base comunitária e "volunturismo" na Amazônia. "Realizamos a primeira Conexão Baré em agosto de 2020 e até dezembro foram seis viagens online para 107 participantes no total. Já o programa de voluntariado online, para ensinar inglês para uma comunidade da etnia Kambeba, teve início em outubro, custando cerca de dez voluntários por mês", diz Ana Taranto, que em 2016 fundou a empresa com a mãe, Teresa, após uma viagem das duas à região Norte.

Por R\$ 120, a Conexão Baré é uma das experiências à venda no DisporaBlock, que trabalha com turismo focado no indígena e também indígena. "Na primeira semana de pandemia, fomos atropelados. Ou a gente velava a empresa ou pensávamos alternativas. Lançamos eventos online, cursos, palestras e oficinas, que têm desde artistas a chefs", diz Carlos Humberto da Silva Filho, à frente da startup com três sócios, Antonio Pitta, André Ribeiro e Clécia Rozari.

O curso Jamaica e Suas Múltiplas Perspectivas (R\$ 30), por exemplo, explica o contexto e a música do país em dois encontros, em 20 e 27 de fevereiro. "Estamos indo muito bem e para uma outra rodada de aporte na DisporaBlock. As experiências online cresceram e o programa de viagem planejada também", conta Silva.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: Por dia, pelo menos 17 fábricas fecharam as portas no País nos últimos seis anos **Impacto:** Neutro

Por dia, pelo menos 17 fábricas fecharam as portas no País nos últimos seis anos

Decisão Assessor
Marlene Bordin / m
Mônica De Oliveira / m

Na semana passada, o anúncio da decisão da Ford de fechar suas fábricas no Brasil após 100 anos evidenciou o processo de desindustrialização em curso no País, agravado nos últimos tempos. Há seis anos consecutivos, desde a recessão iniciada em 2014, o Brasil vê o número de indústrias no território nacional cair. No ano passado, 5,5 mil fábricas encerraram suas atividades. Ao todo, entre 2015 e 2020, foram encerradas 316 mil. Isso equivale a quase 47 estabelecimentos industriais extirpados por dia. O número não é um levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) feito com exclusividade para o Estadão/Brasil.

Segundo a série histórica revisada em 2020, até 10 de dezembro de 2020, a indústria de transformação perdeu 316 mil estabelecimentos industriais. Mas, se tem sido o período de retração de que o número não caiu para 325 mil. Possíveis do anúncio da Ford, outro multinacional já havia anunciado que fecharia sua fábrica no Brasil, caso da Sony de Miraflores de la Sierra, que encerrou a produção de televisores.

"O processo de desindustrialização ocorre com o ciclo do Plano Real (quando o crédito que circulava não produziu indústria suficiente para o crescimento). Além do caso Brasil, isso aconteceu na Argentina, onde a parte do parque industrial se desmontou", explica o economista Fábio Berton, do Instituto Econômico de Desenvolvimento (IED), responsável pelo estudo. "A desindustrialização ocorre de um modo ou outro, agrícola, comercial, financeira e balance comercial. Mas o efeito para a indústria é lamentável".

Berton salta que a falta de indústria da transformação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro desde 2014, em 2020, chegou a 12,2%, em 2000, chegou a 16,8%. Isso ocorreu mesmo antes do início da recessão em 2014.

O levantamento do CNC foi feito a partir de dois bancos de dados. Um é o Relatório Anual de Informação Social (RAIS), o outro é o cadastro de estabelecimentos do Ministério da Economia.

Outro indicador da Contas Nacionais, do IBGE, aponta o declínio de 2015 em 2020 de 1,5% na produção de transformação e produtividade do setor. Se a produção cresce, cada aumento de um ponto porcentual para abertura de cerca de 1,1 mil unidades produtivas no setor privado. O mesmo raciocínio vale no caso de queda de produção. "Diante disso, não se pode dizer que haja uma redução ainda mais forte no número de indústrias este ano", explica Berton.

O desempenho da indústria nacional está hoje 14% abaixo do que atingiu em 2011. Segundo o economista chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Rafael Caputo, o quadro fruto de um ambiente de negócios ruim e de fatores estruturais que afetam a competitividade internacional do setor. O principal deles, aponta, é o complexo sistema tributário brasileiro. Outro ponto fundamental, diz, é a responsabilidade da ausência de inovação, hoje fora da agenda nacional.

Caputo explica que a restrição dos fluxos entre países durante a pandemia da covid-19 provocou o modelo de apoio ao setor que gerou investimentos e o crescimento. "Hoje não há mais informações de outras partes do mundo e isso acaba afetando o valor, o preço de venda e a oportunidade pelo sistema tributário usado a estrutura. Precisamos de um instrumento muito claro de que esse problema será solucionado. Sem isso, será muito complicado atrair e preservar investimentos", diz.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e presidente da Abiplast, José Ricardo Leite Coelho, também indica como fator responsável para o fechamento de fábricas a falta de perspectiva de crescimento da economia e que torna as providências para melhorar o ambiente de negócios.

Multinacionais como a Ford investem em fábricas com escala global de produção, observa Berton. Exemplo brasileiro desse é o caso de uma indústria de alimentos no Paraná de dez anos atrás, cujas produções foram transferidas aos fornecedores e as empresas não atuam.

Indústria vai de forma rápida e intensa, diz especialista da USP
Pg. 32

Queda da fatia do setor no PIB é fenômeno global

A queda de participação da indústria no PIB é um fenômeno global, diz o economista chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Rafael Caputo. Segundo ele, isso ocorre porque a indústria é o setor que mais cresce e se desenvolve, mas as atividades de serviços acabam por ser estruturas produtivas. No entanto, no Brasil, esse processo é muito mais lento de um ambiente adverso de negócios para a indústria, afirma o economista chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Rafael Caputo.

Essa também é a conclusão da economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) Juliana Trevis. "Por mais que esse movimento seja natural, o Brasil está longe de ser uma economia que já absorveu todos os impactos da indústria e passou a ganhar mais com serviços", diz. Ela ressalta que o fator determinante é a falta de competitividade, que dificulta a atração de investimentos para o setor.

Equipe do IEDI também já afirmou, Caputo lembra que desde 2012, há um grande potencial de inovação e crescimento e o setor público também tem desenvolvido para desenvolver o setor de tecnologia e inovação, diz.

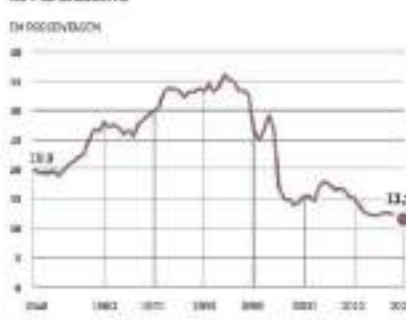
DESINDUSTRIALIZAÇÃO

● Fechamento de indústrias no território nacional, se agravou nos últimos anos

Unidades produtoras da indústria



Participação da indústria de transformação no PIB brasileiro



Fonte: IBOPE DATA FOLHA

Fonte: IBGE, IBOPE DATA FOLHA

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: Transporte público entra em crise estrutural **Impacto:** Neutro

Transporte público entra em crise estrutural

Cerca de 15% das empresas que operavam nas capitais suspenderam seus contratos; setor defende novo marco legal

Isabela Bobiani,
Diego Garcia, Katina
Baran e Paula Sperb

SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, CURITIBA E PORTO ALEGRE O transporte público no país pode passar por uma mudança estrutural ao longo de 2021. Além de sofrer com uma redução circunscrita no número de passageiros, imposta pelo distanciamento social, as empresas dizem que há um esgotamento no modelo de negócio baseado exclusivamente na receita com o passageiro pago pelo usuário.

O executivo Luis Valença, presidente da CCR Mobilidade, empresa do grupo CCR, que tem várias concessões na área de transporte, diz que o momento é de reflexão.

"O sistema de transporte coletivo urbano é dimensionado para atender horários de pico, mesmo que uma grande infraestrutura fique inutilizada durante o resto do dia. Isso tem um custo, e a pandemia afeta essa lógica", afirma.

Em grandes cidades, a concentração de pessoas no horário de pico ainda é grande, o que leva a aglomerações e risco de contágio. No entanto, o fluxo de passageiros despencou a um nível inesperado.

No começo da pandemia, a NTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos) projetou que 2020 terminaria com 80% do número de passageiros regulares e com toda a frota já circulando. Mas não foi o que ocorreu. O ano terminou com 60% do número usual de passageiros e 80% da frota em operação.

Com isso, o resultado financeiro também frustrou expectativas. O setor de transporte coletivo no país registrou um prejuízo de R\$ 9,3 bilhões em 2020. O resultado ficou 8% abaixo das estimativas. Inicialmente, o setor operava uma perda de R\$ 8,8 bilhões.

Segundo o presidente da associação, Octávio Cunha, havia uma queda e restava novo volume de usuários desde 1999. A pandemia, no entanto, acelerou e espelhou a retração e ligou um sinal vermelho.

"O setor já não vinha conseguindo equilibrar as contas apenas com a receita das tarifas pagas pelos usuários", diz ele. "Com a pandemia e o distanciamento social, a demanda chegou a cair 80% em 2020, deixando claro que esse modelo não é mais sustentável".

Segundo o assessor especial do SPUR (Sindicato



Terminal Parque Dom Pedro 2º, no centro de São Paulo; fora do horário de pico, uso de coletivos despencou. Ilustração: Getty Images

das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo), Francisco Cristovam, ao menos 15% do total de 300 companhias que operam nas capitais e no Distrito Federal deixaram de operar em 2020 — alguns apenas suspenderam o serviço, mas mais muitos devolveram a concessão para o setor público.

"Foi uma conta que não fecha se não há passageiros em número suficiente para manter a frota operando, e o desequilíbrio entre oferta e demanda é grande agora", afirma.

Quando a pandemia arrefeceu, no segundo semestre de 2020, houve quem acreditasse numa virada. Mas não foi o que ocorreu. Armando Guerra Júnior, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, disse que o setor virou com recuperação rápida até novembro, mas estabilizou. "Em janeiro, estamos trabalhando com recuperação rápida até novembro, mas estabilizou. Em janeiro, estamos trabalhando com recuperação rápida até novembro, mas estabilizou".

No estado do Rio, alguns segmentos de transporte público chegaram a operar com apenas 11% do contingente habitual. Só o setor de ônibus estima perdas de receitas de R\$ 2,6 bilhões, com prejuízo de R\$ 1,2 bilhão. Apenas na cidade do Rio, a perda de receita foi superior a R\$ 1 bilhão, com prejuízo próximo a R\$ 500 milhões.

Os ônibus estão trabalhando com 60% do contingente normal, e esse volume já con-

figura uma recuperação. Chegaram ao momento crítico, a rodar com 30% de ocupação.

O VLT ficou numa situação ainda pior. Operou com 10% da capacidade e hoje trabalha com 25% de ocupação. O metrô trabalhou com 40% da capacidade. Agora, na média, opera com 45%.

Até o sistema aquático foi afetado. As boças, antes da pandemia, transportavam cerca de 80 mil passageiros por dia. Hoje operam com 19 mil usuários por dia, de acordo com a Secretaria de Estado de Transportes.

Em Petrópolis, a situação é igualmente crítica. Estão transportando com apenas 25% de passageiros pagantes. Para garantir a primeira parcela do 13º salário aos funcionários, as empresas tiveram que fazer empréstimos em instituições financeiras.

"O sistema de transporte pode entrar em colapso nos próximos dias em Petrópolis", diz Sidro Rocha, presidente do Setranspetro (Sindicato das Empresas de Transporte Individual de Petrópolis).

Para Armando Guerra Júnior, da Fetraspetro, é preciso rever itens como tributação e benefícios. "Não dá mais para o passageiro não pagar a conta integralmente", diz. "Precisamos rever tributação no transporte individual, desoneração fiscal e as gratuidades".

Em alguns locais, as empresas já recebem suporte do poder público. Em Curitiba, des-

de o início da pandemia, em março, o transporte de ônibus circulou com um socorro da prefeitura para compensar as perdas com a queda no número de passageiros.

O programa foi prorrogado por duas vezes e já repassou às empresas cerca de R\$ 180 milhões até o final de 2020, com estimativa de aporte de mais R\$ 120 milhões nos próximos seis meses.

Em maio, o Tribunal de Contas do Paraná chegou a suspender o auxílio após um pedido movido por sindicatos, que alegaram que o município era uma despesa sem índice de recursos para custeá-lo.

O órgão acabou liberando o auxílio, mas mantém acompanhamento das despesas e chegou a verificar "in loco" a lotação dos veículos para comprovar o cumprimento das medidas de distanciamento social.

A situação não é diferente no extremo sul do país. Capital com uma das tarifas de ônibus mais caras do país (R\$ 4,70), Porto Alegre tentou mudar o modelo de tarifas para o transporte por aplicativo. Segundo o secretário de Mobilidade Urbana, Luiz Fernando Zichia, os consórcios que compõem o sistema de transporte na cidade tiveram um prejuízo de R\$ 4,3 milhões ao mês no ano passado.

Entre as empresas que compõem o consórcio está a Carris, a única estatal. A Carris está completamente deficitária. No ano passado, a pre-

feitura colou R\$ 66 milhões para manter a ativa", diz Zichia, que é favorável à privatização da empresa criada em 1979 por um decreto do Impulso Dom Pedro 2º.

Para o secretário, porém, a privatização no momento pode não atrair interessados.

"Primeiro, a passagem precisa ficar mais barata para atrair mais passageiros", diz. A diminuição do valor pode ser atendida com revisão de gratuidade e fim dos embargos, que rebaixam a capacidade para se tornarem ineficazes.

No intuito de criar uma solução nacional para o problema, os dois têm um projeto de lei que prevê um novo marco regulatório para o setor. A mobilização ganhou força após o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ter vetado, em dezembro, um projeto de lei que previa o repasse de até R\$ 4 bilhões ao estado e municípios para custear o transporte público.

O objetivo da transferência era permitir que os entes federados negociassem contratos com empresas prestadoras do serviço. Ao vetar o texto, Bolsonaro argumentou que houve "boa intenção do legislador", mas disse que a nova despesa foi criada sem que houvesse estimativas de impacto orçamentário.

Parte do marco regulatório proposto pelo setor prevê adaptações nas concessões. O atual sistema, baseado em receita com tarifas pagas pelos usuários, seria substituído

pelo ancorado em subsídios, financiados por estados e municípios, como acontece em São Paulo, Brasília e Curitiba.

A nova dinâmica ajustaria a adoção da gratuidade para alguns segmentos de passageiros. O tema é polêmico. São Paulo, por exemplo, suspendeu, em dezembro, a gratuidade para idosos entre 60 e 64 anos nas linhas municipais e intermunicipais. No início de janeiro, a Justiça determinou a volta do benefício.

Procurados para se pronunciarem sobre os impactos da manutenção da gratuidade no transporte coletivo de São Paulo, os governos estadual e municipal não haviam se manifestado até a conclusão desta reportagem.

A situação do transporte público preocupa até a indústria de equipamentos. A Marcopolo, empresa com sede em Curitiba de Sul (RS), referencia a fabricação de carrocerias de ônibus, é uma delas.

Segundo o diretor de estratégia da empresa, João Paulo Lechar, o transporte público vive um momento crítico e demanda uma solução setorial, que pode ser resolvida por um marco legal.

"Estivemos que o problema do transporte público no Brasil é da sociedade, pois trata-se de um serviço essencial à população", afirma. "Um marco regulatório pode trazer um fôlego".

Segundo o presidente da Fabris (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus), Ruben Bisi, o setor terminou o ano com retração de 25% na produção em relação a 2019. Em janeiro de 2021, a previsão era que a produção terminaria o ano com um crescimento entre 10% e 20%.

"O setor sofreu muito e teve problemas até com o licenciamento e a alta no preço de matérias-primas, como aço, cobre e alumínio", diz Bisi. "Isso fez com que os clientes pensassem duas vezes antes de renovar a frota, e os problemas financeiros do setor podem comprometer 2021, se o governo não tiver linhas de crédito para os sistemas de mobilidade".

Mas Bisi destaca que o cenário tende a ficar realmente mais promissor apenas após a vacinação. "Tudo ainda depende muito da vacina, é isso que vai fazer a população voltar a circular".

— **Vanessa Torres Freire**
O colunista está em férias.

Veículo: Folha de São Paulo – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 17/01/21 – Cidade/UF: RJ
Título: Quase metade do setor de transporte demite na crise, aponta levantamento Impacto: Neutro

mercado

Quase metade do setor de transporte demite na crise, aponta levantamento

Estudo da FGV indica que mais cortes virão, tanto em prestadoras de serviço quanto na indústria

Diogo Garcia

Desempenho do setor empresarial durante a e após a pandemia

Em janeiro, trabalhadores que vivem em empresas de serviços em tempo de crise podem enfrentar o risco de demissão em caso de queda da companhia em 2021.

Na indústria, porém, o corte de salários, em vez de demissões, é o caminho mais comum.

Em ambos os casos, parte das companhias ainda prevê demitir empregados no primeiro semestre.

Essas empresas dependem da circulação de pessoas e mercadorias, comprometidas com as medidas sanitárias impostas pelo novo coronavírus, cujos casos estão em ascensão novamente.

Um estudo de questões estruturais aplicadas aos negócios da FGV, em observações feitas em 2020, apontou que o setor de transportes industriais, setores de regulação, além de outros, provavelmente se devida a redução da demanda por serviços de transporte.

Em um relatório de transporte, a indústria, além de outros, provavelmente se devida a redução da demanda por serviços de transporte.

“Essas organizações relataram queda na produtividade, redução de custos, redução de despesas e a expectativa de que a indústria não tenha um cenário tão otimista de recuperação”, disse Rodrigo Toldi, um dos autores do relatório.

Na indústria, a perspectiva a perspectiva de transporte para 2021 é de crescimento de 7% a 8%, segundo o relatório. Mas a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Além disso, há expectativa de que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Além disso, há expectativa de que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Do lado da indústria, o relatório também aponta que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Na indústria, a perspectiva a perspectiva de transporte para 2021 é de crescimento de 7% a 8%, segundo o relatório. Mas a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Além disso, há expectativa de que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

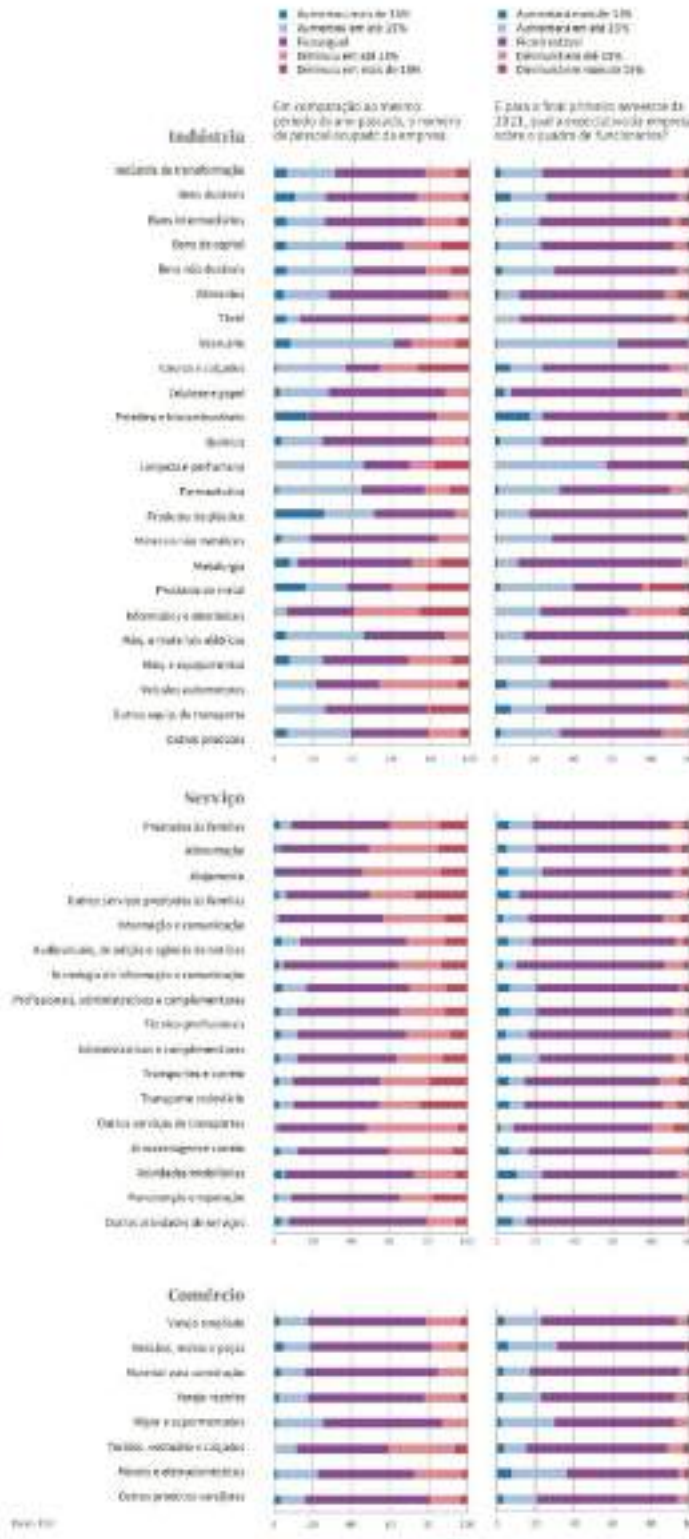
Do lado da indústria, o relatório também aponta que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Na indústria, a perspectiva a perspectiva de transporte para 2021 é de crescimento de 7% a 8%, segundo o relatório. Mas a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Além disso, há expectativa de que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Do lado da indústria, o relatório também aponta que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Na indústria, a perspectiva a perspectiva de transporte para 2021 é de crescimento de 7% a 8%, segundo o relatório. Mas a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.



Em janeiro, trabalhadores que vivem em empresas de serviços em tempo de crise podem enfrentar o risco de demissão em caso de queda da companhia em 2021.

Na indústria, porém, o corte de salários, em vez de demissões, é o caminho mais comum.

Em ambos os casos, parte das companhias ainda prevê demitir empregados no primeiro semestre.

Essas empresas dependem da circulação de pessoas e mercadorias, comprometidas com as medidas sanitárias impostas pelo novo coronavírus, cujos casos estão em ascensão novamente.

Um estudo de questões estruturais aplicadas aos negócios da FGV, em observações feitas em 2020, apontou que o setor de transportes industriais, setores de regulação, além de outros, provavelmente se devida a redução da demanda por serviços de transporte.

Em um relatório de transporte, a indústria, além de outros, provavelmente se devida a redução da demanda por serviços de transporte.

“Essas organizações relataram queda na produtividade, redução de custos, redução de despesas e a expectativa de que a indústria não tenha um cenário tão otimista de recuperação”, disse Rodrigo Toldi, um dos autores do relatório.

Na indústria, a perspectiva a perspectiva de transporte para 2021 é de crescimento de 7% a 8%, segundo o relatório. Mas a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Além disso, há expectativa de que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Além disso, há expectativa de que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Do lado da indústria, o relatório também aponta que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Na indústria, a perspectiva a perspectiva de transporte para 2021 é de crescimento de 7% a 8%, segundo o relatório. Mas a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Além disso, há expectativa de que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Do lado da indústria, o relatório também aponta que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Na indústria, a perspectiva a perspectiva de transporte para 2021 é de crescimento de 7% a 8%, segundo o relatório. Mas a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Além disso, há expectativa de que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Do lado da indústria, o relatório também aponta que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Na indústria, a perspectiva a perspectiva de transporte para 2021 é de crescimento de 7% a 8%, segundo o relatório. Mas a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Além disso, há expectativa de que a indústria de transportes, por outro lado, prevê uma queda de 10% a 15% em 2021.

Veículo: Folha de São Paulo – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 17/01/21 – Cidade/UF: DF
Título: Em uma crise, se o governo não investir, ninguém vai investir Impacto: Neutro

Guido Mantega
Em uma crise, se o governo não investir, ninguém vai investir

Ex-ministro defende subsídios da era petista e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita

ENTREVISTA

Fábio Popo

... O fechamento das fabricas da Ford no país não foi culpa de Mantega, eu não tenho a culpa disso... Mantega defende subsídios e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita...

A herança fiscal maldita de suas fabricas no Brasil. O que o programa tem de novo? A Ford representa a indústria automotiva tradicional, e essas empresas estão ficando para trás... Mantega defende subsídios e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita...

Por que isso ocorre? A indústria brasileira vive um momento muito forte no sentido pessimista... Mantega defende subsídios e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita...

Exclusivos... Mantega defende subsídios e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita...



Guido Mantega, 71, foi ministro da Fazenda de 2003 a 2014, nos governos Lula e Dilma. Também foi ministro de Planejamento (2003-2004) e presidente do IBDES (2004-2008). Hoje, é professor na USP

“O investimento privado não vem para cá com um governo que não tem programa. O único programa que tem é fazer reformas. Tudo bem, faça as reformas. Mas isso não vai avançar o PIB. Falam em livre mercado, que livre mercado, quando está em crise, o governo intervém

Nessa época o país estava em um momento de crise econômica... Mantega defende subsídios e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita...

partidos foram envolvidos, mas houve um momento em que a energia foi retomada... Mantega defende subsídios e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita...

... Mas não entrou para montar estratégias fiscais que já se preservam... Mantega defende subsídios e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita...

O que o senhor sugere ao país para fazer na economia agora? Em 2003, o FMI [Fundo Monetário Internacional] recomendou uma reforma da estrutura tributária... Mantega defende subsídios e gasto público para elevar PIB e nega que tenha deixado herança fiscal maldita...

Multiple small text boxes containing legal notices, meeting agendas, and administrative information.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Em janeiro, Brasil deve ter doses para só 30% do público **Impacto:** Neutro



Centro onde a FioCruz processará a vacina de Oxford, no instituto Bio-Manguinhos, na zona norte do Rio de Janeiro. **Foto: Agência Brasil**

Em janeiro, Brasil deve ter doses para só 30% do público inicial

Plano previa 15 milhões de vacinados na 1ª etapa, mas serão poucas doses

Natália Cancian

BRASÍLIA Casa da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de aval neste domingo (17) para as primeiras vacinas contra a Covid-19, o Brasil pode ter doses em janeiro para apenas 30% do público previsto na primeira fase do plano nacional de vacinação. Até então, essa fase, a primeira entre os prioritários, era planejada para ocorrer com trabalhadores de saúde, idosos acima de 75 anos ou afetados população indígena e povos ribeirinhos, que somam 14,8 milhões de pessoas. As vacinas submetidas à análise da Anvisa neste domingo, no entanto, devem atingir apenas 5 milhões de pessoas caso tanto os pedidos da FioCruz e Butantan sejam aprovados, segundo cálculo inicial da Saúde apresentada em reunião com prefeitos.

Isso ocorre devido ao fato de que, embora os dois laboratórios peçam aval juntas a 8 milhões de doses, parte delas (caso de 6 milhões do Butantan) exige uma segunda dose em intervalo de 21 dias, portanto só 3 milhões seriam aplicadas em janeiro, enquanto outras 4 milhões já prontas, mas cujo uso depende de novo pedido de aval à Anvisa. Já a FioCruz não informou o cronograma de produção de mais doses, que ainda dependem da chegada de insumos. A discussão demonstra parte dos desafios que o Brasil terá que enfrentar para iniciar a vacinação contra a Covid-19.

O Ministério da Saúde diz já ter fechado contratos pa-

ra obter 154 milhões de doses de vacinas ao longo deste ano. A pasta, porém, não divulgou os cronogramas detalhados, e seu uso também deve depender de novo aval da Anvisa —por isso, técnicos planejam o início da vacinação com base apenas nesses 8 milhões e fazem a conta para 5 milhões de pessoas.

O governo também não confirmou o dia de início da imunização. A prefeitura o ministro Eduardo Pazuello disse que a expectativa era que isso ocorresse no dia 20 de janeiro, às 14h. Em outros momentos, afirmou que a pasta faria a distribuição de doses em até cinco dias após aval da Anvisa, o que poderia estender a previsão ao longo da semana.

Na prática, o país corre risco de iniciar a vacinação enquanto atualiza parte do plano nacional de vacinação, cuja última versão é de 18 de dezembro e tem lacunas. “Não tenho dúvidas de que o SUS vai dar conta de vacinar, mas vamos passar por um stress desnecessário. E ir andando e trocando a roda”, diz a ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações, Carla Domingues.

Para ela, a falta de informações claras sobre o cronograma de todos públicos prioritários na estratégia demonstra o atraso no planejamento,

que o Ministério da Saúde terá que definir com urgência. “As prioridades das prioridades” para dar o primeiro passo na imunização até que haja um cronograma exato das doses nos meses seguintes.

A Folha apurou que a pasta planeja colocar nesse grupo idosos que vivem em asilos, indígenas idosos e profissionais de saúde na linha de frente da Covid-19. Não há, porém, uma estimativa de quanto esses profissionais representam.

Embora a análise da Anvisa envolva 8 milhões de doses, o número real que estará disponível ainda dependerá do Brasil conseguir confirmar a entrega das 2 milhões de doses de vacinas previstas a serem importadas pela FioCruz, cuja liberação imediata foi negada pelo governo da Índia.

Caso isso não ocorra, a previsão inicial pode ser menor. O Butantan, que pleiteia aval para 6 milhões de doses, diz ter outras 4 milhões já prontas, mas cujo uso depende de novo pedido de aval à Anvisa. Já a FioCruz não informou o cronograma de produção de mais doses, que ainda dependem da chegada de insumos.

A discussão demonstra parte dos desafios que o Brasil terá que enfrentar para iniciar a vacinação contra a Covid-19.

O Ministério da Saúde diz já ter fechado contratos pa-

ra obter 154 milhões de doses de vacinas ao longo deste ano. A pasta, porém, não divulgou os cronogramas detalhados, e seu uso também deve depender de novo aval da Anvisa —por isso, técnicos planejam o início da vacinação com base apenas nesses 8 milhões e fazem a conta para 5 milhões de pessoas.

O governo também não confirmou o dia de início da imunização. A prefeitura o ministro Eduardo Pazuello disse que a expectativa era que isso ocorresse no dia 20 de janeiro, às 14h. Em outros momentos, afirmou que a pasta faria a distribuição de doses em até cinco dias após aval da Anvisa, o que poderia estender a previsão ao longo da semana.

Na prática, o país corre risco de iniciar a vacinação enquanto atualiza parte do plano nacional de vacinação, cuja última versão é de 18 de dezembro e tem lacunas. “Não tenho dúvidas de que o SUS vai dar conta de vacinar, mas vamos passar por um stress desnecessário. E ir andando e trocando a roda”, diz a ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações, Carla Domingues.

Para ela, a falta de informações claras sobre o cronograma de todos públicos prioritários na estratégia demonstra o atraso no planejamento,

que o Ministério da Saúde terá que definir com urgência. “As prioridades das prioridades” para dar o primeiro passo na imunização até que haja um cronograma exato das doses nos meses seguintes.

A Folha apurou que a pasta planeja colocar nesse grupo idosos que vivem em asilos, indígenas idosos e profissionais de saúde na linha de frente da Covid-19. Não há, porém, uma estimativa de quanto esses profissionais representam.

Embora a análise da Anvisa envolva 8 milhões de doses, o número real que estará disponível ainda dependerá do Brasil conseguir confirmar a entrega das 2 milhões de doses de vacinas previstas a serem importadas pela FioCruz, cuja liberação imediata foi negada pelo governo da Índia.

Caso isso não ocorra, a previsão inicial pode ser menor. O Butantan, que pleiteia aval para 6 milhões de doses, diz ter outras 4 milhões já prontas, mas cujo uso depende de novo pedido de aval à Anvisa. Já a FioCruz não informou o cronograma de produção de mais doses, que ainda dependem da chegada de insumos.

A discussão demonstra parte dos desafios que o Brasil terá que enfrentar para iniciar a vacinação contra a Covid-19.

O Ministério da Saúde diz já ter fechado contratos pa-

“É difícil fazer uma campanha com essa imprevisibilidade”.

O plano de vacinação também prevê entre esses grupos idosos, pessoas com doenças crônicas, quilombolas, policiais e bombeiros, trabalhadores da educação, pessoas com deficiência, motoristas de ônibus, caminhoneiros, presos e funcionários do sistema prisional. Mas não há um cronograma para todos eles.

Para tentar acelerar a oferta inicial, alguns especialistas têm defendido que as primeiras vacinas sejam distribuídas para um maior número de pessoas mesmo com risco de atraso na segunda dose.

“Entre correr o risco de ter um número de não vacinados e atrasar a segunda, eu prefiro vacinar 8 milhões de pessoas e tentar encerrar esse atraso do que não vacinar”, afirma Renato Kfour, diretor da Shim (Sociedade Brasileira de Imunizações).

A posição ainda não tem consenso. E há outros impasses. “O problema é que tem regiões que não pode ficar levando vacinas a conta-gotas, e tem que levar as duas doses”.

Para a epidemiologista Ethel Maciel, assim que as doses forem aprovadas, é preciso uma campanha de imunização que informe quais os primeiros públicos a serem vacinados e como isso ocorrerá.

José Cláudio de Moraes, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de SP, cobra uma posição sobre a previsão de doses próximos meses. “Se subirmos quando vamos ter isso [mais doses], a situação fica mais tranquila, então vai ser comida ao ouro. E aí fica fácil a transmissão da Covid”.

Neste domingo (17), cinco diretores da Anvisa decidiram se dão aval ao uso emergencial de 6 milhões de doses da vacina Coronovac importadas pelo Butantan e 2 milhões da vacina de Oxford que devem ser importadas pela FioCruz. Caso sejam aprovadas, as doses devem ser incorporadas no plano de vacinação contra a Covid-19, o que permitiria iniciar a vacinação no país. A data de entrega das doses da FioCruz, porém, ainda precisa ser confirmada, enquanto as do Butantan já estão disponíveis.

A distribuição pelo país, segundo o Ministério da Saúde, deve ocorrer de 3 a 5 dias após aval da Anvisa, por meio de aviação da FAB e de companhias aéreas. A Folha vai acompanhar a transmissão ao vivo, com comentários de jornalistas.

Em geral, o ministério diz que isso será feito por um sistema específico, com uso de um aplicativo pela população. Especialistas cobram mais definições sobre esse processo.

“As vacinas não são intercambiáveis, quem tomar a do Butantan vai ter que tomar a do Butantan, e quem tomar a da AstraZeneca, a da AstraZeneca. Se não tiver um registro nacional eficiente, informado, vai ser impossível acompanhar isso”, diz Domingues.

O mesmo vale para o monitoramento e a resposta a eventos adversos. “A população está muito preocupada

Se tiver um óbito na sequência, como alguém que infartou, vão dizer que é a vacina. Se não tiver uma investigação e sistema de vigilância preparado para fazer investigação rápida, vamos ter problema”.

Kfouri concorda. “Se tiver qualquer coisa com coincidência temporal, vão dizer que foi por isso. Vamos ter que ter resposta rápida para vamos sofrer com antivacinação”.

Apesar dos impasses, Mauro Junqueira, do Conaseam, conselho que representa secretários municipais de saúde, diz que os municípios estão preparados para a vacinação.

“É óbvio que [o volume inicial de doses] não dá para todo mundo na primeira, na segunda semana, e o gestor na ponta vai priorizar as suas equipes [de saúde que atendem Covid], mas em fevereiro já teremos mais”, aponta. “Já os idosos não vamos tirar do asilo, a equipe vai lá vacinar”.

Ele prevê que a primeira etapa de vacinação dure de três a quatro dias. “A gente sabe vacinar, e temos seringas e agulhas pra começar a vacinação. O que precisa é termos segurança que a vacina vai chegar”.

Informação para que a coisa ocorra de forma tranquila.

Questionado sobre a definição dos grupos prioritários, o Ministério da Saúde diz que “detalhamentos sobre o quantitativo de doses que atenderá cada grupo dentro da primeira fase do plano de vacinação serão divulgados nos próximos dias”.

Diz ainda que aguarda a aprovação, por parte da Anvisa, de uma ou mais vacinas para poder anunciar a data oficial de início da vacinação no Brasil. “Estima-se que a imunização começará até 5 dias após este aval”, aponta a pasta, segundo a qual todos os estados “receberão as vacinas de forma simultânea”.

Sem dar previsões por mês, a pasta tem dito que, de 20 milhões de doses da FioCruz, 100,4 milhões estarão disponíveis até julho, e restantes nos meses seguintes. No caso do Butantan, seriam 46 milhões de doses no primeiro semestre.

Sobre o acompanhamento de doses, a pasta diz que o aplicativo Conecte-SUS terá o registro da vacina utilizada, além de alerta para segunda dose, em uma opção de cartão digital de vacinação.

“Como esta ferramenta, será possível que o agente de saúde aplique a segunda dose da vacina correta na data prevista e evite que uma pessoa tome doses de vacinas de laboratórios diferentes. Caso o paciente ainda não esteja cadastrado nas bases de dados, o profissional poderá registrá-lo no momento do atendimento”.

A pasta diz ainda que está em fase de contratação de uma campanha de comunicação, prevista para 20 de janeiro.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/2
Título: País perdeu uma multinacional a cada três meses desde 2018 **Impacto:** Neutro

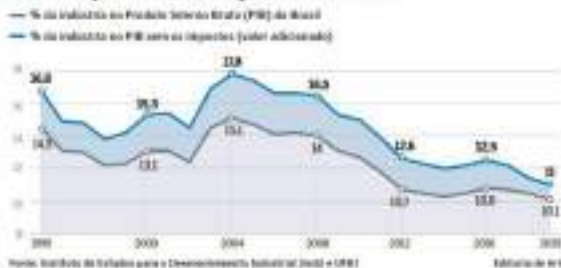
País perdeu uma multinacional a cada três meses desde 2018

Crise e Custo Brasil afastam investimentos. Peso da indústria é o menor em sete décadas

BRASIL QUANTO A 100 PAÍSES EM 2019 (ÍNDICE DE PROGRESSO ECONÔMICO)

Assim da Ford do Brasil, montada na última semana, é uma tempestade na indústria brasileira. A sangria não é de hoje. Desde 2011, ao menos 13 multinacionais de vários setores deixaram o país, num movimento que é mais dra-

PARTICIPAÇÃO DO SETOR EM QUEDA NA ECONOMIA



mático no setor industrial, está fechamento de fábricas e empregos. A crise grande pela pandemia na economia já estagnada e a baixa competitividade do país afastam investimento estrangeiro e aceleram a desindustrialização prematura do Brasil, sem desenvolver um setor de serviços capaz de manter esse nível de produtividade e da renda. Entre 2000 e 2019, a participação da indústria de transformação (que exclui petróleo e minério) no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, passando de 15,1% para 10,1%. Com a pandemia, ficou abaixo dos 10% pela primeira vez em janeiro e julho de 2020. É a menor participação do setor desde 1947, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). — Nosso processo de desindustrialização tem muito pouco a ver com o que outros países passaram. Aqui, foi muito rápido, agudo e prematuro. Os países, em sua maior parte, só

começam a passar por isso depois de se tornarem ricos. No Brasil, acontece bem antes. Enquanto outros avançam para ramos de maior sofisticação tecnológica, estamos de volta com crises — diz Rafael Caglin, economista do IEDI. Segundo estudo do IEDI, enquanto a participação do setor na economia mundial caiu em um terço entre 1970 e 2017, no Brasil recuou à metade. Entre 50 países, só Argentina, Filipinas, Rússia e Brasil começaram a ver a indústria perder espaço quando a renda per capita ainda era inferior a US\$ 20 mil, o que é considerado um nível baixo pelo estudo.

— O Brasil é um pouco fora da curva ao gerar um internacional, de ramos da maior sofisticação tecnológica, como microeletrônica e TI, que são a base da indústria 4.0, continuam ganhando participação no mundo. O Brasil não conseguiu firmar as concep-

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: País perdeu uma multinacional a cada três meses desde 2018

ções tecnológicas necessárias para atrair essa desindustrialização — diz Caglin. João Carlos Ferraz, professor do Instituto de Economia da UFPA e ex-diretor do IANDES, vê setores que avançaram, como o da agroindústria, no qual o país é mais competitivo, mas há outros que estão mal. — Andamos, mas não andamos. Em termos relativos, não andamos nem o suficiente para ficar na média internacional. A Ford não é um caso isolado. Sempre nos gastamos,

Durante anos, de sermos um dos três maiores receptores de investimento estrangeiro direto, mas já caímos na lista. Há um movimento de saída de centros de pesquisa para o, do IBM, GM, L'Oréal, que diminuiu o gás fortemente. Presença muito mais reduzida. Ferraz observa uma rigidez no investimento das empresas em pesquisa e desenvolvimento, que não passa de 0,7%

da receita "há anos". O fechamento das Workes da Ford pode não ser o último no setor automotivo, diz Rodrigo Nishida, economista da LCA Consultores. Além de movimentos globais de fusões no setor se refletirem aqui, as montadoras ainda tentam se recuperar da última crise. Nos custos da LCA, a produção de carros no país só retornará os níveis de 2010 em 2022. Voltar 395,35 milhões de 2013, marca mais alta das montadoras, talvez só na próxima década, afirma Nishida.

O Brasil tem capacidade para produzir 3 milhões de automóveis por ano, graças a incentivos fiscais e créditos. Foram produzidos pouco mais de 1 milhão em 2020, o país não é competitivo para exportar. As dificuldades das montadoras têm impacto em todo o ecossistema de indústrias no país e em todos os empregos.



Portão fechado. Com a decisão de não mais produzir no Brasil, a Ford fecha a fábrica de Taubaté (SP). As unidades da Bahia e do Ceará terão o mesmo destino, eliminando cerca de 5 mil empregos

— O setor é um dos maiores multiplicadores de produção — diz Nishida.

AGRO É A NOVA CHANCE
Para Paulo Vileto, professor da Produção Domi Cabral, as empresas pen-

sam que ficam para produzir aqui. Mas diz que a agropecuária pode levar o país a se reindustrializar — Vamos voltar um país agroindustrial. Deixar de exportar commodities agrícolas para vender produto industrializado, com maior valor agregado. Na opinião de Caglin,

reverter o quadro de desindustrialização passa por dois pontos: reestruturação e inovação. A conjuntura não ajuda. A indústria, mesmo com a recuperação recente, ainda produz 14% abaixo do nível de 2004. — Não há mais programa emergencial, o número de casos de Covid continua acelerando. Há dúvida sobre a coerência da vacinação e a agenda de reformas, que ninguém sabe para onde vai nem em que velocidade — diz. — Além disso, há outros estruturais, como o do tributário e o agenda de inovação. Nos últimos meses, quatro meses, houve redução sistemática do orçamento público e petróleo para irrigação (Colaborou: Pezari Martins-Vargas)



Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** ½
Título: Saída de estrangeiros vai da indústria ao varejo **Impacto:** Neutro

Saída de estrangeiros vai da indústria ao varejo

Pelo menos 15 multinacionais de diferentes setores encerraram atividades no Brasil nos últimos três anos, apesar do mercado consumidor de mais de 200 milhões de habitantes. Incerteza e ambiente de negócios fazem empresas desistirem do país

DE JACQUELINE NETO (DIRETORA DE MÍDIA) e ANA CAROLINA COSTA

Aderida da Ford de não mais fabricar veículos no Brasil — a produção totalmente nacional virou desde a década de 1990 — empresas empregadas e até o governo, mas não é caso isolado. Nos últimos três anos, pelo menos outras 14 companhias internacionais da indústria ao varejo — também anunciaram o fim de atividades no país, segundo levantamento feito pelo GLOBO. Em média, desde 2008, uma estrangeira desistiu do país a um interva-

lo de menos de três meses.

São empresas de diferentes setores, com estratégias globais distintas, mas que foram afetadas aqui por algo em comum: o ambiente de negócios, marcado pelo complexo sistema de impostos, incertezas jurídicas, e a instabilidade política que afeta o câmbio e eleva juros e riscos. Sem falar nas deficiências crônicas de infraestrutura e na estagnação da economia, que já tinha difi-

culdades de reverter o fôlego após a recessão tríplice em 2014 quando foi atravessada pela pandemia. As projeções indicam uma retração do PIB de 4,5% no ano passado. Todos esses fatores, que costumam ser resumidos na expressão Custo Brasil, têm reduzido o apelo que o país sempre esteve por ser um grande mercado consumidor, dizem analistas. Hoje, uma população de mais de 200 milhões de pessoas pode ser atrativa para vender produtos, mas não necessariamente para se produzir aqui. O PIB per capita caiu cerca de 9% desde 2014, o que significa redução na poder de compra das famílias. As indústrias transnacionais, que atuam globalmente, dividem sua produção pelo mundo. Mas a parte mais avançada da tecnologia fica na matriz, observa Nelson Marcondes, coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da FGV-SP. — Se a economia de uma região não cres-

ce e a demanda cai, a empresa encerra a produção ou deixa o país. Não adianta ter um mercado consumidor potencialmente grande se a economia não cresce. Antes de anunciar o fechamento de suas três fábricas remanescentes no Brasil, a Ford já tinha deixado as portas da emblema da unidade de São Bernardo do Campo (SP) em 2016, com o fim da produção de caminhões. Agora, vai vender aqui o que produz em países vizinhos, como a Argentina. No fim de 2020, a Mercedes-Benz anunciou que deixaria de produzir automóveis na fábrica de Itaquape (SP). A Sony decidiu fechar sua fábrica de televisores e câmeras em Manaus em março de ano passado. Vendeu a unidade para a fabricante brasileira de eletrodomésticos Mondial.

FALTA INOVAÇÃO

Em 2018, outras duas gigantes desis-

tiram do país. A Nikon, de equipamentos digitais, e a coreana Kirin, que vende sua operação para a Heitman. Nessa ocasião também estão os laboratórios Roche, que vai fechar sua Rio, e E. Lilly, que está em São Paulo. No varejo, grandes redes remodeladas como Walmart e Farfetch também se retiraram. A americana Linn, de patinetes, foi embora em janeiro de 2020, seis meses após desdobrar aqui. Os investimentos Brasil caíram 48% entre o primeiro semestre de 2019 e o de 2020, quando somaram US\$ 18 bilhões, segundo a Confederação das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad). A pandemia impactou o fluxo, diz a Unctad. In as outras competitividade do país e a dificuldade de deslanchar privatizações também continuam. A participação de estrangeiros na compra de empresas no Brasil, que já foi de 50,9% em 2015, caiu para 23,6% em 2020, mes-

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 17/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Saída de estrangeiros vai da indústria ao varejo

mo com condições favoráveis, como o câmbio, segundo estudo da consultoria PwC.

O Brasil vem deixando de atrair o interesse de grandes grupos estrangeiros, especialmente na indústria, por falta de competitividade e produtividade, o que é agravado pelo baixo investimento em inovação, diz o professor de Economia do Insper Otto Nogami: — Nas últimas décadas, o governo não priorizou o investimento em pesquisa e desenvolvimento. Do ponto de vista dos custos, produtividade e competitividade são essenciais para atrair remanterm presas estrangeiras. Hoje, o enfoque é tecnologia. Senão há um ambiente para o desenvolvimento de tecnologia, as empresas saem ou nem vêm. Ele avalia que a instabilidade do real frente ao dólar, em boa parte atribuída à falta de sinais claros do governo sobre sua estratégia para controlar as

contas públicas e avançar nas reformas estruturais, também é uma torqu que assusta o capital estrangeiro. Impede que o investidor tenha revisibilidade, um quesito chave para as empresas. Portanto, não será surpresa se outras grandes estrangeiras saírem em breve, alerta Nogami.

PESO SIMBÓLICO

A participação da indústria no PIB do país está próxima da de países desenvolvidos como EUA ou Alemanha, explica o gerente executivo da Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca. A diferença é que a queda da participação por aqui foi muito forte, especialmente na década de 1990, sem que o país tenha um setor de serviços tão desenvolvido, mais focado em tecnologia. Para Fonseca, a saída da Ford tem um peso mais simbólico do que de fato impacto

no PIB: — Outras empresas automobilísticas vão ocupar o lugar da Ford. O que preocupa é o fato de várias empresas estarem saindo do Brasil. Além do atraso na reforma tributária, a complexidade do sistema e mudanças constantes nas alíquotas de impostos também dificultam planejar investimentos aqui, observa Luis Carlos dos Santos, diretor da Mazars, uma consultoria empresarial. No início deste ano, o governo de São Paulo aumentou a alíquota de ICMS para veículos novos de 12% para 13,33%. E o imposto subirá para 14,5% em abril. — Se a empresa já trabalha com margem apertada, um aumento desse tamanho é uma pancada. Para um investidor estrangeiro é fonte de insegurança — diz Santos.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: Disparada no IGP-M deixa investidor sem saída e diversificação é alternativa **Impacto:** Neutro

folhainvest

FOLHA DE S.PAULO ***
SEGUNDA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 2021 1



Disparada no IGP-M deixa investidor sem saída e diversificação é alternativa

São poucos os ativos atrelados ao índice, que saltou 23,14%, mas boa parte das contas adota indicador

Júlia Moura

Atuação: Após anos de estabilidade no Brasil, o IGP-M, o Índice Geral de Preços do Mercado, não foi possível para seguir o caminho dos indicadores. No ano de disparada, porém, foi o que ligou a luz amarela para a economia ao medir o alta nos preços de matérias-primas. Fechou 2020 com um aumento acumulado de 23,14%.

De um lado, ele raramente é usado como referência nos investimentos, que tendem a seguir o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial da inflação. De outro lado, porém, é o indicador para reajustes de serviços importantes, como planos de saúde, e também dos aluguéis. É impossível fugir de seus efeitos.

O IGP-M é calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e leva em conta a inflação ao produtor (16%), do consumidor (26%) e da construção civil (58%). Com um peso maior do aumento de preços percebidos por produtores, ele detecta altas que, muitas vezes, não são repassadas ao consumidor e não chegam ao IPCA.

O IPCA, por sua vez, é elaborado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e mede a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo e consumidos por famílias de até 40 salários mínimos. O salário mínimo e os benefícios previdenciários, porém, seguem um terceiro in-

dício, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que abrange uma faixa salarial mais baixa que o do IPCA, de até 5 salários mínimos.

Em 2020, o IGP-M disparou 23,14% em 2020, o maior aumento em 22 anos, o IPCA teve alta de 4,21% no ano passado e o INPC, de 5,45%, ficando, até agora, acima do respectivo de 3,26% do salário mínimo.

O IGP-M também impacta contas de telefonia e elétrica, além de base para a atualização de preços de educação.

Para escapar da inflação, os especialistas costumam recomendar aplicações que rendam acima do IPCA. O problema é que, em 2020, o próprio IPCA ficou abaixo do aumento de preços que muitos brasileiros sentiram no bolso.

Para acompanhar o IGP-M, são poucas as opções. O título do Tesouro atrelado ao índice não é mais emitido pelo governo desde 2006.

Ainda existem duas emissões em negociação nos mercados secundário (entre investidores) e derivado em contratos de derivado de juros, mas ambas são de baixa liquidez e com custos elevados. Ainda existem duas emissões em negociação nos mercados secundário (entre investidores) e derivado em contratos de derivado de juros, mas ambas são de baixa liquidez e com custos elevados.

O Tesouro IGP-M não é negociado a R\$ 5,308. O de 2020 está a R\$ 8,466 cada, em média.

Porém, comprar não é fácil, já que seus termos de venda estão dispostos a venda. Segundo especialistas, também há o investimento no momento.

"Atendimento de descoberta

ção na alta do IGP-M. Por outro lado, o IPCA pode ficar mais elevado", afirma Camilla Abdelmalek, economista chefe da Venda Investimentos.

Segundo ela, o IGP-M foi pouco repassado aos consumidores pelo contexto econômico, algo que não deve se repetir em 2021, impactando o IPCA.

Por outro lado, o IGP-M se beneficiou em 2020 pela forte alta do dólar, que disparou 29,27% no período.

Com o Selic no nível de 2% e o mercado de futuros de dólar em alta, a prática de investimento em que o ganho está na diferença de câmbio e do juro. Nela, o investidor toma dinheiro a uma taxa de juro menor em um país, para aplicar no outro, com outra moeda, onde o juro é maior.

Caso o juro suba para 3,25% em um cenário de 2021 positivo de crescimento na Europa, o Brasil volta a atrair investidores, que podem trazer dólares, reduzindo a taxa de câmbio e a inflação. "Não é provável que o diferencial entre IPCA e IGP-M nesse magnitude [diferença] aumente de novo", diz Evandro Baccini, diretor de renda fixa multimercados da Rio Bravo Investimentos.

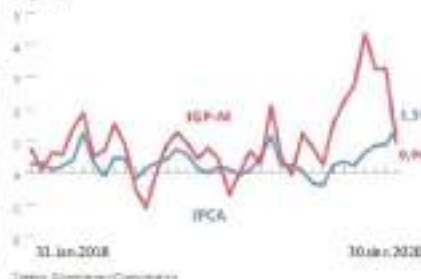
Ele acredita que a alta de preços do mercado à pandemia de Covid-19, na qual o dólar subiu,

Alta nos preços valoriza títulos do Tesouro atrelados à inflação

Recuperabilidade de títulos do Tesouro em pesos



Variação percentual de pesos



Insucesso de títulos e preços internacionais subiram.

Bruno Moura, economista e estrategista da Acqua Investimentos, comenta: "O IGP-M

nos números altos últimos são pontuais".

Porém, para um IGP-M não esteja no radar para 2021, a disparada de vendas ainda tem

efeito. Associação que representa os donos de pequenas lojas em shoppings lançou a campanha #baixo o sigilo fiscal, que pede a substituição do IGP-M pelo IPCA como base do reajuste dos aluguéis.

Segundo José Luiz Machado de Faria Júnior, planejador financeiro CFP pela Planeta, quem teve um reajuste pelo IGP-M no aluguel — e possui no bolso — deve negociar com o proprietário ou o imobiliária. "Se não houver um acordo, pode ser necessário ajustar o contrato, ou se mudar".

Ele afirma que a reserva de emergência — nos mínimos em meses de gastos — não deve ser negociada, pois não deve ser gasta nisso.

Para proteger o patrimônio da inflação, os especialistas recomendam diversificar o portfólio com títulos do Tesouro IPCA e fundos, além de títulos de dívida com rendimento atrelado ao IPCA.

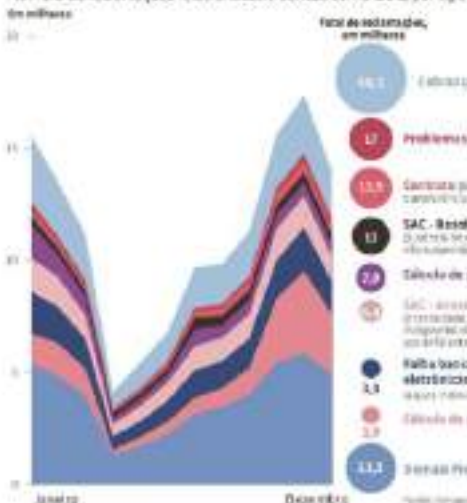
Outras opções são também fundos imobiliários e CDBs (certificados de depósitos imobiliários). A depender do ativo em questão, sua rentabilidade pode estar ligada a recebimento de aluguéis e, consequentemente, aumentar em caso de reajuste.

No diversificação, o dólar é uma alternativa, já que a inflação, especialmente a do IGP-M, é impactada pela moeda.

Ações ligadas a prestação de serviços que tendem a ter ajustes com base na inflação, como planos de saúde e custo de vida, ou de alimentos, são outra maneira de diminuir o aumento dos preços e proteger o valor do patrimônio.

Problemas mais reportados no sistema financeiro em 2020

Número de reclamações relacionadas a bancos comerciais, por tipo



Número de reclamações consolidada de bancos, financeiros e administradoras de cartão, por tipo



Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** SP – **Imagem:** ½
Título: Consumidor deve ter calma ao aceitar produtos financeiros **Impacto:** Neutro

Consumidor deve ter calma ao aceitar produtos financeiros

Isabela Bolzani

são usuais. Frases complexas, termos financeiros e muito "juridiquês" em papéis rubricados. Ler e entender contratos é sempre um desafio, e os contratos bancários pedem mais tempo, paciência e uma pitada de conhecimento sobre o mercado financeiro.

Segundo especialistas, ao contratar um serviço bancário é preciso lembrar que não se trata apenas de ratificar o depósito de seu dinheiro em uma instituição financeira. Assim, a primeira medida é ser calmo, pois não é preciso assinar um contrato no dia em que ele é recebido.

Para o planejador financeiro a Giselle Colombo de Andrade, da Planejair, o entendi-

mento do consumidor sobre o que está sendo contratado é crucial. Se não está claro, faça quantas perguntas forem necessárias.

"Primeiro é preciso controlar o impulso. Banco não oferece dinheiro de graça e, antes de cair na tentação pelas vantagens aparentes que o produto tem, é preciso ler e, mais importante ainda, entender", afirma.

Algumas leis tentam reduzir os riscos que acompanham a assinatura de contratos.

Em 2008, por exemplo, o governo fixou um tamanho mínimo para a letra dos documentos de adesão. O objetivo foi extinguir as "letras miúdas" e deixar mais clara a letra dos termos do acordo.

O CDC (Código de Defesa

do Consumidor) também determina, nos direitos básicos de quem compra um produto ou serviço, que o vendedor é obrigado a detalhar o que está oferecendo, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos, preço e riscos.

Segundo Andrade, a clareza nas informações nem sempre acontece e é exatamente esse o momento em que o consumidor não pode ter vergonha de fazer perguntas, dizer que não entendeu ou simplesmente recusar o produto ou serviço que o gerente do banco está oferecendo.

A dica principal é a de não assinar nada na hora, no calor do momento. Pode o contrato, leva para casa e leia com calma. Se precisar, peça ajuda de outras pessoas para entender algum termo difícil. Não se sinta pressionado a nada e nem ache que está perdendo uma oportunidade, isso se trata do seu dinheiro, do seu orçamento. É preciso ir com calma", disse a planejadora financeira.

Mesmo depois da contratação, os especialistas afirmam que também é importante checar a conta e os extratos, para reduzir a possibilidade de uma cobrança indevida ou de uma compra não solicitada passar despercebida.

Um levantamento da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) aponta que as reclamações sobre cobranças indevidas ou abusivas correspondem a um terço (36,2%) de todas as 139,414 demandas

registradas em 2020. Em 2019, houve um total de 168,063.

Problemas com crédito consignado (77,039) e com contratos (15,945) também são destaque entre as reclamações dos clientes de bancos.

Ainda segundo os dados da Senacon, no consolidado de reclamações de bancos, financeiras e administradoras de cartão, houve 320.887 demandas em 2020, um aumento de 69% em relação a 2019 (189.849).

Para o diretor de sustentabilidade, cidadania financeira, relação com o consumidor e autorregulação da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Amatory Oliva, para que haja uma relação sustentável entre instituição financeira e consumidor é preciso equilíbrio.

"É uma via de mão dupla. É um dever de todo fornecedor ter clareza e explicar todas as condições e cláusulas sobre os produtos e serviços que oferece. Mas por outro lado, é papel do consumidor contratar com responsabilidade", diz.

Para a advogada do Kincaill Advogados, Alice Studart, apesar de o entendimento jurídico mais comum ser aquele que prioriza o CDC, alguns cuidados são necessários para casos que levem a medidas judiciais.

Segundo a advogada, em casos nos quais houve a contratação de um produto que não foi informado ao consumidor, ou que veio junto a outro produto, é possível pedir a rescisão do contrato sem custo.

Continua na pág. 2

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** SP – **Imagem:** 2/2
Título: Consumidor deve ter calma ao aceitar produtos financeiros

Consumidor deve ter calma ao aceitar produtos financeiros

Continuação da pág. 1

Isso costuma ocorrer com produtos como crédito consignado, tipos diferentes de seguros, bem como cartões de crédito. O consumidor recebe se pedir e, não raro, acaba aceitando.

"A maior precaução a ser feita quando receber o que não pediu é não mexer no produto ou no dinheiro depositado e, imediatamente, entrar em contato com a instituição financeira para pedir que comprove a solicitação e registrar que desconhecia a oferta do produto ou serviço", diz Studart.

Neste caso, ela sinaliza ser prudente priorizar meios como emails ou cartas, que po-

139 mil reclamações foram registradas na Secretaria Nacional do Consumidor em 2020

46 mil tratavam de cobranças indevidas ou abusivas

17 mil eram sobre consignados não solicitados

dem servir como provas. Caso o contato seja feito por telefone, é importante anotar o número do protocolo fornecido.

Outra situação, segundo Studart, é o caso de clientes que contratam empréstimo sem querer ou entender completamente do que se trata.

"Essa situação é um pouco mais complexa, mas a conduta é a mesma. Não mexa no dinheiro. Também aconselho entrar em contato com o banco, mas sempre com cuidado para não aceitar algo que você não entenda, porque isso pode acabar indo contra você", afirma.

Em nota, a Senacon alertou que a inserção serviços — como seguros, cartões e talões de

cheques — na contratação de outros produtos ou serviços financeiros podem configurar venda casada, que é proibida.

A secretaria também disse ser necessária atenção às taxas de juros, que muitas vezes são abusivas e superam o valor do serviço contratado.

"Além disso, se o consumidor optar por fazer qualquer contratação fora da agência, por meio de aplicativos ou correspondentes bancários, deve se certificar da legitimidade do serviço prestado.

E em caso de dúvidas, a melhor alternativa é se informar no serviço de atendimento ao consumidor da instituição financeira que pretende contratar", disse a Senacon, em nota.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: Negociação de BDRs cresce mais de 460% com adesão de pessoa física **Impacto:** Neutro

Negociação de BDRs cresce mais de 460% com adesão de pessoa física

Recibos de ações americanas negociados no Brasil tiveram expressiva rentabilidade em 2020, ajudados também pelo dólar

SÃO PAULO Os BDRs (recibos depositários de ações, na sigla em inglês) entraram com força na carteira dos brasileiros. Em 2020, eles ficaram disponíveis a pessoas físicas, e sua negociação subiu 462,8% em relação a 2019, chegando a R\$ 28,59 bilhões em dezembro, com pouco mais de dois meses da mudança na regra.

Por meio deste recibo, é possível investir em ações listadas em outros países, como Tesla, Mercado Livre e Apple, as líderes do investidor brasileiro.

Antes era necessário abrir uma conta em uma corretora estrangeira e mandar dinheiro para fora do país.

Agora, por meio do BDR, o investidor compra um recibo emitido por um banco brasileiro em uma negociação listada no exterior. Neste caso, a ação não vai para o nome do comprador, mas a variação no preço da BDR acompanha a do ação.

Como BDRs são negociadas em real, o câmbio é o fator chave neste investimento. A alta de 29,27% do dólar em 2020 se somou à recuperação expressiva das ações em Wall Street gerando ganhos expressivos para BDRs, que atraíram um dos maiores brasileiros.

"A valorização foi brutal. As Bolsas explodiram e o real se desvalorizou muito. O BDR ganhou duas valorizações", diz Francisco Levy, planejador financeiro CFP pela Planjeat.

Em 2020, o índice americano Dow Jones subiu 62,4%. O S&P 500 teve alta de 19,86% e o Nasdaq, de 41,86%.

"A alta está exagerada. Eu olho os preços e não vale a pena", afirma Levy.

Alguns investidores acreditam que a valorização em meio a uma alta nos novos casos de Covid-19, enquanto a economia não se recupera, é exagerada, especialmente nas ações de Tesla, que subiu 737,62%, e Mercado Livre, com alta de 103,26%.

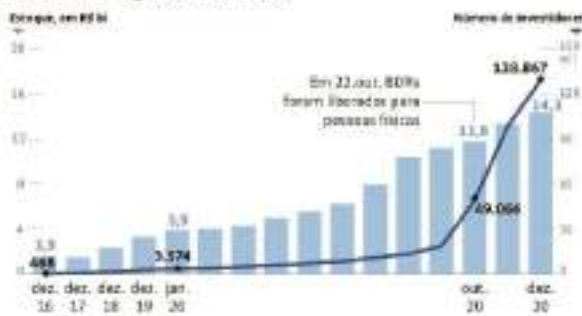
"A relação preço-lucro das americanas está em patamares elevadíssimos, semelhantes apenas a épocas pré-crise", diz o planejador.

Além da rentabilidade nos últimos meses, a reputação de empresas como Microsoft e Amazon também atrai o brasileiro.

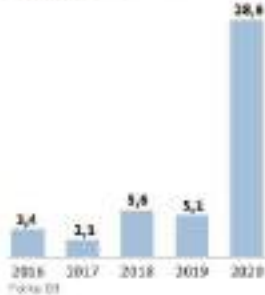
O número de investidores na modalidade cresceu 64% de outubro a dezembro, chegando a 18,8 mil. Destes, 127,8 mil são pessoas físicas.

"As pessoas confundem essas empresas. São as maiores empresas do mundo, nomes conhecidos", diz Leonardo Mi-

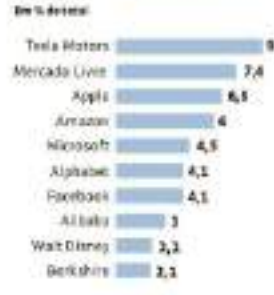
BDRs caem no gosto do brasileiro



Volume total negociado em R\$ bilhões



As BDRs mais negociadas em 2020 em % do total



O risco deste papel é absurdamente maior do que de uma ação brasileira. Se ações lá [nos EUA] caírem e o real ficar mais forte, o sujeito perde duas vezes

Francisco Levy
planejador financeiro

lane, sócio e economista da VLG Investimentos e professor da FIA (Fundação Instituto de Administração).

Mesmo conhecidas, suas ações têm risco. A variação está sujeita aos movimentos do mercado, que podem não estar relacionados ao papel e ao setor.

"Ação pode choverillar bastante, mas BDR é reserva em dólar também", diz Milane.

"O risco deste papel é absurdamente maior do que de uma ação brasileira. Se ações lá [nos EUA] caírem e o real ficar mais forte, o sujeito perde duas vezes", afirma Levy, da Planjeat.

A expectativa do mercado é que o dólar caia em relação ao real ao longo de 2021, com alta na Selic. Segundo o boletim Focus, a taxa básica de juros, hoje em 2%, deve terminar o ano a 3,5%.

Com a alta nos juros, dólares poderiam entrar no país por meio do carry trade, prática de investimento em que o ganho está na diferença do câmbio e do juro. Nela, o investidor monta dinheiro numa taxa de juro menor em um país, para aplicá-lo em outro, com outra moeda, onde o juro é maior.

Com juro a 3,5% no Brasil e

próximo de zero nos Estados Unidos e na Europa, o mercado brasileiro fica mais atrativo para estrangeiros.

A expectativa de valorização do real em relação ao dólar, porém, não é alta. O Imai projeta o dólar a R\$ 4,75 no fim de 2021 e de 2022.

"Precisaria acontecer um milagre com o contexto que temos hoje para o dólar ir para R\$ 4", afirma Milane, em referência ao risco fiscal brasileiro.

Com a dívida pública em torno de 97% do PIB (Produto Interno Bruto), o Brasil se torna mais arriscado para investimentos. A perspectiva é que os governos aumentem, conforme a pandemia se prolonga, aumentando o endividamento brasileiro.

Pelo contexto desfavorável ao real no momento, o economista vê BDR como um bom investimento. "Vale o risco-rento", afirma ela.

O indicador por especialista, para qualquer investimento, é diversificar, mesmo para reduzir os riscos, e, antes de tudo, estudar a natureza do ativo, como o ativo em questão.

No caso das BDRs, é preciso estar atento às empresas estrangeiras e seus setores.

Júlia Moura

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** SP
Título: 30% do ecommerce criado na pandemia vai permanecer **Impacto:** Neutro

30% do ecommerce criado na pandemia vai permanecer

Relatório global da Mastercard aponta mudança de hábito do consumidor

Isabela Bolzani

SÃO PAULO Boa parte da participação que o ecommerce conquistou durante a pandemia no total de vendas do varejo veio para ficar, aponta o relatório Global Outlook 2021, da Mastercard. A expectativa é que de 20% a 30% das operações que migraram das lojas físicas para o meio digital durante o isolamento social serão permanentes quando o surto chegar ao fim.

Ainda segundo o relatório, os gastos com comércio eletrônico aumentaram de 10% a 16% em seu pico, em comparação com os níveis anteriores à crise.

No Brasil, os efeitos do maior volume de vendas online também devem afetar a circulação de papel moeda. A projeção é que ocorra uma redução nas transações com di-

nheiro físico, e uma redução dos riscos e custos associados ao armazenamento.

Segundo o presidente da Mastercard Brasil e Cone Sul, João Pedro Paro Neto, 46% dos brasileiros aumentaram o volume de compras online durante a pandemia e 7% realizaram uma compra online pela primeira vez.

"O brasileiro é muito receptivo a novas tecnologias. A tendência é que o ecommerce continue crescendo. A adoção pelas gerações mais antigas, a maior conveniência e os custos mais baixos para os consumidores provavelmente manterão a demanda digital sólida em 2021", afirma.

Dados do Mastercard Economic Institute, apontam que a abertura de empresas provavelmente estará limitada àquelas que vendem produtos e prestam serviços online.

Pelo relatório, isso se deve a incertezas sobre o nível de consumo, ao crédito mais restrito e também ao fato de haver mais risco de contágio no contato físico, inclusive durante viagens e momentos de entretenimento social.

Outro estudo realizado pela Mastercard em parceria com a AMI (Americas Market Intelligence), no final de 2020, também apontou que 32% dos brasileiros afirmaram que irão trabalhar em home office com mais frequência.

Outros 36% dos entrevistados disseram que vão realizar mais compras online do que físicas, e 27% planejam optar pelo delivery quando quiser degustar uma refeição diferente.

Em relação ao cenário macroeconômico brasileiro, o presidente da Mastercard afirmou que a capacidade de retomada dependerá da habili-

dade dos governos de fornecerem estímulos fiscais e, ao mesmo tempo, pagarem suas dívidas de longo prazo.

"A chegada das vacinas pode ajudar no crescimento econômico, mas as reformas que poderiam impulsionar o crescimento no longo prazo podem ficar difíceis em 2021 em um ambiente político mais fragmentado", afirma Paro Neto.

A confiança do consumidor permanece fraca no mercado diante das incertezas em relação à economia e ao vírus.

"Apesar disso, a flexibilização do distanciamento social, os programas de estímulo do governo e o crescimento do comércio digital devem aumentar os gastos do consumidor ao longo deste ano", afirmou Paro Neto.

O aumento da inflação continua a ser uma ameaça em 2021, aponta o relatório.

Veículo: Folha de São Paulo – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 18/01/21 – Cidade/UF: RJ
Título: Impeachment é para quem, como Bolsonaro, dá as costas à constituição Impacto: Neutro

entrevista da 2ª



Carlos Ayres Britto, 78. Doutor em Direito Constitucional pela UFGO e advogado Carlos Ayres Britto, 78. Ex ministro do STF entre 2003 e 2010. Atuação pelo STJ em 1995, área de direito constitucional (tribunais superiores) presidente do STJ em 2000. Ex chefe e porta-voz do advogado general do Brasil durante o governo de Collor e Figueiredo.

Carlos Ayres Britto
Impeachment é para quem, como Bolsonaro, dá as costas à Constituição

Para ex-ministro e ex-presidente do STF, 'conjunto da obra' sinaliza que o presidente da República cometeu crime de responsabilidade

PODES

Ana Virginia Balduino

... não se sente. Ao ler o relatório, o ministro diz que "tem algo a dizer" sobre o caso. Segundo ele, o presidente Jair Bolsonaro cometeu crime de responsabilidade, mas não se trata de crime de responsabilidade. Ele diz que o presidente cometeu crime de responsabilidade, mas não se trata de crime de responsabilidade.

... também, ministro. Quando, então, falar uma coisa. Não se pode falar só com o presidente. É uma crítica que eu faço. O Brasil não pode ser um país de exceção. De qualquer forma, a Constituição de 1988 não foi feita para ser cumprida à risca. Ela foi feita para ser interpretada. E a interpretação deve ser feita de acordo com a realidade do país. Não se trata de uma coisa que se pode fazer ou não fazer. É uma coisa que se deve fazer sempre.

... também, ministro. Quando, então, falar uma coisa. Não se pode falar só com o presidente. É uma crítica que eu faço. O Brasil não pode ser um país de exceção. De qualquer forma, a Constituição de 1988 não foi feita para ser cumprida à risca. Ela foi feita para ser interpretada. E a interpretação deve ser feita de acordo com a realidade do país. Não se trata de uma coisa que se pode fazer ou não fazer. É uma coisa que se deve fazer sempre.

... também, ministro. Quando, então, falar uma coisa. Não se pode falar só com o presidente. É uma crítica que eu faço. O Brasil não pode ser um país de exceção. De qualquer forma, a Constituição de 1988 não foi feita para ser cumprida à risca. Ela foi feita para ser interpretada. E a interpretação deve ser feita de acordo com a realidade do país. Não se trata de uma coisa que se pode fazer ou não fazer. É uma coisa que se deve fazer sempre.

... duas coisas de Congresso. Primeiro, o seguinte: o Brasil, em qualquer democracia, é que todo cidadão tem o direito de votar. Segundo, é que todo cidadão tem o direito de ser eleito. Isso é o que define uma democracia. E isso é o que define o Brasil. E isso é o que define o Congresso. E isso é o que define o impeachment.

... duas coisas de Congresso. Primeiro, o seguinte: o Brasil, em qualquer democracia, é que todo cidadão tem o direito de votar. Segundo, é que todo cidadão tem o direito de ser eleito. Isso é o que define uma democracia. E isso é o que define o Brasil. E isso é o que define o Congresso. E isso é o que define o impeachment.

... duas coisas de Congresso. Primeiro, o seguinte: o Brasil, em qualquer democracia, é que todo cidadão tem o direito de votar. Segundo, é que todo cidadão tem o direito de ser eleito. Isso é o que define uma democracia. E isso é o que define o Brasil. E isso é o que define o Congresso. E isso é o que define o impeachment.

... duas coisas de Congresso. Primeiro, o seguinte: o Brasil, em qualquer democracia, é que todo cidadão tem o direito de votar. Segundo, é que todo cidadão tem o direito de ser eleito. Isso é o que define uma democracia. E isso é o que define o Brasil. E isso é o que define o Congresso. E isso é o que define o impeachment.

... duas coisas de Congresso. Primeiro, o seguinte: o Brasil, em qualquer democracia, é que todo cidadão tem o direito de votar. Segundo, é que todo cidadão tem o direito de ser eleito. Isso é o que define uma democracia. E isso é o que define o Brasil. E isso é o que define o Congresso. E isso é o que define o impeachment.

... duas coisas de Congresso. Primeiro, o seguinte: o Brasil, em qualquer democracia, é que todo cidadão tem o direito de votar. Segundo, é que todo cidadão tem o direito de ser eleito. Isso é o que define uma democracia. E isso é o que define o Brasil. E isso é o que define o Congresso. E isso é o que define o impeachment.

“ [Impeachment] somente se aplica àquele presidente que adota como estilo um estilo governamental de ser [...] A questão diz, ‘Óh, ou a Constituição ou o presidente’ ”

... duas coisas de Congresso. Primeiro, o seguinte: o Brasil, em qualquer democracia, é que todo cidadão tem o direito de votar. Segundo, é que todo cidadão tem o direito de ser eleito. Isso é o que define uma democracia. E isso é o que define o Brasil. E isso é o que define o Congresso. E isso é o que define o impeachment.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Setor financeiro cresce com boom de fintechs em 2020 **Impacto:** Neutro

Setor financeiro cresce com boom de fintechs em 2020

Ao menos 40 bancos digitais começaram a operar; entre 2013 e 2018, houve queda no número de instituições

Carolina Garcia

BRASÍLIA Enquanto empresas de outros setores fecharam portas em meio à crise gerada pela pandemia da Covid-19, ao menos 40 instituições financeiras iniciaram suas atividades em 2020, segundo dados do Banco Central. O distanciamento social criou um ambiente propício para que surgissem mais fintechs e bancos digitais, que são especializados em tecnologia e serviços por aplicativos.

O movimento no sistema financeiro é contrário ao observado entre 2013 e 2018, quando houve redução de quase 40% na quantidade de instituições no país.

O número de empresas do setor financeiro só começou a crescer em 2019, depois da regulação das fintechs de crédito, e terminou o ano com 11 instituições a mais.

Com o isolamento social, as pessoas precisam fazer operações bancárias à distância e o segmento digital ganhou ainda mais tração.

"Apesar de poder ser potencializado esse crescimento já que as entidades com base digital não precisam de rede física para alcançar os clientes, fazer isso por meio de aplicativos", diz a presidente da AB Fintech (Associação Brasileira de Fintechs), Diego Perez.

Além disso, medidas do BC, como a pró-pria regulação, o sistema de pagamentos instantâneos (PIX), e open banking, que começou a ser implementado em fevereiro, abriram caminho para a entrada de novas instituições.

"O número de fintechs vem crescendo com o passar do tempo não só pela adoção do novo modelo de negócios, com serviços digitais que entregam experiência de navegação mais amigável para o usuário, mas também porque vem sendo feito trabalho de modernização do arcabouço regulatório. Como reflexo, é natural surgimento de instituições de pagamento e de fintechs", afirma Perez.

Em 2020, existiram 85 instituições financeiras, entre elas 50 fintechs de crédito. Nos dados do BC, não há a quantidade de bancos digitais por que a autoridade monetária não tem uma norma específica, citando, só contabilizados como um banco normal (que só podem 177). O dado inclui cooperativas de crédito e algumas tradições de comércio — ambas com queda no ano.

No período, eram as instituições de pagamentos, que também podem ser consideradas fintechs.

A tendência é de crescimento nos próximos anos,

especialmente com o open banking, que será uma plataforma pela qual clientes podem compartilhar informações e encontrar serviços financeiros mais baratos. A ferramenta facilita o acesso a novas instituições e, com isso, as menores podem ganhar visibilidade e aumentar o número de clientes.

"Esses números parecem ainda maiores porque algumas fintechs não possuem autorização regulatória própria, mas atuam com bancos parceiros, como correspondente jurídico e na lista de BC". Além disso, existem empresas que oferecem serviços bancários básicos, como conta pré-paga e cartões, mas são instituições de pagamentos", ressalta o presidente da AB Fintech.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) afirma que os bancos também têm passado por um processo de digitalização nos últimos anos. Atualmente, os investimentos feitos pelo setor bancário em tecnologia são da ordem de R\$ 25 bilhões anuais, sendo R\$ 1 bilhão em segurança cibernética, diz o presidente da entidade, Isaac Sidney.

Para ele, os grandes bancos ganham dos menores em inovação tecnológica e regulatória. "No Brasil, já se fazia transferências de recursos, via TED e DOC, antes de muitos países desenvolvidos, sob supervisão do Banco Central", diz.

"Nesse processo, os bancos, estão muito à frente de

algumas novas integrantes da indústria financeira que aderem sem os inventores da roda, da inovação e da modernidade desse mercado. Os bancos tradicionais são tão, ou até mais, inovadores que essas empresas, a exemplo das fintechs", avalia.

Sidney afirma que é saudável ter competição no setor. "A entrada de fintechs e bancos digitais é muito benéfica por permitir mais eficiência de toda a indústria, com inegáveis ganhos para as pessoas e empresas".

Uma pesquisa do UBS Evidence Lab mostrou que os bancos tradicionais têm perdido espaço entre os consumidores de serviços financeiros por aplicativos. Os downloads de novas instituições representaram 32% e ultrapassaram pela primeira vez os bancos tradicionais, que ficaram com 49% em 2020, até o terceiro trimestre.

Em 2020, a taxa dos bancos tradicionais chegou a 99%. Pelo levantamento, os bancos tradicionais ampliaram a base de clientes em 10% entre o segundo e o terceiro trimestre do ano, menos da metade das novas instituições, que aumentaram em 17% o número de usuários.

Para Ricardo Rocha, professor de finanças do Insper, o crescimento do número de instituições financeiras, especialmente fintechs e bancos digitais, tem alto potencial de desconcentração bancária.

"Acho que esse movimento não tem relação com a pandemia, ele já ocorreu de qualquer maneira. O BC tem atuação para diminuir a concentração bancária no país. Como a entrada de bancos estrangeiros é complicada, a solução foi viabilizar outros modelos de negócios", diz.

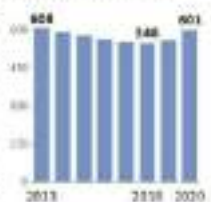
Nos últimos anos, com a entrada de novas instituições, a concentração bancária caiu. Em 2019, último dado divulgado pela autoridade monetária, as cinco maiores bancos representavam quase 70% do mercado de crédito, incluindo o segmento não bancário (fintechs, fintechs e cooperativas, por exemplo). Em 2020, o grupo tinha 54,5% da carteira total.

Os maiores bancos do país são Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander. Quando se considera só o segmento bancário, os cinco maiores tinham 72% do mercado de crédito — a falta de ganho a ser de 83,4% em 2020.

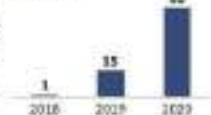
O grupo também aumentou a maior parte dos depósitos de clientes (conta corrente), com 77,6% de todo o sistema financeiro, e 81,3% na comparação somente entre bancos.

Pandemia tem boom de fintechs e bancos digitais

Cresce o número de instituições financeiras*



Número de fintechs de crédito



*Número de instituições financeiras e de fintechs de crédito, de acordo com o Banco Central.

Veículo: Estadão – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 18/01/21 – Cidade/UF: DF
Título: Anvisa libera Coronavac e vacina de Oxford; São Paulo começa imunização Impacto: Neutro

Metrópole
SITUAÇÃO DA COVID-19 EM SP
Agrupamento de notícias de imprensa e de redações (por regional)
Tabela com dados de notificações de casos, óbitos e recuperações em SP e no Brasil.

Aplicação de doses na capital paulista teve início com profissionais de saúde; governo federal planeja abrir campanha nacional só na quarta. Seis milhões de doses do imunizante do Butantã estão disponíveis e os Estados com situação mais grave devem receber maior estoque

Anvisa libera Coronavac e vacina de Oxford; São Paulo começa imunização

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem, por unanimidade, o uso emergencial de Coronavac e da vacina de Oxford para a população de 12 e 16 anos, respectivamente, em todo o país. Logo após a decisão, o governo de São Paulo, de João Dória (PSDB), começou a vacinação contra a covid-19 em profissionais de saúde. A medida restringe o plano de gestão da Prefeitura, que prevê iniciar a campanha nacional de imunização em quarta.



A enfermeira, à direita, administra a vacina de Oxford, à esquerda, em uma unidade de vacinação em São Paulo, capital paulista.

...vacina de Oxford por ser o único. O objetivo foi evitar o uso. "Embora eu entenda que o objetivo seja a população de 12 anos, não entendo por que não se aplica a 18 anos, já que a maioria dos casos de covid-19 ocorre em pessoas com idade superior a 18 anos. Há profissionais de saúde em hospitais de campanha. Agora, não está corrigido", critica.

ENFERMEIRA NEGRA, A PRIMEIRA VACINADA

Coronavac foi aplicada ontem à tarde, no HC

Uma enfermeira negra do Hospital das Clínicas de São Paulo, que está fazendo testes em testes de fase de covid-19, foi a primeira a receber a vacina de Coronavac, aplicada ontem à tarde, na Agência Brasileira de Vigilância Sanitária. Ela é a primeira negra a receber a vacina de Coronavac.

...de Coronavac Regional de Epidemiologia. O objetivo é garantir que a vacina seja aplicada em todas as regiões do país. A vacina de Oxford é aplicada em todas as regiões do país. A vacina de Coronavac é aplicada em todas as regiões do país.

50 países, aproximadamente, já testam a vacina antes de liberá-la. Isso contrasta com a decisão de outros de deixar de aplicar a vacina emergencial, ainda mais importante.

Logopneia. Logopneia é a dificuldade de respirar causada por uma infecção viral. Ela é causada por uma infecção viral. Ela é causada por uma infecção viral.

...de saúde. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários.

...profissionais de saúde de São Paulo. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários.

...São Paulo, porque o governo federal ainda não tem como fazer o teste. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Ainda será preciso esperar

- 1. Uma vez aprovada a vacina, quando começa a campanha de vacinação?
2. De acordo com o plano de saúde, a vacina será aplicada em todos os hospitais?
3. Como o governo vai garantir a distribuição da vacina para quem precisa?

...de saúde. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários.

...de saúde. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários.

...de saúde. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários. O plano de saúde de São Paulo garante a cobertura de saúde para os beneficiários.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Mudanças no trabalho, aceleradas pela pandemia, desafiam sindicatos **Impacto:** Neutro

Mudanças no trabalho, aceleradas pela pandemia, desafiam sindicatos

Revolução digital altera ambiente que favoreceu crescimento das organizações desde a redemocratização e amplia incertezas sobre o futuro

José Páez

Nas últimas décadas, o movimento sindical brasileiro obteve conquistas memoráveis. Sua galeria de troféus inclui a eleição de Lula, o seu grande líder, para a Presidência da República, a criação do PT, um partido com raízes operárias que chegou ao poder pela via democrática, e a realização de greves históricas, que marcaram os rumos políticos do País, como a dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo, nos anos 1970, durante o regime militar.

Nos governos petistas, os sindicatos foram dirigentes no terreno das forças e influências que o expôs ao "República sindicalista" voltou a ser usada por muitos analistas e adversários políticos. Embora a ditadura e até a criação do movimento atribuídas a Carlos Lacerda, o líder da entidade UDN, em referência ao governo João Goulart (1961-1964), foi no período em que o PT ocupou o Palácio do Planalto, promovido, que ele assumiu a sua mais completa tradução.

Os anos dorados do movimento sindical, porém, parecem ter ficado para trás — em alguns pelo desgaste de Lula e do PT, com a chegada que prospecta nos governos do partido, e pelas pesadas contendas na economia, que jogaram o País na maior recessão de que se tem notícia em todos os tempos.

"Futuro incerto" Com o avanço da tecnologia na produção e no comércio, acelerado pela pandemia, as condições que favoreceram o protagonismo dos sindicatos desde a redemocratização estão desaparecendo rapidamente, e até agora eles não encontram uma saída para tentar manter a sua sobrevivência.

"Nunca o futuro dos sindicatos foi tão incerto", diz Luciano Martins Rodrigues, autor do livro *Do Trabalho ao Trabalho* (74, Edusp, 286 págs.), um referencial clássico. Lançado em 1999, o livro já apontava, com base em experiências de outros países desenvolvidos, o declínio dos sindicatos, em decorrência da globalização da tecnologia, e sugeriu que o movimento poderia ser "dado de lado" e se adaptar pelo mercado (veja quadro ao lado).

Embora não seja, com a pandemia, a primeira vez que os sindicatos são vistos no Brasil, eles já tinham ocorrido lá fora desde o fim do século 20. Segundo Rodrigues, o processo se manifestou de forma tardia no País porque os sindicatos se beneficiaram de "circunstâncias excepcionais", que permitiram ao modelo de luta do líder sindical e a sua chegada ao poder, como o PT. Mas, em sua avaliação, esse conjunto favorável



Dias de glória. Com pandemia, desemprego recorde e declínio dos sindicatos, poder de mobilização do passado diminuiu muito

vel dificilmente vai se repetir. "Não há sinal de que isso vai voltar", afirma.

Os desafios que os sindicatos têm pela frente são grandes. A revolução tecnológica, turbulenta pela robotização crescente da indústria, pelo desenvolvimento da inteligência artificial, pela digitalização do trabalho nos escritórios e pela popularização do comércio eletrônico, de serviços e empregos, as entidades profissionais, a renda da população e até a educação, com forte impacto na atuação dos sindicatos.

Nos próximos anos e décadas, o ambiente em que os sindicatos operam será muito menos favorável do que no passado recente. Com a chamada 4ª Revolução Industrial, o emprego manual, que já vem em queda livre há algum tempo, vai ser tomado uma fatia do que resta. Isso deverá limitar a capacidade de mobilização do movimento, que se beneficia da presença de um grande número de trabalhadores no chão de fábrica para fazer a sua pressão e conectar a massa.

Homeno afilios. Nas atividades administrativas e de atendimento ao público, como os call centers e o comércio, atreladas em cheio pela aceleração da automação na pandemia, o cenário não é muito diferente. A decisão de muitas empresas de manter parte dos empregados em home office depois que o covid-19 se tornou uma epidemia não ajuda. Uma parcela desse grupo de obra será absorvida pelo setor de serviços, mas isso também não ajudará na criação.

No setor de serviços, tradicionalmente, a mobilização já é bem

● Refluxo sindical
98,4%
foi a queda da receita das entidades de trabalhadores com impostos sindicais após a reforma trabalhista, de R\$ 2,3 bilhões em 2017 para R\$ 37 milhões em 2018

71,3%
foi a redução do número de greves no 2º semestre de 2020 em relação à igual período de 2014, o pico das paralisações

27,7%
foi a queda no total de acordos coletivos com reajustes e salariais em 2020, até outubro, em relação ao mesmo período de 2018

32%
foi a queda no total de acordos coletivos com reajustes e salariais em 2020, até outubro, em relação ao mesmo período de 2018

51,1%
foi a diminuição de novos processos rejeitados no 2º Instância do Juízo do Trabalho em 2020 em relação ao pior de 2018

33%
foi a queda no número de processos rejeitados no 2º Instância do Juízo do Trabalho em 2020 em relação ao pior de 2018

mais complexa, devido à maior dispersão de trabalhadores. "Quando o número de setores de uma base industrial administrada é pequeno, é mais fácil organizar os

trabalhadores", diz o sociólogo e consultor Clemente Garr Lácio, ex-diretor técnico do Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e hoje envolvido numa disputa para a formação de uma nova entidade de atuação para o movimento sindical.

Aplicativos. Ao mesmo tempo, novas formas de contratação estão ganhando espaço no mercado, como o trabalho sob demanda e o trabalho em tempo integral, no qual os sindicatos se movimentam com maior desconfiança.

Financiado pela reformista trabalhista de 2017, que reduziu o desempenho dos sindicatos, apesar de upgrades em empresas e entidades profissionais, elas incluem o trabalho parcial, pelo qual o empregado trabalha até 25 horas semanais, e o trabalho remoto, que o funcionário é contratado para trabalhar conforme as necessidades das empresas, ganhando por hora trabalhada.

Com o corte de vagas formais, regulado pelo Conselho de Luta do Trabalho (CLT), muitos empregados vão se tornar empreendedores. No caso de um pequeno negócio, o empreendedor registra como MEI (microempreendedor individual), de acordo com o artigo 1º da Lei 13.846 e o Decreto 9.590.

Além disso, há uma mudança significativa na sociedade, que se revela, em parte, a sua extensão, no uso de aplicativos de entrega e de aplicativos. Embora os sindicatos tenham discutido, sob o argumento de que a relação de trabalho com as empresas deveria ser regida pelo CLT, a maior parte da turma não quer nem ouvir falar do assunto.

"Hoje, os próprios trabalhadores não querem ser cobrados de própria vida", diz o consultor Luciano Martins Rodrigues, autor do livro *Do Trabalho ao Trabalho* (74, Edusp, 286 págs.), um referencial clássico. Lançado em 1999, o livro já apontava, com base em experiências de outros países desenvolvidos, o declínio dos sindicatos, em decorrência da globalização da tecnologia, e sugeriu que o movimento poderia ser "dado de lado" e se adaptar pelo mercado (veja quadro ao lado).

trabalho", afirma o advogado e consultor Magrini Apontado, ex-diretor de Relações Trabalhistas da Febraob, a entidade que reúne os sindicatos do País.

Além de tudo isso, há uma mudança significativa de mentalidade ocorrendo na sociedade, que se revela, em parte, a sua extensão, no uso de aplicativos de entrega e de aplicativos. Embora os sindicatos tenham discutido, sob o argumento de que a relação de trabalho com as empresas deveria ser regida pelo CLT, a maior parte da turma não quer nem ouvir falar do assunto.

"Hoje, os próprios trabalhadores não querem ser cobrados de própria vida", diz o consultor Luciano Martins Rodrigues, autor do livro *Do Trabalho ao Trabalho* (74, Edusp, 286 págs.), um referencial clássico. Lançado em 1999, o livro já apontava, com base em experiências de outros países desenvolvidos, o declínio dos sindicatos, em decorrência da globalização da tecnologia, e sugeriu que o movimento poderia ser "dado de lado" e se adaptar pelo mercado (veja quadro ao lado).

Para o sociólogo José Páez, presidente do Conselho de Emprego e Relações de Trabalho da Federação do Comércio de São Paulo, Internet digital que os sindicatos vão desaparecer. Nem que o trabalho formal vai sofrer. Em sua visão, várias atividades exigem formalização de vínculo com os empregados, por questões estruturais e de confiabilidade.

Além disso, há uma mudança significativa na sociedade, que se revela, em parte, a sua extensão, no uso de aplicativos de entrega e de aplicativos. Embora os sindicatos tenham discutido, sob o argumento de que a relação de trabalho com as empresas deveria ser regida pelo CLT, a maior parte da turma não quer nem ouvir falar do assunto.

Além disso, há uma mudança significativa na sociedade, que se revela, em parte, a sua extensão, no uso de aplicativos de entrega e de aplicativos. Embora os sindicatos tenham discutido, sob o argumento de que a relação de trabalho com as empresas deveria ser regida pelo CLT, a maior parte da turma não quer nem ouvir falar do assunto.

Queda de sócios e de receitas afeta entidades

A revolução digital pegou os sindicatos de País num momento de fragilidade, o que pode complicar ainda mais a adaptação aos novos tempos, que já não será fácil.

De um lado, os sindicatos de trabalhadores sindicalizados desapareceram, e o mesmo ocorreu com o representante da entidade. De outro, as funções dos sindicatos melhoraram de forma expressiva, com o fim do imposto sindical, em 2017. "O sindicato deixou de ser um setor político e econômico importante", diz o sociólogo Luciano Martins Rodrigues.

Para completar o quadro, com o desemprego recorde, ficamos mais difíceis propor pontos positivos da situação. Isso não quer dizer que não haja grandes mobilizações — um problema que se agravou com as restrições impostas pela pandemia. As greves também diminuíram, bem como os acordos coletivos que garantem os direitos e reajustes dos salários pela inflação.

Em parte, esse retrocesso pode ser atribuído ao "afastamento dos líderes" e à mudança de dirigentes. "A maioria, em vez de ser um líder, foi um líder de ocasião", afirma Luciano Martins Rodrigues, autor do livro *Do Trabalho ao Trabalho* (74, Edusp, 286 págs.), um referencial clássico. Lançado em 1999, o livro já apontava, com base em experiências de outros países desenvolvidos, o declínio dos sindicatos, em decorrência da globalização da tecnologia, e sugeriu que o movimento poderia ser "dado de lado" e se adaptar pelo mercado (veja quadro ao lado).

Muito sindicalista e boa parte da esquerda creditam dificuldades ao "governo golpista" do ex-presidente Michel Temer, por ter patrocinado a reforma trabalhista, que flexibilizou as condições de trabalho dos trabalhadores, e a aprovação do "Ficamento" no País, com a eleição de presidente Jair Bolsonaro, que "não valoriza os direitos sociais".

"O presidente sempre falou que queria acabar com o movimento sindical", diz Lácio. "O fascismo e o crescimento está acabando com o sindicalismo e escravizando os trabalhadores", afirma Páez, considerado uma das vozes mais moderadas do movimento, em contraste com "comunistas" em Pernambuco, em 2020.

Asses da Info Digital, porém, está se impondo no mundo todo, independentemente da ideologia dos governantes, e pouco se pode — ou deve — fazer contra ela, sem perder o bom da história. /J.F.

NA WEB
Leia entrevista com **Almir Paz Lacerda**, ex-presidente do TST estadao.com.br/guestcolumnist

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Correção à vista? O rumos da Bolsa em 2021 **Impacto:** Neutro



Na web
encontre o conteúdo completo
desta reportagem em
www.estadao.com.br

Correção à vista? Os rumos da Bolsa em 2021

Primeiros dias do ano mostram que o investidor precisa ficar atento às oscilações, que estarão muito mais presentes

Isaac de Oliveira

O mercado financeiro brasileiro entrou em 2021 com o pé direito. O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, fechou a quarta-feira no campo positivo, com valorização mensal de 1,12%, aos 121.346,80 pontos.

Entre os principais motivos que justificam o bom momento vivido pela B3 recentemente, está o otimismo dos investidores estrangeiros, que retornaram ao País com bastante apetite e risco desde os eventos do ano passado.

"Essa movimentação viciosa", observa Daniel Abrabão, assessor de investimentos da IHUR.

Abrabão explica que o entrada de muito "gringo" na Bolsa beneficiou principalmente ativos ligados ao setor de commodities. Até então, os papéis que estiveram sob os holofotes em 2020 eram os de redes, tecnologia, como Magazine Luiza e Via Varejo, que se saíram bem na pandemia.

Até o dia 13, o Ibovespa já contabiliza a entrada de mais de R\$ 16 bilhões em capital estrangeiro. Em termos percentuais, esse já é o melhor janeiro de história desde 1964, quando teve início a série histórica.

Como fica o Ibovespa. Os números são caudalosos, e com risco, ao dizer como o índice se

comportará em tempo tão curto e diante de tantas incertezas ao mundo. Dóvidos países vão aumentar as restrições para conter os avanços da covid-19, mesmo com o início da vacinação.

Leonardo Milane, mestre em Economia e Finanças pela FGV-SP e sócio da VIDA Investimentos, explica o sobe e desce da Bolsa por meio da teoria do pêndulo. Neste caso, o Ibovespa oscila entre o excesso de otimismo e o excesso de pessimismo. "Em determinados momentos, esse pêndulo perdura mais tempo em um dos dois extremos, mas cedo ou tarde acaba cedendo para o lado oposto", diz ele.

Para o economista, esta segunda quinzena do mês poderá ser influenciada por mais otimismo. "A vacinação em massa vai ser o evento mais importante", afirma Milane.

Para o assessor de investimentos da IHUR, períodos de grande otimismo precisam ser vistos com atenção redobrada por parte dos investidores. É que os ativos já podem estar no seu preço máximo, o que indica que uma correção do mercado pode estar a caminho.

Evento mais importante? "A vacinação em massa (contra a covid-19) vai ser o evento mais importante (com efeito positivo para a Bolsa nas próximas semanas)."

Leonardo Milane
MESTRE EM ECONOMIA E FINANÇAS E
SÓCIO DA VIDA INVESTIMENTOS

"É difícil saber para onde vai o índice, mas a reação recorrente de um ativo que está em preço máximo fica reduzida. Talvez seja um sinal verde para investidores que querem entrar na Bolsa. O melhor é esperar a correção natural do mercado", diz Abrabão.

Quais ações se destacam. A performance entre os papéis do Ibovespa mudou bastante nas duas primeiras semanas do ano. Mas Notre Dame Intermédica e Hapvida acumularam os maiores ganhos do mês até o fechamento de sexta-feira passada. O motivo é o otimismo do mercado com a possível fusão das duas companhias. O papel da Notre Dame fechou o pregão negociado a R\$ 95,44, com ganho mensal acumulado de 21,7%. Já a ação da Hapvida foi cotada a R\$ 17,26, com valorização de 14,57% no mês.

Weg e Braskem ficaram em terceiro e quarto lugares, respectivamente, entre as ações do Ibovespa que mais cresceram até o momento. A Braskem é uma companhia de investimentos do Brasil, que possui participação em outras empresas, como Mineração Vale, que acumula alta de 6,66% no mês. "A Braskem é um outro veículo para se ter exposição em Vale", explica Francisco Canale, head de renda variável da Agora Investimentos.

Dólar x real. As duas primeiras semanas de janeiro também foram de altas e baixas na cotação do moeda. O dólar, que sofreu alguma tropeço em dezembro, voltou a pagar flutuante e volátil,



Atração. Alta da Bolsa neste início de ano está ligada à entrada de investidores estrangeiros.

chegando a encostar nos R\$ 5,90 na segunda-feira passada, mas encerrou a semana cotado a R\$ 5,20.

As oscilações em transações americanas e o real brasileiro deverão continuar, pois não há um cenário de alta ou baixa no curto prazo. Na verdade, as incertezas internas e externas são muitos maiores. "A única certeza sobre dólar em 2021 é a volatilidade", assegura Victor

Hago Cotoski, gestor de novos negócios da Ingleses Invest.

A delação da política monetária de Joe Biden é um fator importante para saber se o real enfrentará o dólar. Cotoski explica que, historicamente, governos democratas tendem a elevar os juros, que há muito encerra o que enfraquece o dólar. Contudo, esse é um cenário distante. Na noite de quinta-feira, Bi-

den anunciou mais um pacote de estímulos que pode chegar até US\$ 1,9 trilhão, medida que injeta ainda mais dinheiro em um mercado extremamente líquido. E Jerome Powell, presidente do Fed (o Banco Central dos EUA), garante que um aumento dos juros no país não virá tão cedo. Porém negativo para a recuperação do real.

"Até o final de janeiro, é bem provável que o dólar se mantenha a níveis que estamos vendo hoje, no canal entre R\$ 5,20 e R\$ 5,40", projeta Cotoski.

1,12%
É O GANHO DA B3
NA PRIMEIRA
QUINZENA DE
JANEIRO

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** RJ
Título: Queda de preço de equipamentos faz País dobrar geração de energia solar **Impacto:** Neutro

QUALIDADE E RESPONSABILIDADE
+ LIMPEZA + RECEPÇÃO + PORTARIA
DESCONDIÇÕES
FATURIZACAO.COM.BR



Dados da Associação Brasileira de Energia Solar mostram que a capacidade instalada do setor saltou de 4,0 para 7,5 gigawatts em 2020, o que dá para iluminar até 3,7 milhões de domicílios, desde 2012, custos para geração saíram de US\$ 100 para US\$ 20 o megawatt hora

Queda de preço de equipamentos faz País dobrar geração de energia solar

Diego Lima / E&N

A geração de energia solar dobrou sua capacidade instalada no País em 2020, na ordem de 7,5 bilhões de watts, e promete seguir a forte agenda em 2021. Segundo especialistas, por volta de 2025, a geração de energia solar poderá atingir a metade da capacidade instalada de usinas hidrelétricas, que são a principal fonte de energia renovável no Brasil. Isso acontece porque, desde 2012, os custos para gerar energia solar caíram drasticamente, chegando a US\$ 20 por megawatt hora, contra US\$ 100 em 2012.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar (Abesol), em 2020, a capacidade instalada do setor saltou de 4,0 gigawatts (GW) para 7,5 GW, o que representa um aumento de 87,5%. A capacidade instalada de energia solar no Brasil chegou a 7,5 GW em dezembro de 2020, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Solar (Abesol), e promete seguir a forte agenda em 2021. Segundo especialistas, por volta de 2025, a geração de energia solar poderá atingir a metade da capacidade instalada de usinas hidrelétricas, que são a principal fonte de energia renovável no Brasil. Isso acontece porque, desde 2012, os custos para gerar energia solar caíram drasticamente, chegando a US\$ 20 por megawatt hora, contra US\$ 100 em 2012.

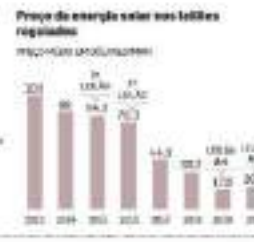
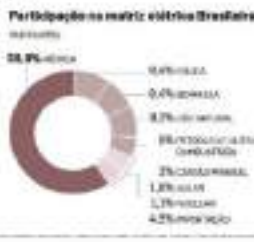
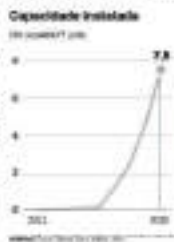
Os custos de investimento em energia solar caíram drasticamente desde 2012, quando os custos para gerar energia solar no Brasil chegaram a US\$ 100 por megawatt hora, contra US\$ 20 em 2020. Isso acontece porque, desde 2012, os custos para gerar energia solar caíram drasticamente, chegando a US\$ 20 por megawatt hora, contra US\$ 100 em 2012.

Desde 2012, quando os custos para gerar energia solar no Brasil chegaram a US\$ 100 por megawatt hora, contra US\$ 20 em 2020. Isso acontece porque, desde 2012, os custos para gerar energia solar caíram drasticamente, chegando a US\$ 20 por megawatt hora, contra US\$ 100 em 2012.

■ 'Estratégia inovadora'
"Foi um dia, depois de ter sido um projeto nacional, como era uma obra, e para ser mais específico, foi a obra do Rio de Janeiro", diz o diretor de projetos da empresa, o engenheiro brasileiro Roberto Meyer.

GERAÇÃO RENOVÁVEL

• Evolução da energia solar no Brasil



Energia solar no mundo, em 2020

País	Capacidade instalada (GW)	Porcentagem da capacidade instalada
1º China	210	21%
2º Alemanha	55	5,5%
3º Índia	35	3,5%
4º Japão	30	3%
5º Espanha	25	2,5%
6º Itália	20	2%
7º Brasil	7,5	0,75%

Desde 2012, quando os custos para gerar energia solar no Brasil chegaram a US\$ 100 por megawatt hora, contra US\$ 20 em 2020. Isso acontece porque, desde 2012, os custos para gerar energia solar caíram drasticamente, chegando a US\$ 20 por megawatt hora, contra US\$ 100 em 2012.

Desde 2012, quando os custos para gerar energia solar no Brasil chegaram a US\$ 100 por megawatt hora, contra US\$ 20 em 2020. Isso acontece porque, desde 2012, os custos para gerar energia solar caíram drasticamente, chegando a US\$ 20 por megawatt hora, contra US\$ 100 em 2012.

Desde 2012, quando os custos para gerar energia solar no Brasil chegaram a US\$ 100 por megawatt hora, contra US\$ 20 em 2020. Isso acontece porque, desde 2012, os custos para gerar energia solar caíram drasticamente, chegando a US\$ 20 por megawatt hora, contra US\$ 100 em 2012.

Desde 2012, quando os custos para gerar energia solar no Brasil chegaram a US\$ 100 por megawatt hora, contra US\$ 20 em 2020. Isso acontece porque, desde 2012, os custos para gerar energia solar caíram drasticamente, chegando a US\$ 20 por megawatt hora, contra US\$ 100 em 2012.

VAIO® FE14 e FE15
+ 10ª Geração de Processadores Intel® Core™
+ Windows 10 Pro
+ Armazenamento SSD de 512GB ou 1TB de 1TB
+ Memória de até 32GB

Empodere seu trabalho

#EMPODERESEUMUNDO

compre o seu em br.vaio.com

‘A intenção é gerar de 130% a 150% da minha conta’

Após dois anos de “turbulência”, o empresário brasileiro Abel Francisco Tavares, 71 anos, decidiu em 2017 investir alguns recursos em tecnologia de sua conta, em uma nova estratégia de negócios. Hoje, ele paga menos de 10% da conta de energia e já consegue obter os melhores preços de mercado para obter energia e gerar um retorno considerável. Isso acontece porque, desde 2012, os custos para gerar energia solar caíram drasticamente, chegando a US\$ 20 por megawatt hora, contra US\$ 100 em 2012.

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/3
Título: Cenário para aplicações se mantém favoráveis a ativos de risco em 2021 **Impacto:** Neutro

Cenário para aplicações se mantém favorável a ativos de risco em 2021

... pais classes de ativos este ano.

Perspectiva de recuperação da economia global e juros baixos continuam afetando a renda fixa, avaliam especialistas

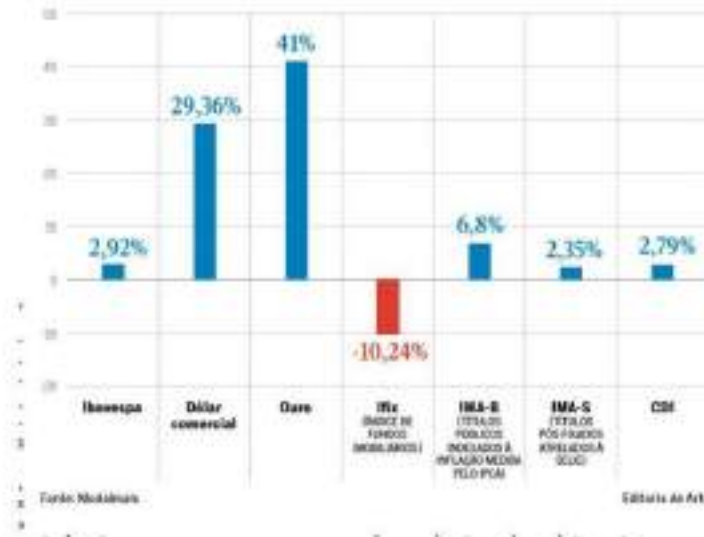
CLAUDIA DE SAHTOISSA@oglobo.com.br
Big Data Hedge

Depois da montanha-russa de 2020, este ano traz a expectativa de recuperação de economia, ainda que o processo de vacinação deva levar algum tempo. Mas, apostando em um cenário melhor, especialistas consideram que o mercado acionário manterá sua trajetória de alta, até porque, com juros baixos, continuará a oferecer ganhos melhores que a renda fixa — e os papéis prefixados ainda podem perder mais se a inflação subir.

Confira as expectativas para as princi-

UM ANO DIFÍCIL

Desempenho das classes de investimento em 2020



Ações

Em 2020, a Bolsa brasileira, a B3, viu o número de seus investidores pessoas físicas saltar 92%, de 1,681 milhão para 3,229 milhões. Esse movimento foi impulsionado pelos ganhos reduzidos da renda fixa, com a taxa básica de juros, a Selic, na mínima histórica de 2% ao ano. E a expectativa é que essa tendência se mantenha em 2021.

—O Brasil sempre teve juro alto, que desencoraja o investidor a correr riscos. Os juros baixos tornaram a renda fixa menos atraente — diz Ronaldo Guimarães, sócio-diretor do banco digital Modalmais.

Guimarães avalia que a Selic continuará abaixo da inflação este ano — as projeções do Boletim Focus, do Banco

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/3
Título: Cenário para aplicações se mantém favoráveis a ativos de risco em 2021

Central, apontam a taxa básica em 3,25% no fim do ano, com o IPCA a 3,34% —, e ainda há muita liquidez global, devido aos pacotes de estímulo nos países ricos. A combinação desses fatores, diz, manterá o interesse dos investidores pela Bolsa.

O Ibovespa ainda conseguiu encerrar 2020 com ganho, de 2,92%, aos 119.225 pontos, depois de desabar aos 61 mil pontos logo após a decretação da pandemia global, em março.

Analistas apontam que o Ibovespa pode passar dos 130 mil pontos este ano, talvez até chegar a 140 mil pontos, diz a professora de Finanças da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) Virginia Prestes:

— Se isso acontecer, será o melhor investimento de 2021.

BDRs

Os chamados Brazilian Depositary Receipts (BDRs, recibos de ações de empresas estrangeiras negociados no mercado brasileiro) devem continuar atraentes em 2021.

Diego Giordani, sócio e gestor do comitê de estratégia da Ável Investimentos, lembra que, segundo relatórios da XP, há razões para otimismo com os papéis do grupo conhecido como Faang — Facebook, Apple, Amazon, Netflix e Google.

As ações das ganharam impulso com a pandemia, que acelerou a transição para os serviços digitais. A Amazon, por exemplo, registrou valorização de mais de 70% no ano passado.

É preciso ter em mente, no entanto, que sobre os BDRs ainda pesa a varia-

ção cambial. Mas isso pode ser até uma forma de garantir proteção (hedge, na linguagem de mercado) para seus recursos se o dólar subir.

—O investidor brasileiro já vê que parte de suas reservas de longo prazo precisa estar em moeda forte — resalta Guimarães, do Modalmais.

Câmbio e ouro

Enquanto o dólar comercial acumulou valorização de 29,36% em 2020, o ouro avançou 41%. Ambos são considerados ativos seguros, que oferecem proteção na volatilidade, e devem ainda ter boa procura em 2021.

Para Giordani, da Ável, o ouro deve continuar em alta. E Guimarães lembra que o ativo tem uma função de para uma possível volta da inflação, além de garantir diversificação ao portfólio

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 3/3
Título: Cenário para aplicações se mantém favoráveis a ativos de risco em 2021

do investidor.

Com relação ao dólar, os especialistas divergem. Guimarães não espera uma desvalorização da moeda americana, especialmente frente às de países emergentes.

— A demanda por dólar é sempre alta

Já Giordani avalia que a cotação da moeda americana deve cair este ano. A projeção da XP, diz, é de um dólar a R\$ 4,45 no fim de 2022.

— Passaram as eleições americanas, e há perspectivas de vacinação. O capital deve voltar aos países emergentes.

Virgínia também acredita que o dólar deve cair, pois o governo de Joe Biden será o oposto do de Donald Trump, com maior estabilidade global. Ela espera valorização do real, que foi

uma das moedas que mais perdeu em 2020. A professora da Fapj ressalta que os fundos cambiais e de ouro devem ser vistos como uma reserva de valor dentro da carteira de cada investidor.

— Se as perspectivas forem melhores em 2021, esses ativos não terão performance.

Fundos imobiliários

Essa classe de ativos sofreu um forte impacto em 2020, por causa da pandemia. Shoppings ficaram meses fechados, e o home office se tornou uma necessidade. Para este ano, a avaliação é que há espaço para recuperação, ainda que a volatilidade persista. A maior questão, para o investidor, será saber se a que o fundo está atrelado.

— O investidor tem de ter fundos imo-

biliários na carteira, mas precisa ver quais são os setores — ressalta Virgínia.

Aquelas ligados à logística, como os fundos que investem em galpões, tiveram bom desempenho.

— Alguns fundos imobiliários estão depreciados e podem ter recuperação — diz Guimarães, que considera os chamados fundos de fazendas (que incluem fundos imobiliários) uma boa opção, pois têm gestores encarregados de escolher os ativos do fundo.

O pagamento de dividendos também torna os papéis interessantes. Virgínia lembra que alguns fundos são indexados ao IGP-M, que fechou 2020 com alta de 23,14%. E os ganhos com aluguéis são maiores que os da renda fixa, diz.

Títulos públicos

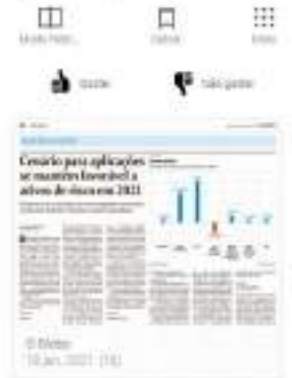
Os investidores se assustaram quando, em setembro e novembro, o rendimento do Tesouro Selic ficou negativo. Guimarães avalia que o investidor pode ter “boa sorte” desse papel em sua carteira — com a ressalva de que é preciso mantê-lo até seu vencimento, para não perder dinheiro.

Ele considera que o Tesouro IPCA- de prazo mais longo é uma boa opção.

Para quem tem perfil conservador, os especialistas sugerem alternativas. Virgínia cita os CDBs de bancos grandes ou médios, sempre dentro do limite de R\$ 250 mil por CPF, que é a garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Guimarães cita ainda as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Agrícola.

(LCA), e as debêntures estruturadas, que têm isenção de Imposto de Renda.



Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** ½
Título: Petroleiras correm para fazer combustível verde **Impacto:** Neutro

Petroleiras correm para fazer combustível verde

Depois de desenvolver o chamado diesel renovável, Petrobras vai investir US\$ 1 bilhão nos próximos cinco anos na área. Mas, para IBP, Brasil está atrasado. Na Europa, a francesa Total e a italiana Eni já têm biorrefinarias

BRUNO REIS/bruno.reis@oglobo.com.br/bruno

O crescente cerco às emissões de carbono dos automóveis tradicionais tem levado petroleiras a aumentarem os investimentos em combustíveis verdes, com uma combinação de óleos vegetais e petróleo durante o processo de refino. O movimento, acelerado pela pandemia do coronavírus, ocorre ao



Verde. A Petrobras desenvolveu um diesel renovável, que promete menos poluição em relação ao biodiesel usado no diesel

mesmo tempo em que diversos países desenvolvem políticas para eliminar carros movidos a gasolina e diesel ao longo desta década.

No Brasil, a Petrobras está à frente

dessa tendência. A companhia pretende investir US\$ 1 bilhão, nos próximos cinco anos, em uma área de combustíveis verdes. A estatal já desenvolveu o chamado diesel renovável e só espera regulamentação do governo para vender o novo combustível no setor de transporte de carga. A expectativa do mercado é que o governo defina as regras de uso ainda neste semestre, já que o diesel renovável não demanda mudança no motor dos veículos.

A Petrobras ainda pretende produzir querosene de aviação renovável (bioQav), além de, no futuro, desenvolver gasolina de alta renovável com etanol. Para isso, a estatal estuda construir biorrefinarias no país e atualizar algumas refinarias para os novos combustíveis.

EM ALTA NOS EUA E EU-

Para Marcelo Felix, presidente da EnP Energy, os combustíveis verdes podem ajudar no processo de transição dos carros com motor a combustão para veículos híbridos e elétricos. Os combustíveis verdes podem ser, para o Brasil, uma oportunidade em uma área na qual já tem experiência e competitividade.

— Vivemos hoje uma disputa sobre qual modelo vamos ter no futuro, se serão os carros elétricos, os híbridos ou aqueles com combustíveis verdes. Ainda não sabemos qual será o modelo vencedor — afirma Felix, que foi secretário executivo do Ministério de Minas e Energia no governo Michel Temer.

O diesel renovável da Petrobras tem como matérias-primas óleos vegetais e gorduras animais, que, no refino, são combinadas com o diesel comum. É a mesma matéria-prima do biodiesel,

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/01/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Petroleiras correm para fazer combustível verde

que é misturado ao diesel vendido nos postos. A diferença é que o diesel renovável usa uma reação com hidrogênio que permite, dizem estudos, reduzir a emissão de gases em 15% em relação ao biodiesel.

— O diesel renovável veio para ficar e vai concorrer com o biodiesel — diz Ricardo Pinto, consultor sênior da Petrobras.

A estatal está vendendo parte de suas refinarias, o que vai acabar com a concentração de mercado e pode abrir espaço para que outras companhias do setor invistam em combustíveis verdes no país. O diesel renovável é o que mais cresce no mundo em termos percentuais, embora, em vendas, esteja atrás do etanol e do biodiesel. Na Europa, entre 2010 e 2019, o uso do diesel renovável avançou 31%, segundo dados da Associação Brasileira de En-

genharia Automotiva. Nos Estados Unidos, a previsão é que a produção do diesel renovável aumente 40% só neste ano, frente a 2020.

‘EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA’

Para Valéria Lima, diretora do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), o Brasil, apesar de ter gasolina com 27% de etanol e diesel com 12% de biodiesel, ainda está atrasado na agenda ambiental do setor:

— Esses movimentos buscam a descarbonização da matriz de transporte. O diesel renovável é uma evolução tecnológica. Não podemos ficar reféns só de uma tecnologia.

O movimento da Petrobras é seguido por outras petroleiras no mundo. A britânica BP tem a ambição de ter 20%

do mercado global de biocombustível de aviação até 2030. A italiana Eni está transformando em biorrefinaria sua unidade no Porto Marghera, em Veneza, na Itália.

Na França, a Total — que pediu para se desligar da American Petroleum Institute (API), associação de petroleiras que faz junta ao governo americano, por divergências em relação às políticas climáticas do grupo — já conta com uma biorrefinaria desde 2019.

GOVERNO ESTUDA TEMA

No interior de São Paulo, a Raizen, controlada por Shell e Cosan, inaugurou recentemente sua primeira planta de biogás, que usa resíduos de cana para gerar energia e gás biometano, usado para substituir o diesel em frota pesadas:

— Investimos no etanol de segunda geração, um biocombustível produzido por meio da biomassa da cana. Este produto é fundamental para a evolução da matriz energética e para a economia global de baixo carbono — diz Cláudio Oliveira, vice-presidente de Relações Institucionais da Raizen.

Ele ressalta, porém, que são necessárias políticas públicas para incentivar essa descarbonização dos transportes. Em nota, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) informou que o Comitê Nacional de Política Energética (CNPE) instituiu grupo de trabalho para analisar e opinar sobre a inserção de biocombustíveis no ciclo diesel no âmbito da Política Energética Nacional. Segundo o MME, assim que a ANP finalizar o processo de regulamentação, o diesel verde poderá ser usado.

Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
15/01/21	Governo Federal	Site	Natal	DF	Leilão do 5G e privatização dos Correios são os desafios para 2021, diz ministro	Neutro	Matéria		A			
15/01/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Toffoli defende fortalecimento da democracia para garantir segurança jurídica	Positivo	Matéria		A			
15/01/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	China contribuiu com mais da metade do superávit comercial do Brasil	Neutro	Matéria		A			
15/01/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Inflação e redução de auxílio prejudica desempenho de supermercados, diz IBGE	Neutro	Matéria		A			
16/01/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Segurança jurídica é vital ao Brasil, dizem ministros	Positivo	Matéria		A			
16/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		AM	Manaus vive corrida por oxigênio para salvar pacientes em hospitais	Neutro	Matéria		A			
16/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Fim do auxílio e desemprego afetam consumo e produção	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
16/01/21	Estadão	Jornal		DF	Sem vacina da Índia, Brasil mira Coronavac	Neutro	Matéria		A			
16/01/21	Estadão	Jornal		DF	Bolsonaro não deve mais barrar a Huawei no leilão do 5G no Brasil	Neutro	Matéria		A			
16/01/21	Estadão	Jornal		DF	Após queda de 40% na receita em 2020, Girafas cria franquias mais baratas	Neutro	Matéria		A			
16/01/21	Estadão	Jornal		AM	Amazonas sabia desde novembro que oxigênio de hospitais era insuficiente	Neutro	Matéria		A			
16/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Pandemia aquece venda de móveis de escritório usados	Neutro	Matéria		A			
16/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Alertado sobre risco de processo, Bolsonaro mantém Brandão no BB	Neutro	Matéria		A			
16/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Com crise, lojas parcelam material escolar em até 12 vezes	Neutro	Matéria		A			
17/01/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Ministros debatem segurança jurídica durante evento em Natal	Positivo	Matéria		A			

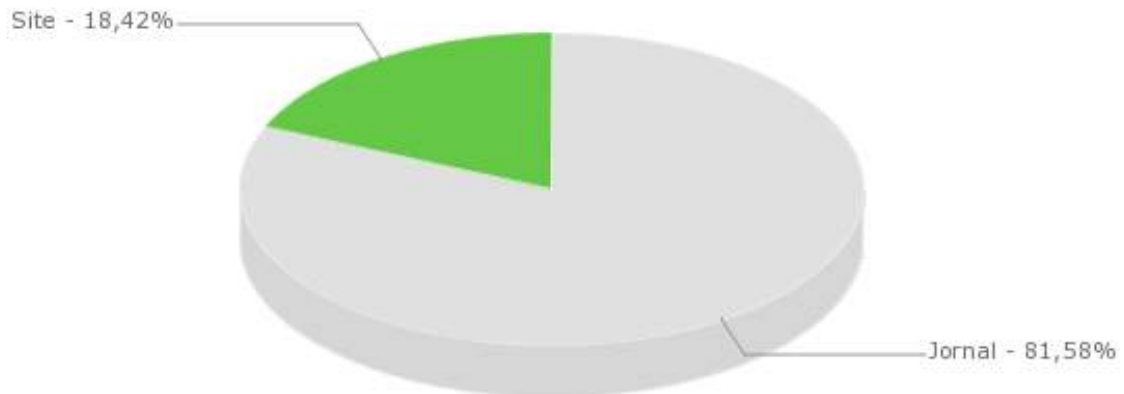
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
17/01/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Segurança jurídica depende da democracia, afirma Dias Toffoli	Positivo	Matéria		A			
17/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo estuda desoneração linear para gerar emprego	Neutro	Matéria		A			
17/01/21	Estadão	Jornal		DF	'Indústria cai de forma rápida e intensa'	Neutro	Entrevista		A			
17/01/21	Estadão	Jornal		DF	Empresas de turismo inovam para sobreviver	Neutro	Matéria		A			
17/01/21	Estadão	Jornal		SP	Por dia, pelo menos 17 fábricas fecharam as portas no País nos últimos seis anos	Neutro	Matéria		A			
17/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Transporte público entra em crise estrutural	Neutro	Matéria		A			
17/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Quase metade do setor de transporte demite na crise, aponta levantamento	Neutro	Matéria		A			
17/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Em uma crise, se o governo não investir, ninguém vai investir	Neutro	Entrevista		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
17/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Em janeiro, Brasil deve ter doses para só 30% do público	Neutro	Matéria		A			
17/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	País perdeu uma multinacional a cada três meses desde 2018	Neutro	Matéria		A			
17/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Saída de estrangeiros vai da indústria ao varejo	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Disparada no IGP-M deixa investidor sem saída e diversificação é alternativa	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Consumidor deve ter calma ao aceitar produtos financeiros	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Negociação de BDRs cresce mais de 460% com adesão de pessoa física	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	30% do ecommerce criado na pandemia vai permanecer	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Impeachment é para quem, como Bolsonaro, dá as costas à constituição	Neutro	Entrevista		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
18/01/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Setor financeiro cresce com boom de fintechs em 2020	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	Estadão	Jornal		DF	Anvisa libera Coronavac e vacina de Oxford; São Paulo começa imunização	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	Estadão	Jornal		DF	Mudanças no trabalho, aceleradas pela pandemia, desafiam sindicatos	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	Estadão	Jornal		DF	Correção à vista? O rumos da Bolsa em 2021	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	Estadão	Jornal		RJ	Queda de preço de equipamentos faz País dobrar geração de energia solar	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Cenário para aplicações se mantém favoráveis a ativos de risco em 2021	Neutro	Matéria		A			
18/01/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Petroleiras correm para fazer combustível verde	Neutro	Matéria		A			

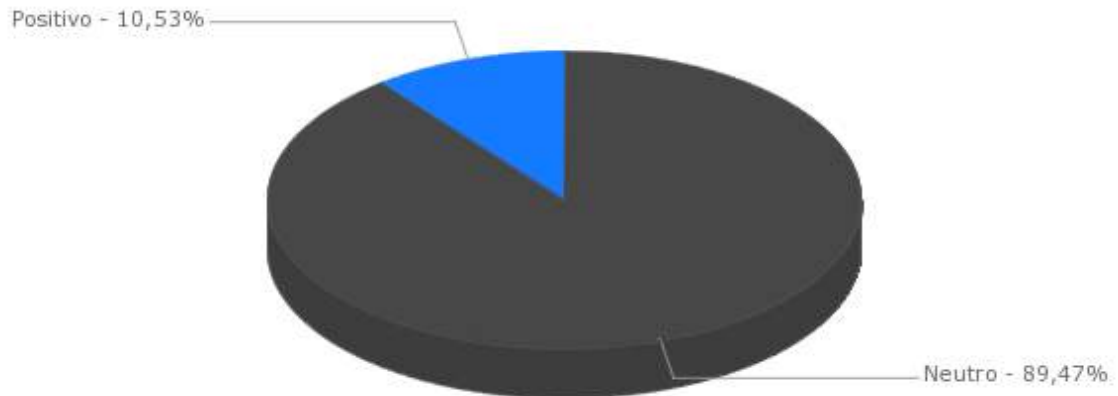
Qtde.: 38

Clippings por Tipo de Mídia



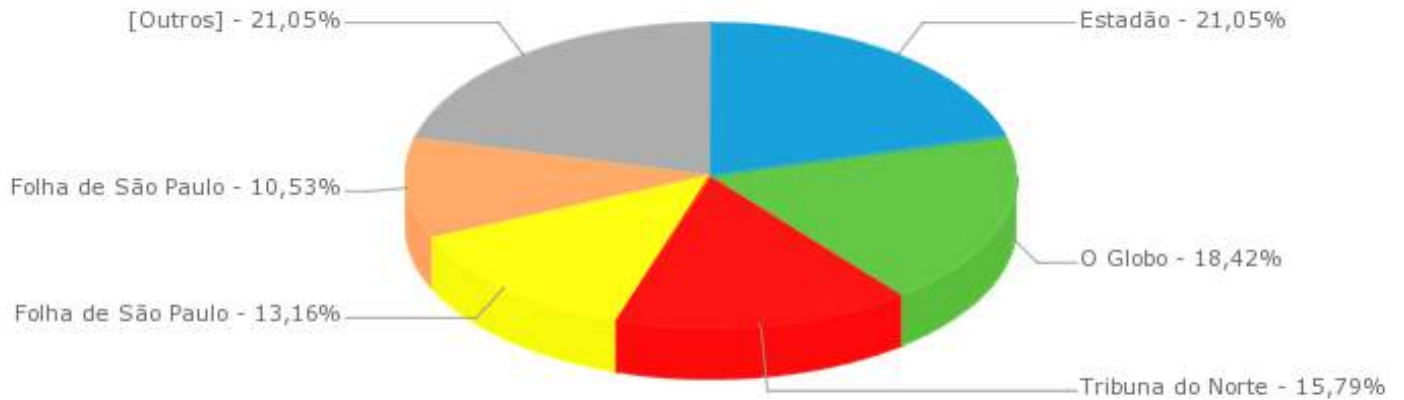
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	31	81,58 %
Site	7	18,42 %
		Total: 38

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	34	89,47 %
Positivo	4	10,53 %
		Total: 38

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	8	21,05 %
O Globo	Jornal	7	18,42 %
Tribuna do Norte	Site	6	15,79 %
Folha de São Paulo	Jornal	5	13,16 %
Folha de São Paulo	Jornal	4	10,53 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	7,89 %
Estadão	Jornal	1	2,63 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	2,63 %
Governo Federal	Site	1	2,63 %
Estadão	Jornal	1	2,63 %
Estadão	Jornal	1	2,63 %
			Total: 38